

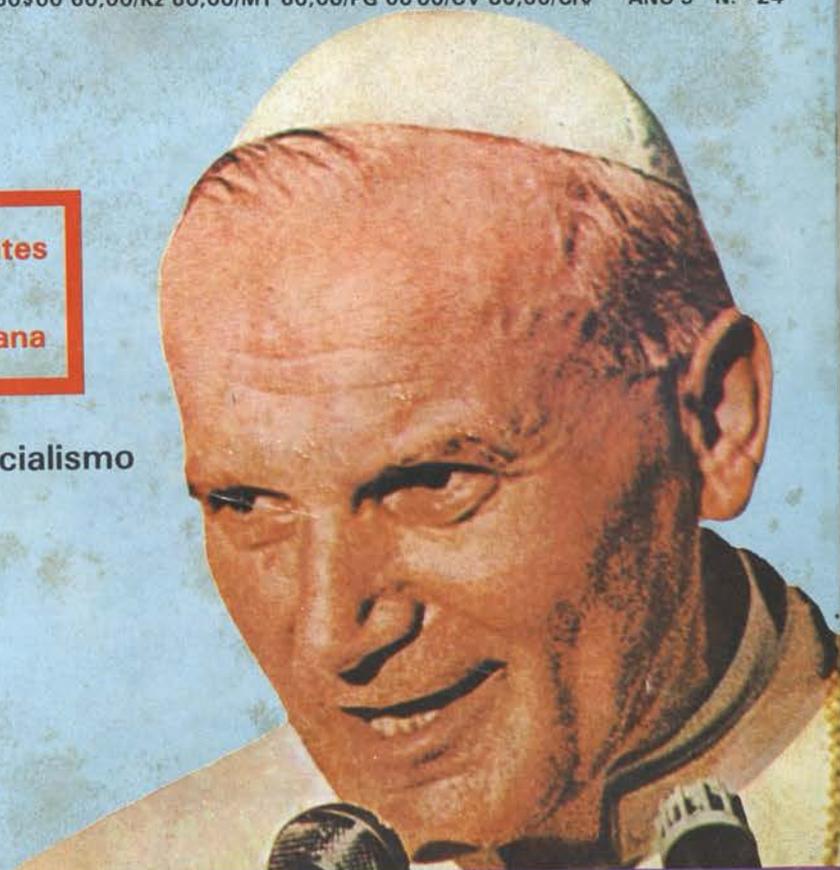
cadernos do terceiro mundo 24

Entrevista com o
ministro do Petróleo do Iraque

Revista Mensal/Junho 1980 60\$00 60,00/Kz 60,00/MT 60,00/PG 60 00/CV 80,00/Cr\$ ANO 3 N.º 24

Cuba, os antecedentes
do episódio
da embaixada peruana

amora Machel:
construção do socialismo



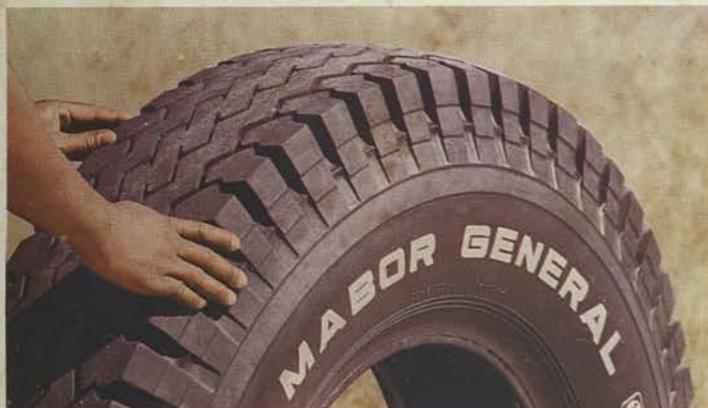
As viagens do Papa:
Que quer o Vaticano?

MABOR DE MOÇAMBIQUE



tipos de pneus para exportação:			
175 R 15c Jet SPORT COMERCIAL	145 SR 10 Jet SPORT	9.00 - 20 S. EXPRESSWAY	
7.00 - 14 POWER Jet COMERCIAL	135 SR 12 " "	10.00 - 20 " "	
7.50 - 15 S.H.C.T.	155 SR 12 " "	11.00 - 20 " "	
6.00 - 16 " "	145 SR 13 " "	11.00 - 20 GT-100	
6.50 - 16 " "	155 SR 13 " "	11.00 - 20 Jet TRAC	
7.50 - 16 " "	165 SR 13 " "	12.00 - 20 " "	
9.00 - 16 " "	175 SR 13 " "	6.00 - 16 Tractor Frente	
7.50 - 18 " "	165 SR 14 " "	7.50 - 16 " "	
8.25 - 20 " "	175 SR 14 " "	16.9/14 - 30 SPECIAL FARMER	
	145 SR 15 " "	7.50 - 20 Traction Rib.	
	165 SR 15 " "		

Estrada Nacional Nº 1, km 13
C.P. 2341
Maputo
telex: 6-488 MABOR MO
teleg. MABOR
telef. 71 551/4



projectando a imagem de um moçambique novo



empresa moçambicana de importação e exportação de produtos pesqueiros, e. e.

telex: 6-409 pesca-mo
6-530 pesca-mo
telegrama: Interpescom
caixa postal: 163 Maputo

exporta: camarão
lagosta
holotúrias

importa: peixe congelado
conservas e
farinha de peixe,
aprestos para pesca

DNPP

república popular de moçambique

neste número

As viagens do Papa

- 5 Retorno ao tradicionalismo
- 6 O projecto do Papa Wojtila, *Agustin Castagno*
- 9 Igreja Brasileira: Prioridade aos Oprimidos, *Pedro A. Ribeiro de Almeida*
- 14 As difíceis relações entre o Estado e a Igreja, *Memélia Moreira*
- 18 A «Questão Religiosa»

Petróleo

- 19 O preço abaixo do seu valor real, entrevista com o ministro do Petróleo do Iraque, *Neiva Moreira*

Médio Oriente

- 24 À beira do abismo, *Mohamed Salem*
- 27 No seio da Resistência Palestina, *Elsa R. dos Santos e Victor Paula*

América Latina

- 33 A proposta da Democracia-Cristã
- 33 **Ecuador:** Hurtado, Ideologia e Política, entrevista com o vicepresidente equatoriano, *José Steinsleger*
- 37 **Venezuela:** Uma guinada para a direita, *Alberto Lovera*
- 39 **Costa Rica:** Os desvios de Carazo, *Victor Gutiérrez*
- 42 **El Salvador:** Por uma democracia revolucionária, *Roberto Remo*
- 46 A Internacional Socialista e a América Latina, *Daniel Waksman Shinca*
- 53 **Cuba:** Os antecedentes do episódio da embaixada peruana, *Luís Rodrigues dos Santos*

África

- 57 **África Austral:** Uma nova comunidade económica
- 60 **Moçambique:** Samora, «Não se constrói o socialismo com a ignorância»
- 69 **África do Sul:** Tempos difíceis para o «apartheid», *Carlos Pinto Santos*
- 73 **Libéria:** Uma nova libertação?

Ásia

- 74 **Índia:** O futuro de Indira Gandhi, *M. Venugopala Rao*

Comunicação

- 77 ASIN: Um «pool» latino-americano

Panorama Tricontinental

Ciência e Tecnologia

- 85 A exportação das «caixas pretas», *Marcos Dantas*

Cultura

- 88 O disco alternativo, *Micaela Ramada*

assinaturas (a partir de 1 de Agosto de 1980)

Europa e Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe: 12 números (via aérea) 18 dólares USA ou 850\$00.
Restantes países: 22 dólares USA



Portugal e Espanha: 12 números 500\$00
6 números 300\$00

Publicações destinadas à informação e análise das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, e a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Publicação Mensal - N.º 24 - Junho de 1980

Editor Geral

Neiva Moreira

Editores Associados

Pablo Piacentini e Beatriz Bissio

Conselho Editorial Internacional

Darci Ribeiro, Juan Somavia, Henri Pease Garcia e Aquino de Bragança

EDIÇÃO PARA PORTUGAL, ANGOLA, CABO VERDE, GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E S. TOMÉ E PRÍNCIPE

Editor e Director

Altair L. Campos

Redacção

Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos e João Escadinha

Arquivo e Documentação

Cristina Assis

Revisão

Estevam Reis

Colaboram neste número

Augustin Castagno, Alberto Lovera, Daniel Waksman Schinca, Elsa Rodrigues dos Santos

José Steinleger, Luis Rodrigues dos Santos, Marcos Dantas

Memélia Moreira, Micaela Dantas, Mohamed Salem, M. Venugopala Rao, Pedro A. Ribeiro de Almeida,

Victor Gutierrez e Victor Paula

Administração

Ernesto Padua

Publicidade

João Reis

Propriedade da Tricontinental Editora, Lda.

Rua Pinheiro Chagas 41, 2.º Dt.º - 1000 Lisboa

Redacção e Sede da Administração

Calçada do Combro 10, 1.º - Telef. 32.06.50 - 1200 Lisboa

Composição e Montagem

Renascença Gráfica SARL

Impressão e Acabamento

Gráfica Europam Lda.

Tiragem desta Edição: 37 000 exemplares

REPRESENTAÇÕES

Angola: Luis Henrique - Caixa Postal 3593, Luanda

Moçambique: Etevaldo Hipólito - Rua Kongwa 153, Maputo

EDIÇÃO PARA O BRASIL

Director e Editor: Neiva Moreira

Secretário de Redacção: Nilton Caparelli

Representante em Brasília: Clóvis Sena

Representante em São Paulo: Paulo Canabrava Filho

Arte: David Gomez Araújo (Editor) e Maria Nakan

Publicidade: Jesus Antunes

Administração: Mauro Fernando de Sousa

Documentação e Arquivo: Maria Goretti Aires

Editora Terceiro Mundo Lda.º

Rua da Lapa 180 Sobreloja A, 20021 Rio de Janeiro

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), SHIHATA (Tanzânia), Wafa (Palestina), e do pool de agências dos Países Não-Alinhados. Mantém um intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique) e com o jornal Daily News, de Dar-Es-Salaam (Tanzânia)

EDIÇÕES EM ESPANHOL

Editor: Roberto Remo

MÉXICO, AMÉRICA CENTRAL, AMÉRICA DO NORTE E CARIBE

Gerente Geral: Gerónimo Cardoso

Editora Periodistas del Tercer Mundo A. C.

Calle San Lorenzo 153, 4.º piso - México 12 Df.

BOLÍVIA, CHILE, COLOMBIA, EQUADOR, PERU E VENEZUELA

DESCO: Centro de Estudios y Promoción de Desarrollo

Av. Salaverry 1945, Lima - 14 Perú

EDIÇÃO EM INGLÊS PARA OS ESTADOS UNIDOS, CANADA, EUROPA E PAÍSES DE LÍNGUA INGLESA DO TERCEIRO MUNDO

Editor: Fernando Molina

Editor Consultivo: Cedric Belfrage

Apartado Postal 20-572, México 20 Df.

DISTRIBUIDORES: ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Praceta Farinha Leitão, 27, Luanda. BELIZE: Cathedral Book Center, Belize City. BOLÍVIA: Tecnolibros S. R. L., Casilla de Correo 20288, La Paz. CANADA: Third World Books and Crafts, 748 Bay St. Ontario, Toronto - The Bob Miller Book Room, 180 Bloor St. West, Toronto. COLOMBIA: Ediciones Suramérica Ltda., Carrera 30 No. 23-13, Bogotá. COSTA RICA: Semanario Nuevo Pueblo, Av. 8 Calles 11 y 13 N.º 1157, San José. CHILE: Distribuidora Sur, Dardignac 306, Santiago. EQUADOR: Ediciones sociales, Córdova 601 y Menduburo, Guayaquil - RAYD de Publicaciones, Av. Colombia 248, of. 205 Quito Ed. Jaramillo Arteaga, Tel. 517-590, Reg. Sendip Pex 1258. EL SALVADOR: Librería Tercer Mundo, Primera Calle Poniente 1030, San Salvador - El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. ESTADOS UNIDOS: Guild News Agency, 1118 W. Armitage Ave., Chicago, Illinois - New World Resource Center, 1476 W. Irving Pl., Chicago, Illinois - Librería Las Américas, 152 East 23rd. Street, New York, N.Y. 10010 - Third World Books, 100 Worcester St., Boston, Mass 02118 - Librería del Pueblo, 2121 St., New Orleans, LA 70130 - Papyrus Booksellers, 2915 Broadway at 114h St. New York, N.Y. 10025 - Tom Mooney Bookstore, 2595 Folsom Street, San Francisco, CA 94110 - Book Center 518 Valencia St., San Francisco, CA - Red and Black, 4736 University Way, Seattle - Groundwork Bookstore, U.C.S.D. Student Center B-023, La Jolla, CA. FRANÇA: Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise, 16 Rue des Ecoles, 75005 Paris. GRÁ-BRETANHA: Latin American Book Shop, 29 Islington Park Street, London. GUINÉ-BISSAU: Librería Universitaria - José Trinidad Reyes-, Universidad Autónoma de Honduras, Tegucigalpa. ITALIA: Paesi Nuovi, Piazza de Montecitorio 59/60, Roma - Feltrinelli, Via de Babuino, 41 Roma - Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A, Roma - Spagnola, Via Monserrato, 35/6, Roma - Usclita, Banchi Vecchi, 45 Roma. MÉXICO: Unión de Expendedores y Vendedores de Periódico, Humbolt No. 47, México 1, D.F. - Distribuidora Sayrols de Publicaciones, S.A., Mier y Pesado No. 130, México 12, D.F. - Librerías México Cultural, Mier y Pesado No. 128, México 12, D.F. - Metropolitana de Publicaciones, Librería de Cristal e 100 livrarias em todo o país. MOÇAMBIQUE: Instituto do Livro e do Disco, Ave. Ho Chi Minh 103, Maputo. NICARÁGUA: Ignacio Briones Torres, Reparto Jardines de Santa Clara, Calle Oscar Pérez Cassas No. 80, Quinta Soledad, Managua, Nicaragua. PANAMA: Librería Cultural Parameña, S.A., Ave España 16, Panamá. AMÉRICA DO SUL: Amália Marin Esq. Ave González, Rio Piedras, P.O. Box 29918, 65th inf. Station, Rio Piedras, P.R. 00929. REPÚBLICA DOMINICANA: Centro de Estudios de la Educación, Juan Sánchez Ramírez 41, Santo Domingo - DESVIGNE, S.A., Ave. Bolívar 354, Santo Domingo. REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMÂNHA: Gunther Hopfenmüller, Jeringstr 155, 2102 Hamburg. S. TOMÉ E PRÍNCIPE: Ministério de Informação e Cultura Popular. SUÉCIA: Wennrgren-Williams AB, S-10425, Stockholm. VENEZUELA: Publicaciones Españolas, S.A., Ave México Lechoso a Pte. Brion, Caracas.

O que faz correr o Papa?

O que faz correr João Paulo II? O que quer o Vaticano? A estas e outras questões — que se prendem, em última análise, com a política e doutrina da Igreja Católica face ao Mundo e a Humanidade neste crepúsculo do século XX, onde o pulsar pela libertação bate mais forte do que nunca — procuramos avançar dados que permitam ao leitor a necessária reflexão. Esta nossa contribuição, surge na sequência da visita que o Papa João Paulo II realiza ao Brasil, país onde já por diversas ocasiões a Igreja — ao nível das suas mais altas instâncias — tem tomado publicamente a defesa dos oprimidos.

Ainda em relação à América Latina, incluímos neste número agora dado a estampa um extenso e completo «dossier» sobre as propostas avançadas pela Democracia-Cristã e pela Internacional Socialista no continente.

De África, chega-nos a voz de Samora Machel, o Presidente moçambicano fala — com a franqueza que sempre o caracteriza — das alterações introduzidas com vista a superar dentro da presente década a barreira do sub-desenvolvimento. E afirma: «nao se constrói o socialismo com ignorância». A situação na África do Sul e também analisada, a luz ea recente revolta estudantil, que une numa gigantesca vaga de protesto jovens de

todas as etnias, e da espectacular acção armada levada a cabo pelo ANC contra importantes refinarias do país.

No que se refere ao Médio Oriente, chamamos a atenção do leitor para a entrevista que o ministro do Petróleo do Iraque concedeu ao nosso editor internacional, Neiva Moreira, em que aquele perito em assuntos energéticos nos explica a razão pela qual os preços do petróleo «se encontram abaixo do seu valor real»; ainda naquela conturbada região do planeta, a nossa colaboradora Elsa Rodrigues dos Santos visitou os campos de refugiados no sul do Líbano e conta-nos da determinação do povo palestino em continuar a luta de libertação pela independência da sua pátria.

Como nota à margem, refira-se o extraordinário sucesso que marcou o lançamento dos Cadernos no Brasil, que caiu como uma «bomba» no meio jornalístico daquele país, tendo recebido, desde logo, forte entusiasmo de todos os sectores da esquerda brasileira. Do que foi esse lançamento e do seu impacto daremos conta no nosso próximo número.

Uma última observação: talvez o leitor não acredite, mas asseguramo-lhe que o novo aumento de formato dos Cadernos compensa de alguma maneira o número de páginas que nos vimos obrigados a reduzir. Por outro lado, estamos certos, que o aumento de preço por exemplar será compreendido pelos nossos leitores habituais, atendendo, até, à nitida melhoria do papel e da impressão que permitam de futuro a caracterizar os seus, nossos, Cadernos do Terceiro Mundo.

Correio do leitor

Edição em francês

Queriam-lhes formular um pedido!

Os Cadernos do Terceiro Mundo são publicados actualmente em três edições (espanhol, português e inglês) e estuda-se, como vocês dizem, uma nova publicação em árabe.

Para completar as edições dos Cadernos formulo um pedido: que se faça uma edição em francês.

Pois, como é do conhecimento de todos, inúmeros países africanos falam francês e uma nova publicação nesta língua iria beneficiar estes países que não dispõem de um meio informativo como este.

Francisco Dantas Ramos
Luanda — R. P. Angola

Para já não pensamos na edição francesa dos Cadernos.

Cada coisa de sua vez. Como o leitor saberá, iniciamos com este número o lançamento da edição brasileira. E novos projectos não nos faltam. Informamo-lo, porém, que pensamos no próximo ano lançar o nosso suplemento «Guia do Terceiro Mundo» também em francês com vista a chegar aos povos desses países africanos que o leitor muito justamente refere.

Crítica

Escrevo estas linhas com o objectivo de vos fazer uma crítica pelo atraso na publicação do n.º 23 da vossa revista dedicada ao 25 de Abril em Portugal.

Com efeito, teria muito mais oportunidade e impacto, se a mesma tivesse ocorrido por altura do 6.º aniversário daquela data histórica. Especialmente se



atendermos à qualidade e profundidade do material publicado sobre aquela efeméride que apresenta substancial número de informações inéditas e perspectivas extremamente originais.

De qualquer modo, penso que deram um contributo particularmente positivo para a compreensão do processo histórico português. Penso ser de algum modo didáctico para os povos do terceiro mundo em luta pela sua liberdade a abordagem da temática portuguesa.

Luís Santiago
Rio Maior — PORTUGAL

Tricontinental Editora

editora
do Guia
e dos Cadernos
do Terceiro Mundo

Entrevista com o
ministro do Petróleo do Irã

cadernos do
terceiro mundo 24

Revista Mensal Junho 1980 60400 60,00/R\$ 60,00/MT 60,00/PG 6000/CV 60,00/CS ANO 2 N.º 24

Cuba, os antecedentes
do episódio
da embaixada peruana

Samora Machel:
a construção do socialismo



As viagens do Papa:
Que quer o Vaticano?

guia do
terceiro mundo 1980

ASIA, ÁFRICA E
AMÉRICA LATINA
NUM SÓ VOLUME

HISTÓRIA
GEOGRAFIA
ECONOMIA
POLÍTICA



assine os
**Cadernos
do Terceiro
Mundo**

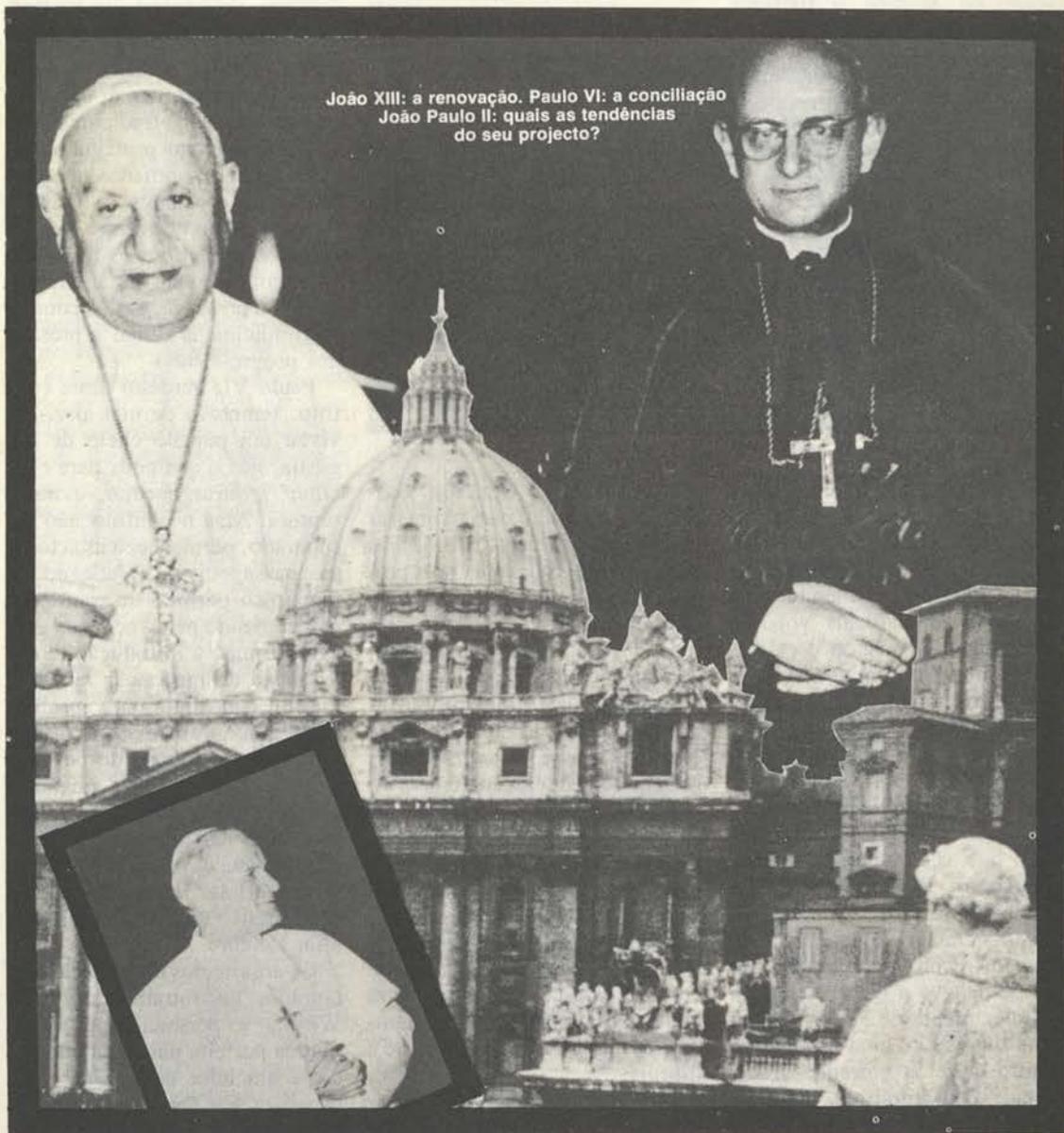
Informações e assinaturas
Novas instalações
Calçada do Combro 10, 1.º
Telef. 320650
1200 Lisboa



As viagens do Papa

Retorno ao tradicionalismo

João XIII: a renovação. Paulo VI: a conciliação
João Paulo II: quais as tendências
do seu projecto?





O projecto do Papa Wojtila

Uma análise da política interna e externa do Vaticano. As posições da Igreja para o Terceiro Mundo. O misticismo, o tradicionalismo, a importância dos velhos dogmas, a aliança com o capitalismo.

Augustín Castagno



João Paulo II: um projecto restaurador

OS sectores tradicionais e moderados da Igreja Católica que se alienaram na eleição de Karol Wojtila (99 dos 111 membros do colegiado de cardeais votaram nele, segundo revelou o ex-primeiro-ministro italiano Giulio Andreotti) podem hoje, há quase dois anos da escolha do Pontífice, rejubilar-se pela sua opção. João Paulo II, sem dúvida, parece excepcionalmente dotado para executar o projecto restaurador que os seus pares lhe recomendaram implicitamente em Outubro de 1978.

Para caracterizar este projecto convém recordar a situação em que se achava a Igreja na época do falecimento de Paulo VI, um papa mediador, uma espécie de árbitro entre as correntes tradicionais e progressistas. Estas últimas haviam encontrado em

João XXIII e no Concílio Vaticano II o caminho para expressar aos mais altos níveis hierárquicos, as suas inquietudes e as suas propostas tendentes à modernização da doutrina e da prática cristã, reconciliando-a com as exigências da sociedade actual.

A partir daí foram propostas com vigor diversas reformas de fundo: abolição do celibato religioso, reconsideração do aborto, igualdade entre os sexos incluindo o acesso da mulher ao sacerdócio, governo colegiado (democratização) de um sistema de decisões do tipo vertical, revisão da condenação do marxismo, além de diversas reformas de cunho teológico, que tanto tocam a natureza do papado como também as hierarquias quanto à fé e à liturgia.

Tais questionamentos afectavam frontalmente a doutrina ofi-

cial da Igreja e o seu ordenamento histórico, isto é, atingiam os valores que os tradicionalistas da Cúria Romana protegiam com extremo zelo, apoiados nos sectores conservadores e moderados. (As diferenças entre eles em diversos aspectos não impedem uma coincidência de interesses quanto à preservação dos conceitos tradicionais frente à pressão dos progressistas).

Paulo VI, herdeiro deste conflito, temeroso de uma divisão, viveu um papado cheio de angústia. Fez o que pôde para conciliar, arbitrar, mediar, evitar a ruptura. Mas o conflito não foi superado, permaneceu intacto. A sua passagem pelo Vaticano foi um típico período de transição, caracterizado pela vacilação ante as reformas, a introdução, a negociação de mudanças radicais. Porém, contribuiu para aprofundar alguns problemas — justiça social, paz, teologia do povo de Deus — que ajudou a amadurecer, sem chegar ao ponto da ruptura. Eles não satisfizeram a ala progressista e, ao mesmo tempo, viram aflorar uma dissidência ultradireitista guiada por Monseñor Lefebvre.

Os arquitectos do projecto restaurador encontraram no Papa Wojtila a personalidade carismática perfeita para esta missão: ele é um líder de massas e um estadista. Em alguns aspectos ele é o inverso de Paulo VI. Não um



mediador e sim um condutor de um programa próprio. Podemos assinalar algumas características do actual pontífice:

1) Apesar de nunca ter desempenhado tarefas no Vaticano nem na sua diplomacia, controla firmemente a Cúria e manobra-a com eficácia para executar os seus propósitos. Nisto auxilia-o o facto de não ter divergências ideológicas com ela, mas também não se pode deixar de considerar o seu indubitável dom de mando. Essa característica pode ser comprovada pela facilidade com que tem conseguido modificar os aspectos formais — basicamente no protocolo — que o impediam de estabelecer o tipo de comunicação com as massas que é próprio do seu estilo. Não obstante a dificuldade dos prelados do Vaticano em aceitar que o Papa se misture com a multidão, cante com ela e chegue até a fazer brincadeiras, o certo é que a vigorosa personalidade de João Paulo II se impôs e fez a Cúria correr atrás de si com um dinamismo sem precedentes. Assim, alcançou um êxito importante logo após assumir o papado em Outubro de 1978: a eliminação de uma figura papal afastado do povo. A mudança das formas antigas foi drástica e valeu-lhe uma popularidade rápida e ampla.

2) Tudo isso não deve ser confundido com as questões de fundo. O Papa Wojtila está a utilizar a sua popularidade para neutralizar os que considera dissidentes (não somente os progressistas, mas também os ultra-conservadores) e para afirmar a validade dos dogmas. O exemplo mais evidente desta atitude foi mostrado durante a sua viagem

aos Estados Unidos. Af, além de ter reunido a maior concentração de massas da história do país, recebeu a Presidente das Religiões norte-americanas, Tereza Kane, que reivindicou o direito das mulheres a igualdade sacerdotal.

João Paulo II repudiou categoricamente esta proposta. Assim, apesar da irmã Kane actuar como representante de um sector da Igreja, a imagem pública que se projectou foi a de uma reivindicação marginal, a expressão de uma minoria frente a um Papa aclamado em todo o mundo.

3) O Papa Wojtila, como parte de seu projecto, procura uma favorável relação de forças no interior da Igreja, delineando-se assim o grande desafio que os progressistas terão que enfrentar. Apoiando o Papa, personalidades de centro-direita tomaram o controle da CELAM (Conferência Episcopal Latino-americana), apesar da importância que a corrente modernizadora tem naqueles países. Da mesma forma, freou o clero holandês, um dos mais avançados, e condenou a obra dos teólogos progressistas Edward Schillebeeckx e Hans Kung. Sob o lema de não inovar, o Vaticano mobiliza-se contra a ala avançada, dentro de um programa que tenta silenciá-la. Nesse sentido, pode-se prever que a ofensiva de João Paulo II deverá acentuar-se na medida em que crescer a sua autoridade e o seu domínio dos poderosos instrumentos à sua disposição.

4) O que poderia chamar-se a política exterior do Pontífice, articula-se baseada numa estratégia que tende a revalorizar o papel da Igreja na sociedade mo-

derna e no mundo. Isto significa, especialmente para este Papa polaco, distinguir e actuar em dois tipos de sociedades: as que seguem o chamado modelo ocidental com amplas liberdades para o culto (com apoio oficial para o mesmo) e aquelas sociedades socialistas onde a doutrina estatal é o ateísmo.

Dentro desta visão se incluem as visitas do Papa pelo mundo. Wojtila viaja e toma contacto directo com os povos na grandiosa intenção de fazer reviver a fé, numa época em que, segundo ele, a maior ameaça é a indiferença ante a religião. Mas é no cenário internacional que ele aspira obter as maiores vantagens para seu projecto. Quando ele diz que as suas viagens nada têm a ver com a política, que são exclusivamente religiosas, ele refere-se concretamente à política do dia-a-dia. Mas quando formula com precisão e firmeza o que entende por direitos religiosos e os direitos da pessoa humana, segundo a doutrina social da Igreja, entra na esfera da alta política. E mais: ao reunir em torno de si multidões numerosas e entusiasmadas, maiores do que os governos dos países hóspedes podem reunir, está conseguindo os requisitos necessários para uma das aspirações do seu papado, a de ser reconhecido como o «Mandatário dos Povos», invocando assim uma autoridade superior à dos governos em relação aos direitos religiosos e, conseqüentemente, ao que se desprenderia no plano político. Pode-se afirmar, então, que cada visita do Papa, na medida em que tem êxito, serve para reforçar o seu programa de um modo global.



Por isso, a sua recente viagem ao Brasil adquire uma importância especial, pois, segundo se estima, é ele o maior país católico do planeta.

5) A doutrina social tradicional da Igreja que envolve esse pontífice é uma aparente utopia que pode ser sintetizada no lema «nem capitalismo nem comunismo». Na prática essa palavra de ordem reduz-se à aceitação do sistema de meios de produção privados, ou seja, o capitalismo, se bem que reformado, polido dos seus aspectos mais odiosos. O papel atribuído à Igreja é cumprir uma obra de humanização e de conciliação de interesses entre patrões e empregados. Surgem, portanto, uma série de tarefas que supõem o consequente reconhecimento jurídico da Igreja nos planos que reivindicam. Em função deles, em cada país, os católicos aceitam o ordenamento existente se têm uma participação consequente ou, caso contrário, lutam para modificá-lo. Assim, João Paulo II não ataca o sistema dentro dos Estados Unidos mas fê-lo, seguindo a linha tradicional de sua Igreja nacional, durante a visita à Polónia. Nos países socialistas o que ele procura como parte do seu projecto é uma renegociação do papel da Igreja no que entende que são os direitos naturais e perenes da sua instituição, como a participação directa na educação, ensino da religião, uma imprensa própria, etc. Tenta-se postular o que tende a constituir-se como um Estado dentro do Estado, posição inaceitável para os países socialistas, criando-se um antagonismo fundamental, que não ocorre no sistema capitalista libe-

ral do tipo clássico.

6) Neste âmbito adquire toda a sua relevância a visão dos direitos humanos do Papa, assim como a campanha a nível mundial encabeçada por ele, a fim de garanti-los. Não encaixando dentro desta visão os países socialistas, Wojtila acusa-os de violadores dos direitos humanos. E procura situá-los da mesma forma que as ditaduras repressivas. Essa política identifica-se com a campanha dos direitos humanos lançada pelo presidente norte-americano James Carter contra os países socialistas, à qual nos temos referido reiteradamente em **Cadernos do Terceiro Mundo**. Ela tenta garantir e fomentar uma posição restauradora nos países socialistas.

Mas se Carter perdeu toda a credibilidade ao consentir a existência de regimes opressores dentro da sua órbita de influência e ressuscitando a política intervencionista em países dependentes, o Vaticano não apresenta essas contradições. Não intervindo na política do dia-a-dia, o Papa aparece revestido de grande autoridade na matéria, exercendo-a de modo sistemático, a qual resulta num importante apoio indirecto para os objectivos gerais formulados por Carter. Na especificidade do poder à escala mundial, que João Paulo II se propõe obter, ele procura estabelecer a renegociação mencionada nos países socialistas. Mas não se limita ao que ele diz ser os direitos da Igreja Católica em particular: Wojtila inclui também os da religião em geral.

A sua estratégia inclui uma maior unidade com outras Igrejas, a fim de conseguir um amplo

consenso e uma grande capacidade de pressão para impor o seu programa.

Conclusão: no que se refere às questões internas da Igreja Católica, no que se refere à sociedade, o Papa Wojtila demonstra uma identidade com a linha tradicionalista. A sua singular personalidade permite-lhe articular um mecanismo, através do qual o seu êxito como pontífice lhe dá maior poder e dota-o de uma crescente autoridade, aplicada com rigor para combater a dissidência, especialmente a progressista.

Se bem que a nível popular a imagem do Papa obtenha êxito, o modelo de Igreja que ele reflecte não está de acordo com as aspirações de uma grande parte da sociedade moderna. Pelo contrário, ao colocar em debate os problemas gerais da sociedade moderna, esta corrente da Igreja fecha a via de ingresso a estratos cada vez mais numerosos. Importantes sectores ficam excluídos por essas posições dogmáticas, quando são abordados temas como o divórcio, o aborto e a poligamia, à qual se referiu na sua recente viagem à África. O projecto de João Paulo II mostra uma contradição básica: voltar à tradição num mundo em mudança que deseja a evolução é uma contradição que não se resolve por meio da popularidade deste Papa viajante e peregrino. Enquanto a Igreja se negar a trilhar o caminho da reforma, irá estreitando a sua influência. Assim, o projecto deste Pontífice na medida em que se torne vitorioso, paradoxalmente resultará adverso ao seu grande desígnio de reanimar e propagar a espiritualidade e a religião. □



Igreja Brasileira: Prioridade aos Oprimidos

A visita do Papa: o risco da manipulação pelas classes dominantes e a possibilidade de um passo atrás

Pedro A. Ribeiro de Oliveira *



O mês de Abril de 1980 marca data na História da Igreja Católica do Brasil: a sua tomada de posição ao lado dos pobres e oprimidos ganha uma dimensão pública, através de gestos inequívocos. Emprestando um apoio decidido aos operários metalúrgicos do País — o ABC paulista — a Igreja marca sua distância face ao regime de Segurança Nacional em vigor e recusa-se a aceitar o papel que o regime lhe pretendeu atribuir, de instituição encarregada exclusivamente da assistência espiritual

e social. Por outras palavras, a Igreja recusa-se a aceitar o papel de instância religiosa neutra diante das lutas sociais e deseja assumir um papel activo nessas lutas, ao lado dos pobres e oprimidos.

Porém, este facto histórico não deve dar lugar a um exagerado optimismo. Um passo importante foi claro, mas não podemos subestimar a importância de alguns sectores eclesiais ainda propensos a uma colaboração com as classes dominantes. Para avaliar o compromisso da Igreja com o

povo, convém situá-lo numa análise global do aparelho religioso católico no Brasil.

O contexto social e político brasileiro

O golpe militar de 1964, instaurando o regime de segurança nacional, veio enfraquecer a sociedade civil já naquela época pouco estruturada. Fechando-se à influência dos intelectuais, dos partidos políticos e da Igreja Católica, o regime militar consolidou-se por meio da tecnocracia e da repressão, sem se preocupar em ganhar o apoio das classes médias e dos sectores liberais. A Doutrina da Segurança Nacional, que tem sido usada para legitimar o regime, não conseguiu fazer-se aceitar pela sociedade civil, apesar dos esforços para difundi-la através de cursos da Escola Superior de Guerra e dos manuais escolares.

Sempre associada à censura e à repressão, a Doutrina da Segurança Nacional só encontrou aceitação nos sectores militares e em sectores mais conservadores das classes dominantes.

Em relação às massas populares, excluídas da participação política e submetidas a uma exploração económica cada vez mais intensa (congelamento salarial, inflação, instabilidade de emprego, supressão do direito de greve, intervenção nos sindicatos, etc.), o regime procurou ga-

* O autor é sociólogo do Centro de Estatística Religiosa do Rio de Janeiro



nhar legitimidade recorrendo à propaganda desenvolvimentista que prometia grande crescimento económico para tornar o Brasil uma potência. Porém, o fim do chamado «milagre económico» veio fazer ruir aquela propaganda, deixando claro que todo o sacrifício exigido às massas populares durante o período de maior crescimento económico só beneficiou os grandes capitais estrangeiros e nacionais.

É neste contexto social e político que o aparelho religioso católico assume um papel de primeira grandeza na sociedade civil. Tendo sido prescindido pelo regime da segurança nacional, que só lhe atribuía o papel restrito de cuidar da salvação das almas e de combater o comunismo, o aparelho religioso voltou-se para as massas populares, onde a sua receptividade era grande. Já antes do regime se fechar sobre si próprio o aparelho religioso estava a actuar junto do povo; porém, tal atracção fazia-se em geral de modo assistencialista: a Igreja procurava não tomar partido nas lutas populares, comportando-se como árbitro nos conflitos sociais e políticos, e procurando minorar os sofrimentos do povo através das suas obras sociais. É a partir do progressivo fechamento do regime, nos últimos anos da década de 60, que a forma da presença do aparelho religioso nas camadas populares sofre uma mudança essencial. Em vez de se limitar a obras sociais, realizadas para os pobres, a Igreja abre-se à participação do povo, oferecendo-lhe um espaço possível de organização, de modo a que o próprio povo, através da Igreja, conqui-

tasse a melhoria das suas condições de vida. Este espaço é o das Comunidades Eclesiais de Base.

As Comunidades Eclesiais de Base

As famosas Comunidades Eclesiais de Base são grupos de cristãos que se organizam para, em conjunto, viverem concretamente a sua fé religiosa. Antes de mais nada, trata-se de grupos eminentemente religiosos. As pessoas que delas fazem parte são católicos que se reúnem para ler e meditar a Bíblia dentro do seu contexto vital, para celebrem actos de culto religioso e para juntos praticarem o mandamento da caridade. O que as diferencia das antigas associações religiosas é que a fé cristã que anima os seus membros não é uma fé burguesa — a salvação eterna tomada de modo individualista — mas uma fé intimamente ligada à vida dos pobres, que procura o Reino de Deus como uma promessa cuja realização já começa na História.

Assim entendida, a fé cristã das comunidades de base não pode separar a leitura e a meditação da Bíblia da vida concreta dessas mesmas comunidades. O Evangelho não é portanto visto como uma doutrina separada da História, buscando a vida depois da morte, mas sim como uma mensagem de esperança e um guia para construção do Reino de Deus. Consequentemente, a sua leitura tem que resultar em obras, em gestos concretos. Assim é que, movidas pela mensagem evangélica, as comunidades procuram actuar tendo em vista a transformação das realidades ter-

renas. Essa actuação é variadíssima. Algumas comunidades ocupam-se da construção de casas para desabrigados; outras, da construção de açudes e pontes; outras, incentivam a participação de seus membros em associações de moradores, em sindicatos ou em outros movimentos populares através dos quais possam conquistar melhorias para a população pobre do campo e da cidade. Dentro deste contexto de acções intimamente ligadas à motivação evangélica, as celebrações religiosas — oração, culto dominical, eucaristia quando vem um sacerdote — ficam isoladas da prática social. As comunidades celebram o seu dia-a-dia, as suas pequenas vitórias, os seus problemas e até os seus mártires, pedindo a Deus que lhes dê forças para prosseguirem na dura caminhada da libertação. Esta íntima associação entre o Evangelho, o culto religioso e a prática social é, em última análise, a característica fundamental das Comunidades de Base.

A origem

Não há dados precisos sobre o número de comunidades eclesiais de base no Brasil; porém, uma estimativa entre 50 e 80 mil parece ser razoável. Sabendo-se que o seu aparecimento data de meados dos anos 60, fica claro que a sua multiplicação é grande. Como explicar tal fenómeno?

Vejo duas vertentes que convergem para a explicação do vigor das comunidades de base no Brasil. A primeira é uma vertente sociológica. O enclausuramento da sociedade civil, a partir de 1964, enclausuramento que é



mais intenso nas camadas populares do que nos sectores médios, deixou a Igreja como um dos únicos espaços abertos ao povo. É para a igreja que o povo se dirige, quando sente aumentar a sua opressão. É lá que ele vai encontrar guarida e apoio para a defesa de seus direitos. Pouco a pouco, o povo começa a ver que a Igreja não é apenas uma instituição de assistência social, mas que há bispos, padres, religiosas e agentes de pastoral que aceitam ser a voz daqueles a quem foi tirada a voz. A solidariedade do aparelho religioso aos pobres e oprimidos vai aproximando o povo dos bispos, padres e agentes de pastoral que se mostram solidários com ele. Este facto — mais do que os pronunciamentos oficiais a favor da justiça e dos direitos humanos, que também são extremamente importantes nesse período — leva sectores populares cada vez maiores a descobrir que eles podem e devem ter um espaço na Igreja. Assim, o povo começa a conquistar espaço dentro do aparelho religioso, começa a sentir a Igreja como algo que lhe pertence, que está ao seu serviço, do seu lado.

A segunda vertente, é especificamente religiosa. Nos anos 60 a Igreja Católica Universal faz uma profunda revisão de si mesma no Concílio Vaticano II. O Concílio, realizado numa atmosfera de abertura para as novas realidades do mundo, impulsiona um movimento de renovação interna do aparelho religioso. Os seus documentos pedem uma renovação na liturgia, na catequese, na forma de presença da Igreja no mundo e até mesmo nas suas estruturas inter-

nas, abrindo perspectivas de maior comunhão e participação de leigos. A antiga estrutura do aparelho religioso, calcada sobre as paróquias e a distribuição dos sacramentos, sofre sérias críticas; ao mesmo tempo busca-se uma nova estrutura apoiada em verdadeiras comunidades cristãs, onde os leigos tenham um papel activo e onde os bispos actuem em colegialidade entre si e com o seu presbítero. Neste contexto de mudanças internas, aparecem as Comunidades Eclesiais de Base como alternativas às antigas estruturas paroquiais. As primeiras experiências vão revelar serem as Comunidades de Base o campo mais favorável à realização das renovações propugnadas pelo Concílio Vaticano II. Daí a sua multiplicação.

O vigor das Comunidades

A força das Comunidades Eclesiais de Base reside, a meu ver, em dois grandes factores. O primeiro, é que elas permitem à Igreja tornar-se efectivamente presente nas grandes massas populares. Dado o pequeno número de padres em relação à quantidade de fiéis — não se pode esquecer que mais de 90% dos brasileiros são baptizados e que a Igreja Católica do Brasil tem pouco mais de 13 000 padres — a Igreja não conseguiria ser actuante junto às grandes massas se não contasse com uma efectiva participação dos seus leigos nas bases. Com efeito, a distância entre o clero e a massa de fiéis era um dos problemas mais preocupantes na década de 60; por mais que os bispos e padres se esfor-

çassem para aproximar-se dos fiéis era patente que só um pequeno número de católicos — em geral das classes médias — estava efectivamente ligado à Igreja, enquanto a grande maioria de católicos ficava de facto à margem não só das actividades religiosas como também da orientação da Igreja na sua vida quotidiana. Tornando-se efectivamente presente nas grandes massas populares, através das comunidades de base, o aparelho religioso vê realizar-se aquilo que a antiga estrutura paroquial não conseguiu fazer: uma Igreja presente nas grandes massas, sem deixar de ser uma Igreja de pequenas comunidades de fé, de culto e de caridade.

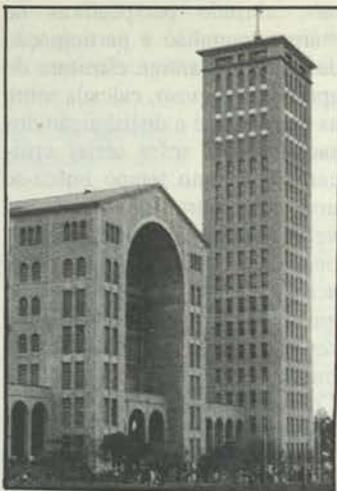
O segundo factor do vigor das Comunidades Eclesiais de Base é a sua capacidade para promover as reformas propostas pelo Concílio Vaticano II. Com efeito, aquilo que o Concílio propunha como grandes linhas de renovação para a Igreja no mundo actual — a reforma litúrgica, a evangelização, a participação dos leigos, a presença transformadora no mundo, a maturidade da fé — brotou quase espontaneamente da caminhada das Comunidades de Base. Pela sua própria dinâmica — ênfase na evangelização, na participação, na caridade — as Comunidades de Base foram naturalmente concretizando aquilo que havia sido formulado como ideal pelo Concílio Vaticano II. Evidentemente, entre tantas experiências, houve fracassos, desvios e erros, em geral devidos a radicalismos de agentes de pastoral. Porém, está fora de dúvida que o balanço geral das Comunidades de Base tem apre-



sentado resultados altamente positivos em relação à proposta de renovação trazida pelo Concílio Vaticano II. A aliança entre o povo e o aparelho religioso tem sido portanto benéfica, não só para o movimento popular, mas também para o próprio aparelho religioso, que com ela recobrou nova vida e nova força.

O aparelho religioso e os movimentos populares

Até aqui a análise abordou as Comunidades Eclesiais de Base, por serem elas o ponto de encontro entre a Igreja e as massas populares. Porém, como foi dito, as Comunidades de Base são grupos religiosos, cuja função para os movimentos populares é indirecta. Ainda que, em determinadas circunstâncias, as comunidades assumam um papel directo em movimentos populares, não são elas que conduzem normalmente os movimentos populares. As Comunidades motivam e mobilizam os seus membros para participarem em movimentos populares, mas os condutores próprios dos movimentos populares são outros: associações de moradores, os sindicatos, o movimento contra o custo de vida, a oposição sindical, as associações profissionais e, mais recentemente, os partidos políticos. É nesses condutores que actuam os membros das Comunidades de Base, muitas vezes junto com pessoas sem qualquer vinculação com as Comunidades Eclesiais de Base, inclusive não-cristãos. A Igreja estimula esta participação dos fiéis nos movimentos populares, posto que através deles o povo luta para



A Basílica de Aparecida do Norte

construir uma sociedade justa e fraterna; mas os movimentos populares têm a sua autonomia própria, não sendo — nem podendo ser — movimentos confessionais. Entretanto, para acompanhar esses movimentos populares, o aparelho religioso tem criado organismos pastorais que não substituem os condutores próprios dos movimentos populares mas que funcionam para apoiá-los. Assim é que surgiram a Pastoral da Terra — que acompanha a luta dos lavradores pela terra — a Pastoral Operária, o Conselho Indigenista Missionário — que acompanha a luta dos indígenas pela sua sobrevivência — e inúmeros jornais que procuram suprir os movimentos populares com informações e análises da realidade. Tais organismos pastorais têm sido de grande valor para os movimentos populares, especialmente nos momentos de repressão mais intensa, sendo por isso mesmo um dos alvos dos ataques das forças mais conservadoras contra a Igreja.

As tensões internas no aparelho religioso

Se é certo que a Igreja deu um passo irreversível na sua opção pelos pobres e oprimidos, é certo também que tal passo não foi dado sem provocar tensões internas no aparelho religioso. Na realidade, existem ainda sectores do aparelho religioso que resistem a esta opção e que consideram a Igreja como uma instância acima das lutas sociais e ideológicas. Tais sectores ainda seriam propensos a uma colaboração com as classes dominantes, desde que fossem introduzidas algumas correcções no sistema social e económico vigente (melhor distribuição do Rendimento, diminuição da repressão, correcção dos excessos do capitalismo, mais serviços de assistência aos marginalizados, democratização do regime) e que a influência da Igreja fosse reconhecida pelos poderes públicos. Tudo leva a crer que um largo sector do aparelho religioso estaria inclinado a apoiar um projecto social e político reformista, caso fossem introduzidas correcções no «modelo brasileiro» de desenvolvimento capitalista.

Tais sectores, que hoje emprestam o seu apoio às áreas mais comprometidas com as classes dominadas (talvez devido ao descrédito em que caiu o regime da segurança nacional), talvez preferissem ver a Igreja afastada dos movimentos populares e mais concentrada em actividades religiosas voltada para a salvação das almas. Talvez temerosos em enfrentar as mudanças internas do aparelho religioso, eles procuram uma segurança naquelas ac-



tividades que há longo tempo vêm sendo desempenhadas pela Igreja: a catequese, a distribuição dos sacramentos, a posição de árbitro nos conflitos sociais. Esses sectores parecem contar com um apoio externo importante (certamente na esfera da CELAM, e talvez na própria Santa Sé), e com o apoio das classes dominantes que receiam ver a instituição reforçando os movimentos populares de transformação social. Ainda susceptíveis à chamada «ameaça comunista», esses sectores são sensíveis a tudo quanto, no processo de renovação desencadeado pelo Concílio Vaticano II, pareça conter riscos de desvios dogmáticos ou disciplinares. Daí podermos constatar uma tensão latente no interior do aparelho religioso, tensão ocultada pela necessidade de ser mantida a unidade da Igreja num momento em que ela passa por uma crise interna de crescimento, mas que pode vir a ser activada pelas classes dominantes.

Há risco de um retrocesso?

Terminando esta análise da situação da Igreja no Brasil, é inevitável colocar-se a pergunta sobre as possibilidades de um passo para trás. É certo que a opção da Igreja pelos pobres e oprimidos está desagradando às classes dominantes, e está atraindo contra ela uma forte pressão. Já o relatório Rockefeller aponta a Igreja na América Latina como um dos principais adversários do imperialismo capitalista. Pensar que a Igreja poderá avançar na sua caminhada

com os pobres e oprimidos sem sofrer perseguições por parte das classes dominantes seria, no mínimo, ingenuidade. Os actuais editoriais da grande imprensa, no Brasil, são sintomas do desagrado que a opção pelos pobres está causando entre as classes dirigentes. A impressão que se tem é a de que as classes dominantes procuram, por diversos meios, criar um clima de tensão para a visita do Papa ao Brasil, em Julho.

Criando tensões — tensão entre Governo e Igreja, entre a chamada Igreja popular e a Igreja tradicional, entre cristãos progressistas e cristãos conservadores, entre a Teologia da Libertação e a Teologia Clássica — os órgãos da opinião pública controlados pelas classes dominantes levariam o Papa a tomar uma posição moderada e moderadora, capaz de frear a actual caminhada da Igreja Católica no Brasil. Este risco não é uma simples hipótese.

Dado o facto de vir o Papa João Paulo II de um contexto social e político bastante diferente do contexto brasileiro, ele poderia ser levado a uma interpretação parcial da realidade religiosa do país. O Papa tem no seu horizonte uma realidade de secularização e de ameaça de ateísmo e, por isso, preocupa-se em reafirmar a identidade do Catolicismo (daí o seu apego aos símbolos tradicionais da fé católica, como o uso de vestes clericais, o gosto pelo latim, as celebrações religiosas de massa, o clero segregado das coisas profanas e tudo o que realça o Catolicismo Romano em sua identidade própria). Ora, esta preocupação do Papa em salvaguardar a identi-

dade católica poderia ser manipulada pelos meios da comunicação — e até mesmo pelos sectores conservadores do aparelho religioso — para contrapor a sua expressão do catolicismo às expressões inseridas no contexto brasileiro e latino-americano. Com efeito, o contexto histórico da Igreja Católica do Brasil não é de ateísmo e secularização, mas sim o contexto da exploração capitalista exacerbada onde o povo católico busca, através da fé cristã, um caminho de libertação. Se aqui a Igreja relegou para plano secundário os símbolos de sua identidade é porque ela põe em primeiro plano a necessidade de uma prática social que testemunhe a sua condição de portadora do Evangelho. É colaborando com os pobres e oprimidos nas suas lutas pela terra, pela liberdade sindical, pelos direitos humanos, pela justiça enfim, mais do que por meio dos sinais exteriores, que a Igreja se está identificando como evangelizadora no contexto brasileiro.

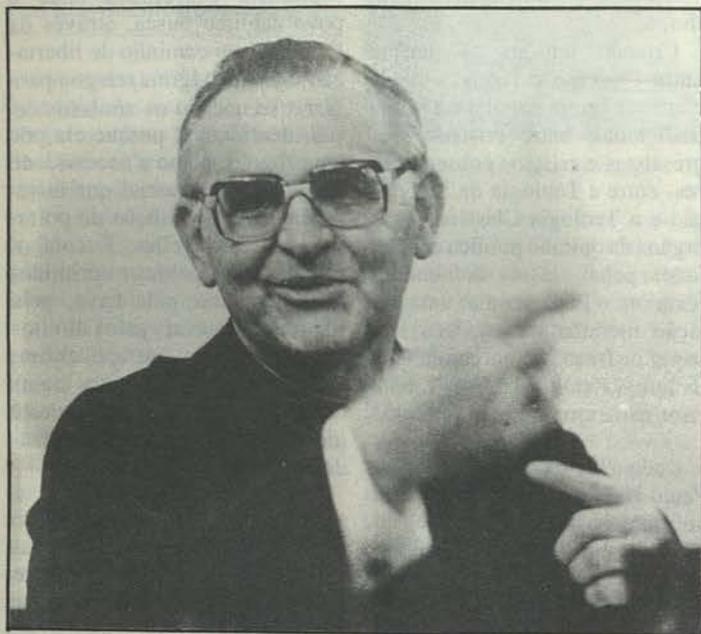
A visita do Papa corre portanto o risco de manipulação pelas classes dominantes e seus aliados e é preciso estar atento a este risco. Se o Papa tiver ocasião de conhecer de perto a realidade brasileira e a inserção da Igreja no seu processo de transformação, ele só poderá reforçar a sua opção pelos pobres e oprimidos. Se, ao contrário, lhe for passada uma imagem parcial desta realidade, a sua visita poderá abrir caminho a um retrocesso bem ao gosto das classes dominantes: uma Igreja distanciada do processo de transformação social e mais preocupada em realçar a sua identidade tradicional. □



As difíceis relações entre o Estado e a Igreja

A partir da instalação do actual regime, os choques continuos foram evoluindo para episódios de verdadeira confrontação. A liberdade, os direitos humanos e o problema da terra são os pontos críticos desse conflito

Memélia Moreira (*)



Dom Paulo Evaristo Arns, Cardeal de São Paulo

Na história recente da Igreja, a partir do final da década de 60, há pequenos exemplos de que a presença no campo político desta instituição milenar era apenas «tolerada» pelo Estado. Os detentores do Poder consideravam que não era uma participação generalizada, mas sim, apenas algumas manifestações classificadas como «políticas», de poucos bis-

pos, entre eles Dom Hélder Câmara, bispo de Recife e Olinda (Pernambuco); Dom António Fragoso, bispo de Cratêus (Ceará); Dom Edmilson Cruz, bispo auxiliar de São Luís (Maranhão).

O mesmo não se pode dizer dos religiosos que já mantinham uma activa participação e que só se tornou conhecida do grande público com as prisões dos do-

minicanos, entre eles frei Beto e frei Tito, no final dos anos 60.

A luta contra a Tortura

Foi a partir desse facto e da tortura imposta a esses religiosos que as relações da Igreja com o regime instalado no Brasil em 1964 começam a sofrer sérios arranhões. A Igreja, denunciando a tortura dos seus membros, desnuda também uma realidade até então desconhecida: a tortura dos presos políticos no Brasil.

Em 1971, durante a reunião da assembleia da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) foi publicada uma declaração sobre a tortura. A confrontação tornou-se aguda e o então ministro da Justiça do governo do general Médici, Alfredo Buzaid, fez declarações que demonstraram a sua contrariedade pelas informações dadas pela CNBB.

Mas até então os desentendimentos eram isolados, as queixas e os ataques oficiais dirigiam-se contra um, ou outro bispo e alguns religiosos. Não havia um consenso por parte do Estado nem por parte da Igreja de que as duas instituições se opunham

(*) A autora é jornalista da Folha de São Paulo, em Brasília, especializada em assuntos da Igreja.



politicamente, facto este que só veio a explodir na última semana de Abril, com as declarações de que «a CNBB não é a Igreja». Esta incompatibilidade, embora latente, não era declarada em documentos.

Ainda dentro dos «factos isolados», houve o célebre diálogo entre Alfredo Buzaid e dom Aloísio Lorscheider, ocorrido no final de 1971. O ministro da Justiça, acompanhado pelos seus batidores e homens da segurança, entrou no palácio arquidiocesiano São Joaquim, no Rio de Janeiro, ameaçando «fechar a CNBB» caso o cardeal Arns, arcebispo de São Paulo, continuasse a fazer denúncias sobre torturas. Dom Aloísio mostrou então ao ministro que a CNBB «só poderia ser fechada pelo Vaticano e que nenhum poder político tem condições para paralisar as actividades da Igreja». Na ocasião D. Aloísio Lorscheider, bispo de Fortaleza (Ceará), cumpria o seu primeiro mandato à frente da Conferência dos Bispos do Brasil.

No período Geisel

Foi no governo Geisel que as comportas se abriram. O que era classificado como reacções «isoladas» passou a ser um ataque sistemático. De um lado o Estado usando o seu aparelho repressivo, do outro a Igreja trabalhando activamente no campo e no meio urbano, através das suas Comunidades Eclesiais de Base. Estas comunidades fornecem a matéria-prima necessária para a elaboração dos documentos da Igreja que tanto desagradaram ao governo.

Alguns dos incidentes mais

sérios contra os representantes da Igreja ocorreram na época de Geisel. Primeiro, a campanha contra o bispo de São Félix do Araguaia, dom Pedro Casaldáliga, que substituiu o padre François Jentel numa das prelazias onde ocorrem os mais graves conflitos de terra no Estado de Mato Grosso. Depois, o sequestro de Dom Adriano Hipólito, bispo de Nova Iguaçu (RJ) e o assassinato dos missionários João Bosco Penido Burnier e Rudolf Lunkenbeim, em Mato Grosso. Além disso, houve a prisão e tortura do padre Florentino Maboni, em Conceição do Araguaia (Pará), e a acusação contra o bispo de Conceição, dom Estêvão Avelar.

Estes incidentes deixaram claro o sério atrito entre a Igreja e o Estado que não podia continuar a ser escondido através de declarações formais que afirmavam que os problemas não afectavam o diálogo. É importante lembrar que nenhum dos implicados nas mortes, sequestros ou torturas dos religiosos sofreu qualquer punição. Tanto o fazendeiro João Mineiro, que em Julho de 1976 matou o padre Rudolf, como o cabo da polícia militar de Mato Grosso, Ezy Feitosa, assassino do padre Burnier, se encontram em liberdade.

Sobre o conceito de Segurança Nacional

Enquanto as divergências podiam ser explicadas como «factos isolados» tudo correu dentro de um clima de cordialidade. Em 1977, no entanto, a Igreja, através da CNBB, na sua reunião de Itaiçi, São Paulo, lança o primeiro de uma série de documen-

tos com a radiografia do Brasil.

Numa época em que se discutia as eleições directas para a escolha dos governadores e presidência da República e logo depois do «Pacote de Abril» (medidas restritivas tanto no campo político como no económico), os bispos, em assembleia, publicam o documento «Exigências cristãs de uma Ordem Política», fundamentando estas exigências na maior participação dos cristãos dentro da vida política do país. Exactamente quando o presidente Geisel instituía a figura do senador «indireto», ou seja, não escolhido pelo povo, popularmente conhecidos como «biônicos», os bispos afirmavam: «estimular a participação consciente e responsável no processo político, social, cultural e económico é um dever primordial do Estado. Tal participação constitui um dos elementos essenciais do bem comum e uma das formas fundamentais da aspiração nacional. A educação do povo é um pressuposto necessário para a sua participação activa e consciente na ordem política. Pela sua missão divina, cabe à Igreja o direito e o dever de colaborar nesta tarefa».

O documento, dividido em 14 capítulos, trata da liberdade e segurança; dos regimes de excepção; da marginalização como negação do bem comum, etc., mas é no capítulo «segurança e liberdade» que as críticas são duras. Publicamente o documento contesta a política da Segurança Nacional afirmando que «a Igreja não contesta o direito de o estado moderno elaborar uma política de Segurança Nacional. Tal política não colide com o ensinamento da Igreja quando a segu-



rança define os seus objectivos através do exercício de participação nacional, quando, enfim, a segurança vem corresponder plenamente aos imperativos da ordem política e da ordem social».

A crítica contra o modelo político adoptado no Brasil é fundamentada na encíclica «Octogésima Adveniat» que diz: «diversos modelos de uma sociedade democrática foram já experimentados. Nenhum deles satisfaz plenamente e a busca continua» (Oct. Adv., Nr. 24). Partindo desta Encíclica, o documento «Exigências Cristãs de uma Ordem Política» afirma ainda: «nenhum modelo é perfeito ou definitivo, por isso, todos são questionáveis. Impede-se o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas. A Igreja não pode, assim, aceitar a acusação de intromissão indébita ou de subversão, quando, no exercício da missão evangelizadora, denuncia o pecado, questiona aspectos éticos de um sistema ou modelo e alerta contra o perigo de um sistema vir a constituir-se a própria razão de ser de um Estado».

Não havia mais que esconder. Este documento não vinha de uma parte do clero. Foi votado por unanimidade na reunião de Itaici em 1977, ou seja, pelo conjunto do Episcopado brasileiro. Mesmo os bispos mais conservadores, entre eles o de Aracaju, dom Luciano Cabral Duarte, desaprovavam a «menina dos olhos» do governo brasileiro, que é o seu modelo político e econó-

mico. Houve reacções, principalmente por parte dos comandantes dos exércitos, entre eles o general Reynaldo Tavares.

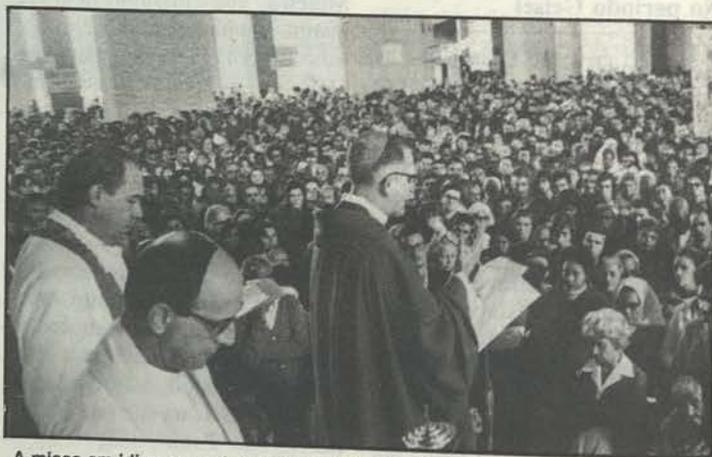
Poucos aceitavam a declaração formal da Igreja contra o modelo e a sua firme decisão na tarefa de participar para transformá-lo. E irritavam-se com os religiosos que argumentavam: «a correção destes males, que não são novos, é tarefa não só dos poderes públicos como de todas as instituições que possam contribuir para a educação do povo», como se lê no texto número 24 do capítulo «A Marginalização como Negação do Bem-Comum».

O final do governo Geisel foi marcado pelas caminhadas quase semanais de dom Ivo Lorscheiter, na época secretário-geral da CNBB, ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Ele procurava uma resposta do governo às agressões sofridas pelos membros da Igreja e também a solução para uma decisão do Ministério da Justiça que proibia a Igreja brasileira de «importar» missionários estrangeiros.

O governo Figueiredo

Simultaneamente, o candidato João Baptista Figueiredo tentava uma aproximação com a CNBB, seguindo um comportamento já comum dos dois outros candidatos à presidência da República: Magalhães Pinto, uma dissidência liberal do sistema, e o general Euler Bentes Monteiro, candidato da oposição. A aproximação do general Figueiredo, facilitada pelo empresário João Fortes, da construção civil, ocorreu durante o enfarte de dom Aloísio Lorscheider, em Setembro de 1978. Figueiredo, desobedecendo às ordens médicas do centro de terapia intensiva do hospital da base de Brasília, visita dom Aloísio, sob os protestos de seu primo dom Ivo Lorscheiter, eleito seis meses depois presidente da CNBB.

De qualquer forma o candidato Figueiredo atingira os seus objectivos, marcando uma nova etapa nas relações Igreja-Estado. Na época, discutia-se como seriam os entendimentos entre os dois. Optou-se por um relacio-



A missa em idiomas nacionais e com uma liturgia mais acessível ao povo

namento directo, isto é, a cúpula da CNBB negociaria directamente com o Palácio do Planalto (sede do Governo federal em Brasília) e não através do Ministério da Justiça.

Mas durou pouco o namoro. Cinco meses depois da posse de Figueiredo a CNBB divulga mais um documento: «Subsídios para uma Política Social» onde analisa o desenvolvimento brasileiro, as consequências da política económica, o que se espera de uma nova política e, como conclusão, referências ao documento de Itaici, «Exigências Cristãs de uma Ordem Política.»

«Subsídios para uma Política Social» surgia reforçado pela posição assumida na Conferência dos Bispos latino-americanos (México), e observava que «uma política calcada sobre bases sociais injustas, para continuar a funcionar procura manter essas mesmas estruturas». Analisando a proposta de abertura, os bispos afirmam ainda que esta mesma política «agora já sob a pressão dos dinamismos libertados pela abertura política e pela maior organização e capacidade de luta de sectores populares, obriga as autoridades responsáveis, em vez de se anteciparem às reivindicações, a partir de uma revisão da própria política, a capitular ante as exigências dos sectores sociais mais conscientes, mais explorados ou mais organizados. Correm assim o risco de procurar uma aparente paz social ao preço de concessões cada vez mais contraditórias da lógica da política.»

Este documento provocou críticas não apenas nos sectores governamentais como também nas chefias políticas do governo, sem

obter uma resposta das direcções políticas da oposição. Ele apenas preparava o que seria o mais contundente dos documentos de Itaici, «A Igreja e os Problemas da Terra», aprovado pelos bispos na Assembleia de 1980.

O problema da terra

Acompanhada com interesse pelo poder central, a Assembleia de Itaici de 1980 não poupou críticas ao mais sério problema brasileiro, que é a questão fundiária. Logo na sua introdução, o documento informa: «este documento está voltado para a problemática da posse da terra no nosso país. Não é um estudo sobre a agricultura nem sobre a questão técnica da produção, mas sobre a questão social da propriedade fundiária».

Acusando directamente o modelo político ao serviço da grande empresa, os bispos afirmam que «a política de incentivos fiscais é uma das causas fundamentais da expansão das grandes empresas agropecuárias à custa e em detrimento da agricultura familiar». Com dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Inca (Instituto Nacional de Reforma Agrária) e, principalmente, da activa Comissão Pastoral da Terra, a CNBB condena formalmente a concentração da terra e dos seus recursos como concentração do poder e diferencia a terra de exploração da terra de trabalho.

Esta diferenciação foi a gota d'água. Até agora, quatro meses depois, poucos são os sectores do poder e de apoio ao poder que conseguiram engolir a distinção feita. Para os bispos, a terra de

exploração é condenável porque «é a terra de que o capital se apropria para crescer continuamente, para gerar sempre novos e crescentes lucros. O lucro pode vir tanto da exploração do trabalho daqueles que perderam a terra e os seus instrumentos de trabalho, ou que nunca tiveram acesso a eles, como da especulação, que permite o enriquecimento de alguns à custa de toda a sociedade».

Com isso, a Igreja dispõe-se também a fazer uma distribuição das suas terras, cujo montante em todo o país é de 178 mil hectares ou seja, 38 mil mais que a Volkswagen, 300 mil menos que a empresa Andrade Gutierrez e dez vezes menos que o projecto Jari (imensa extensão de terra na Amazônia, que pertence ao norte-americano Ludwig e que ameaça seriamente a soberania nacional, sob a protecção do Governo brasileiro), mas que provoca críticas do governo e dos grandes proprietários.

Este documento e a activa participação e apoio da Igreja durante a greve dos metalúrgicos teve uma resposta: o presidente Figueiredo, pessoalmente, atacou a CNBB, representante legítima da Igreja no Brasil e acusou o cardeal Arns de agitador. Este ataque e o encontro do presidente da Conferência dos Bispos do Brasil com o ministro Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil (classificado por assessores da CNBB como um encontro «duro») deixaram um saldo: a Igreja brasileira e o regime do país são «cordiais adversários, cuja convivência só é possível graças ao conhecimento da força de cada um». □



A "Questão Religiosa"

A Igreja e o Estado no Brasil já viveram momentos de muita tensão no passado. Basta lembrarmos da «Questão Religiosa» durante o Império, um episódio histórico, da acirrada disputa entre as duas instituições, sem vencedores ou vencidos: se, por um lado, os Bispos de Olinda, Dom Vital Gonçalves de Oliveira, e o de Belém, Dom António Macedo, acabaram por ser processados e presos, por outro, o facto foi considerado como decisivo para a precipitação da queda do Império.

Tudo começou com a perseguição movida pelos bispos contra católicos maçónicos, uma conciliação inaceitável pelos religiosos mais conservadores da época. A princípio exigiu-se o rompimento dos católicos maçons com a maçonaria. Mas diante da reacção da irmandade, os bispos radicalizaram-se: excomunhão para os maçons. Inicia-se assim um expurgo nas confrarias religiosas das suas dioceses.

Mas qual a razão para tão duras sanções contra os maçons? Formados na Europa, Dom Vital e Dom António levaram muito a sério o ultramontanismo, movimento iniciado pelo Papa Pio XI, que fazia restrições ao liberalismo do século XIX, doutrina revolucionária que discutia, entre outras coisas, a questão da infalibilidade papal. Identificados com o Concílio de 1848 e com as determinações do Vaticano — «combater com a fé e a disciplina as liberdades modernas» —, os bispos brasileiros resolveram impor com energia as suas verdades.

A questão toma vulto bem

maior do que uma simples disputa ideológica pelo envolvimento social da Igreja nas instituições brasileiras: cabia a ela o registo e o casamento civil, a administração dos cemitérios e somente católicos poderiam exercer o magistério nas escolas superiores, ocupar cargos públicos e ter mandatos parlamentares. A situação agrava-se com a proibição, em 15 de Março de 1873, por parte de Dom António Macedo e Dom Vital Gonçalves, os maçons fazerem parte das irmandades religiosas, de receberem sacramentos e serem sepultados em cemitérios eclesiásticos. A decisão dos bispos atinge a sociedade de uma maneira geral, restringindo as liberdades públicas, área da competência exclusiva do Imperador.

O Conselho de Estado dá um prazo de um mês para que a proibição seja revogada, mas os bispos assumem uma posição inflexível. Uma missão brasileira vai ao Vaticano, chefiada pelo Barão de Penedo, e tenta resolver o impasse por meios diplomáticos, apesar do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Visconde de Caravelas, considerar decidida a resolução do incidente através das leis brasileiras.

No entanto, a missão é obrigada a interromper as negociações com o Vaticano, pelo acirramento da questão no Brasil: os bispos são presos e, posteriormente, condenados a quatro anos de prisão, acusados de fazerem «guerra formal ao Governo Imperial, ao Código Criminal e à Constituição política». Alguns anos depois, era proclamada a República.

Entre as posições da Igreja do tempo da «Questão Religiosa» e a de hoje há profundas diferenças que marcam, de maneira nitida, a sua evolução e ajustamento às aspirações do povo.

A atitude da maioria do clero (distante, naturalmente, do pensamento de um velho expoente da Igreja conservadora e tradicionalista, como D. Vicente Scheerer, cardeal-arcebispo de Porto Alegre, Rio Grande do Sul) tem sido objecto de fortes críticas em sectores do poder. Uma dessas críticas foi feita através de uma entrevista a uma estação do Rio Grande do Sul, a Rádio Guaíba, pelo líder do governo no Senado, Jarbas Passarinho. Disse ele que as posições políticas assumidas pela Igreja, no Brasil, «passam a constituir, hoje, o problema número um entre os problemas políticos brasileiros, pois corremos um risco muito grande de uma nova «Questão Religiosa», o que seria desastroso para nós».

Acrescentou o senador Passarinho: «O problema crucial é saber se a Igreja, hoje, repudia Partidos como o meu (Partido Democrático Social, do Governo), como o Partido Popular (liderado pelos senadores liberais Magalhães Pinto e Tancredo Neves) e só teria então capacidade de se unir ao PT (Partido dos Trabalhadores, liderado pelo líder metalúrgico Luís Ignácio da Silva, Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, São Paulo, preso em plena greve da sua classe) ou, talvez, com um Partido Socialista que viesse a ser liderado pelo ex-Governador Leonel Brizola. Neste caso, a Igreja toma posição temporal clássica e política.» □

O preço abaixo do seu valor real

«O preço não é justo», declarou o Ministro do Petróleo do Iraque.
O Controle da refinação é a etapa actual da luta contra os monopólios

Neiva Moreira

O ministro do Petróleo do Iraque, Tayeh Abdul Karim, acha que o preço do petróleo não é justo e não representa o seu verdadeiro valor. Apesar de estar contra «os saltos muito altos», não aceita o congelamento de preços. Ele afirma que a luta contra os monopólios petrolíferos se concentra agora no controle das refinarias.

Numa entrevista exclusiva aos «Cadernos do Terceiro Mundo», concedida no seu gabinete de trabalho em Bagdade, Tayeh Abdul Karim considera que os negócios feitos de governo a governo permitem eliminar o lucro do intermediário e vê de maneira positiva o tipo de relação que o Iraque estabeleceu com a Petrobrás.

Sr. ministro, poderia explicar quais são as principais definições da política petrolífera do Iraque?

— Em linhas gerais, a política do Iraque em relação ao petróleo está ligada à limitação da produção e à adopção de medidas completamente diferentes daquelas seguidas pelos grandes monopólios. Antes da nacionalização, as empresas multinacionais extraíam o petróleo iraquiano de acordo com a procura do mercado mundial. Esse mercado, por sua vez, está controlado e dominado pelos monopólios multinacionais, que não levam em conta os interesses dos povos nem os dos produtores. Mas agora, depois do grande passo que significou a nacionalização, os nossos



O Ministro Tayeh Abdul Karim e Neiva Moreira.

negócios estão limitados e relacionados com as necessidades de planificação e desenvolvimento do nosso país e do nosso povo, assim como dos povos irmãos. A nossa obrigação em relação aos países amigos é dar-lhes créditos em boas condições e certas facilidades.

A política de produção também está condicionada pelo mercado. O Iraque, como membro da OPEP, faz tudo o que está ao seu alcance para atender às necessidades de desenvolvimento de todos os países pobres, coordenando as suas acções com os outros membros e criando uma espécie de equilíbrio entre a oferta e a procura, para evitar os excessos de produção. No entanto, a nossa política petrolífera depende, na verdade, de um elemento mais importante: o incre-

mento da industrialização do nosso petróleo bruto. Ou seja, a expansão dessa indústria por meio do aumento da capacidade das refinarias e o incremento da indústria petroquímica. A nossa intenção é resguardar a nossa matéria-prima para que dela desfrutem as gerações futuras. O Presidente Saddam Hussein disse que dos dois últimos barris de petróleo produzidos no mundo um tem que ser iraquiano.

— Considera superadas as dificuldades do período de nacionalização?

— Nós não enfrentamos dificuldades muito sérias depois da nacionalização. Temos bons quadros técnicos e o nosso povo estava pronto para apoiar o Governo até que se alcançasse com êxito as metas estabelecidas. O período entre a decisão de nacio-

nalizar e o êxito da nacionalização foi muito curto. Em menos de nove meses controlámos a situação. Tivemos decisão e estávamos inclusive preparados para viver sem petróleo dois ou três anos. De modo que preparámos a nossa economia, os nosso orçamentos, para viver sem as divisas geradas pelo petróleo bruto. Estávamos preparados para enfrentar sozinhos a situação. No entanto, muito rapidamente as companhias se renderam.

E que princípios foram adoptados para a comercialização?

— Em relação ao marketing, preparamo-nos para tratar directamente, sem intermediários, com os nossos clientes. De governo a governo ou de governo a empresa nacional. E isto porque nós vinculamos a exportação de petróleo à política global do Estado, incluindo, obviamente, as relações políticas.

Alcançar o valor real do petróleo

Qual é a política do Iraque em relação aos preços?

— A curto prazo, a nossa política foi a de manter os preços

fixados pela OPEP. No entanto, ao mesmo tempo, tentamos proteger a nossa receita em relação à desvalorização do dólar e aos altos índices de inflação internacional. Ou pelo menos reduzir ao mínimo o impacto desses factores. A longo prazo, a nossa política é alcançar o valor real do petróleo, que é um bem não renovável, e complementá-lo com o desenvolvimento de outras fontes de energia. Actualmente, as fontes alternativas — e refiro-me às mais baratas — estão a custar entre 42 a 45 dólares por barril, ou seja, o preço do petróleo ainda está muito abaixo delas.

— Se o sol é para vocês uma fonte alternativa de energia, aqui no Iraque não há porque preocupar-se...

— É verdade. Eu às vezes brinco com os jornalistas dos países ocidentais dizendo que eles estão a tentar usar a energia solar como fonte alternativa, mas que nós também temos sol e antes que eles possam imaginar nós fundaremos o OSEC (Organization of Sun Exporters Countries = Organização dos Países Exportadores de Sol).

De que forma se daria esse

aumento do preço do petróleo para se alcançar o seu justo valor?

— Nós desejamos alcançar o verdadeiro valor do petróleo não de uma só vez, mas através de aumentos graduais, levando em conta o índice de inflação e o índice de desvalorização do dólar.

Poderia dizer-nos em quanto estão os índices de inflação e de desvalorização do dólar em relação ao preço do petróleo?

— A inflação e a flutuação do dólar norte-americano representam para nós uma perda de aproximadamente 30 a 35 por cento na nossa receita petrolífera. Além disso, para o desenvolvimento de outras fontes de energia o combustível está a custar 40 dólares o barril (petróleo bruto). E apesar de todos os aumentos feitos até agora, o petróleo mantém-se muito abaixo desse preço. Está claro, então, que o preço do petróleo não é justo e não representa o verdadeiro valor desse produto. E isto sem mencionar um outro problema de grande importância: o petróleo não é um bem renovável. E trata-se de matéria-prima nobre, de uso estratégico. Podemos dizer que existem dois grandes campos de uso do petróleo: primeiro, para produzir energia — e nesse campo o petróleo tem substitutos, como a energia solar, a atômica, a hidroeléctrica, etc. — e segundo, a petroquímica e os usos na medicina, para os quais não existe nenhum substituto. Por isso, lhes chamamos usos nobres.

Existem planos para começar a reivindicar-se esses 30 por cento de perda na receita, devido à inflação e à flutuação do dólar?

— Não. Nós podemos mudar de moeda, aliviando assim um dos problemas, que é a desvalorização do dólar. Mas a inflação

OS AUMENTOS EM 6 ANOS

ANO	PREÇO DO PETRÓLEO (index)	INFLAÇÃO (index)
1974	100	100
1975	98	130
1976	106	155
1977	117	197
1978	117	264
1979 (1.º semestre)	159	339
(2.º semestre)	183	339

O quadro acima foi baseado em dados recolhidos na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Ele demonstra que a inflação mundial é maior do que os aumentos do preço do petróleo, desde 1974. E que, portanto, o preço actual do petróleo está abaixo do seu valor real. Utilizou-se a unidade 100 como índice base.



Karim: o petróleo contra a agressão

vem de todos os países industrializados e aí a situação é complexa. Assim, apesar da injusta estrutura de preços, vamos continuar por um certo período com ajustes adequados até alcançarmos um nível que consideremos aceitável. Somente através de aumentos graduais e a longo prazo alcançaremos o valor real do petróleo. Somos contra a política de aumentos muito grandes nos preços, mas não estamos de acordo com o congelamento deles.

Uma arma estratégica

É válido, a seu ver, utilizar o petróleo como elemento de pressão?

— O petróleo é estratégico. Não é uma matéria-prima tradicional, por poder converter-se numa arma efectiva nas nossas mãos, nas mãos do povo árabe, para enfrentar a agressão. Não é uma arma de ataque nem de

agressão. É uma arma de defesa. Não lhe daremos o uso que os norte-americanos dão à sua tecnologia, cuja transferência é usada para agredir, evitar o desenvolvimento dos povos. Não faremos o que eles fazem com o trigo e outros alimentos, encaminhando as coisas no sentido que mais lhes convém.

Há também decisões tomadas sobre a quantidade de petróleo a produzir?

— Sim. O nosso país não tem nem terá excedentes de produção. Produzimos o que necessitamos. Não temos a ambição de depositar dinheiro no estrangeiro. Pelo contrário, convidamos aqueles que têm excedentes a investi-los no Mundo Árabe ou no Terceiro Mundo, em vez de depositá-los ou investi-los em bancos norte-americanos ou europeus.

O Iraque não faz esse tipo de aplicação capitalista?

— Não. Aplicamos somente no Mundo Árabe. Planeamos investir em projectos conjuntos com outras nações árabes. Somos um país socialista e não queremos dar uma falsa imagem, investindo a receita produzida pelo nosso petróleo nos países ocidentais para lucrar com eles. Nunca faremos isso. No entanto, para os nossos amigos do Terceiro Mundo damos crédito a longo prazo e a pequeno ou nenhum juro.

Independência política e económica

Tudo isso que conseguiram foi possível a partir da nacionalização do petróleo. Como aplicaram os lucros depois de adoptarem essa medida?

— O nosso presidente, Saddam Hussein, afirmou várias vezes que a nacionalização do petróleo não é uma luta tradicional. É uma batalha histórica,

nobre. Para nós, a nacionalização do petróleo é tão importante como a Revolução de 17 de Julho de 1968, porque com essa revolução nós alcançámos a independência política, mas somente com a nacionalização conquistámos a independência económica. Salvámos a nossa economia da exploração, do controlo dos monopólios. De modo que uma das vantagens mais importantes da nossa medida foi ter libertado os nossos recursos petrolíferos das forças externas e consolidado a nossa independência política.

Mas como foram usados os lucros petrolíferos desde então?

— Desde a nacionalização passámos a controlar a receita petrolífera, depois de termos sido explorados pelos monopólios durante tantos anos e termos pago um preço muito alto por isso. Toda a receita do petróleo após a nacionalização foi investida no Iraque, para apoiar os planos quinzenais de desenvolvimento. Investimos no sector agrícola, no sector industrial, a fim de assegurar o nosso futuro. Quando o petróleo se esgotar, teremos outras fontes de produção a que poderemos recorrer.

Como estão as reservas petrolíferas do Iraque?

— As reservas conhecidas de petróleo duplicaram nestes últimos sete anos, desde que controlamos as nossas riquezas. Antigamente, os monopólios limitavam-se apenas à exploração dos poços maiores, os poços gigantes, desconhecendo e desprezando a exploração dos demais. Nós duplicámos as reservas conhecidas e decidimos explorar o gás associado ao petróleo, eliminando, assim, o seu desperdício. Antigamente, quando esses gases eram queimados, perdiam-se milhares de milhões de dólares. Actualmente

estamos explorando 30% do gás associado, desenvolvendo vários grandes projectos, no sul e no norte do país, que estarão prontos num ano e meio. Possivelmente chegaremos a explorar cem por cento do gás associado. O projecto de utilização do gás divide-se em duas partes: a do gás líquido e a do gás seco. O gás líquido será exportado e o gás seco será utilizado como combustível, uma alternativa para o petróleo. Estes dois grandes projectos permitir-nos-ão exportar muitos milhões de toneladas de gás líquido por ano e economizar cerca de dez milhões de toneladas de petróleo, usando em seu lugar o gás seco.

Ao mesmo tempo, já está em construção o primeiro complexo petroquímico, que vai funcionar com gás. E um segundo está planejado, usando petróleo. Não nos conformamos em sermos apenas exportadores de petróleo bruto. Temos planos ambiciosos de desenvolvimento no campo pe-



Em Outubro de 1927 o primeiro poço de petróleo começava a produzir no Iraque

troquímico — uma indústria completa e de alto custo — e também na industrialização do petróleo bruto. O lucro de um barril exportado com produtos petroquímicos equivale a 50 vezes o lucro de um barril exportado com petróleo bruto. Por outro lado, trata-se de uma indústria muito avançada e, assim, poderemos aproveitar essa tecnologia, que significará muito para o país.

Hoje podemos dizer que no período de 1952 a 1970 — em 19 anos — só investimos 1080 milhões de dinares (moeda do Iraque), uns 3599 milhões de dólares, de lucro do petróleo, em projectos de desenvolvimento. Agora, só no ano passado investimos cerca de 8 milhões de dólares e, em 1980, esperamos aplicar entre 12 e 13 milhões de dólares. Em 1970, a nossa capacidade de produção era de 1,54 milhões de barris por dia. Em 1972, era de 1,46 milhões de barris (a nacionalização do petróleo só foi feita no dia 19 de Junho de 1972). Em 1974, a produção foi de 1,97 milhões de barris diários e, em 1979, alcançou a marca espectacular de 3,7 milhões de barris por dia. Além disso, a capacidade de refinação foi multiplicada por cinco desde o começo da Revolução.

O controlo das refinarias

A nacionalização do petróleo não tenderia, agora, a estender-se para o controlo de outras etapas da produção?

— Em geral, quando as companhias compram o petróleo bruto, processam essa matéria-prima para obter derivados. Como já mencionámos e é largamente conhecido, o lucro por um barril de petróleo (que custa em média 26 dólares) é muito inferior ao do petróleo processado, que anda à volta de 150 a

200 dólares. Se levarmos em conta que actualmente 95% da capacidade de refinação em todo o mundo está nas mãos dos monopólios, comprovamos que a situação é grave. A luta hoje em muitos países é para tomar o controlo dessas refinarias que estão nas mãos desses monopólios. Queremos refinar o petróleo nos nossos países, sob o nosso controlo. Como consequência disto, o petróleo chegará muito mais barato aos países consumidores.

Os monopólios não deixam passar nenhuma oportunidade. Também estão a exercer pressão sobre as nações produtoras com a política de stock. Poderia explicar-nos como tem funcionado o spot-market e que medidas podem contrapor-se a ele?

— Os monopólios pressionam com a política de stock e aproveitam-se de situações políticas, como vem acontecendo desde a mudança de governo no Irão. Foram eles que criaram o *spot-market*. Com a instabilidade no Irão e devido à redução da produção de seis milhões de barris para três, criou-se uma situação realmente terrível no mercado internacional, que deu aos monopólios a oportunidade de começarem a armazenar petróleo bruto, aumentando as suas compras e mantendo-as em depósitos. Assim, num momento de escassez — ou melhor, quando eles fabricam a escassez — os preços começam a aumentar e surgem boas condições para que eles vendam o produto. Na época em que o barril estava a 20 dólares, eles vendiam o petróleo no *spot-market* a 46 e 50 dólares o barril. Actualmente, a Líbia, a Argélia e a Nigéria vendem a 26 dólares. A Arábia Saudita vendia a 25 e passou a 26. O Irão vende a 30 dólares, o México a 33, a Inglaterra a 32 e nós a 26 (nota da redacção:

alguns desses países já aumentaram os preços mencionados pelo ministro). Assim, eles incentivam os produtores, como o Irão, o Kuwait, a Líbia, a venderem no *spot-market*. De uma maneira geral, de cada barril exportado, 50% do custo são impostos ao consumidor, 30% ficam com as companhias petrolíferas e somente 20% chegam realmente ao produtor. No caso do Iraque, devido à relação directa de governo a governo na venda, os benefícios obtidos para o nosso país são de 50%, pois temos o completo controlo do nosso petróleo bruto e ficamos com os 30% que antes iam para as mãos das multinacionais. Nós fazemos o *marketing* do nosso petróleo.

A OPEP tem boa saúde

Os meios de comunicação ocidentais têm insistido na «irreversível divisão no seio da OPEP». Qual é a sua opinião a esse respeito?

— Isso já é tradicional. Em cada reunião da OPEP os meios de comunicação ocidentais vêm com a mesma canção. Usam sempre o mesmo argumento: Que a OPEP se vai dividir. Mas a OPEP já tem vinte anos de vida e é uma jovem forte que está apta a enfrentar qualquer tipo de agressão. Estamos felizes com a boa saúde que a OPEP goza actualmente e isto está a criar condições favoráveis para a reunião da Organização em Bagdade, no

próximo mês de Outubro. Estamos bastante optimistas a respeito dessa reunião. Vamos discutir as relações entre os membros da OPEP e as relações da OPEP com o Terceiro Mundo e com o mundo industrializado.

Em Havana, durante a VI Conferência Cimeira dos Não-Alinhados, o Presidente Saddam Hussein anunciou a decisão do Iraque de manter, para determinados clientes do mundo em desenvolvimento, os preços fixos até fins de 1979. O que significou esta decisão em cifras? Vão adoptar a mesma medida em 1980?

— Primeiro, é importante que fique claro que o Presidente não anunciou nenhuma política de preços que favorecesse os países em desenvolvimento porque isto estaria contra as decisões da OPEP. O que se anunciou foi uma política de créditos a longo prazo para esses países. Seria um primeiro passo até à instalação de um Fundo Especial do Iraque, além do Fundo Especial que já tem a OPEP. A proposta do Iraque tem como objectivo compensar os países em desenvolvimento que sofrem as consequências da inflação importada e do aumento dos preços do petróleo. Ao dar esta compensação, permite-se a esses países melhorar o nível de vida dos seus povos. Como uma forma de fortalecer esta proposta, o Iraque deu créditos, livre de juros e a longo

prazo, aos países mais pobres, para ajudá-los nos seus processos de desenvolvimento. Isto, em cifras, significou uma economia de 254 milhões de dólares para esses países. Essa cifra refere-se aos seis meses em que a medida esteve em vigência, de 1 de Junho a fins de 1979. Doze países foram beneficiados. Eram nações em desenvolvimento que estavam a comprar petróleo ao Iraque. Escolhemos esses países levando em conta o seu rendimento **per capita**, que não excedia os mil dólares anuais. É uma proposta inicial que pode ser aumentada ou diminuída.

Como está agora o estudo dessa medida?

— A proposta tem que ser aprovada pelos outros países que compõem a OPEP e pelos países industrializados, para que a medida possa ser posta em prática ainda este ano. Actualmente, o Comité de Estratégia da OPEP está a estudar o assunto e dará as suas recomendações à Conferência de Outubro que se realizará em Bagdade.

No campo da tecnologia do petróleo há algum tipo de acordo (transferência de tecnologia) com as companhias estatais de países em desenvolvimento, como a PEMEX do México, a PETRANGOL de Angola, a PETROBRÁS do Brasil?

— Temos um intercâmbio com a Petrobrás. Trata-se de um convénio para intercâmbio de tecnologia e de informações. É uma forma de demonstrar as boas relações entre os dois países. Temos, além disso, um convénio para fornecer petróleo ao Brasil a longo prazo e em altas quantidades. Felizmente, devido à boa experiência do intercâmbio tecnológico entre o Brasil e o Iraque, estamos a tentar repetir esse tipo de convénio com outros países amigos. □

Os doze favorecidos

□ Estes são os doze países do Terceiro Mundo a que o Iraque vendeu petróleo no último semestre de 1979 conservando o preço fixo. Isso representou para eles uma economia de 254 milhões de dólares.

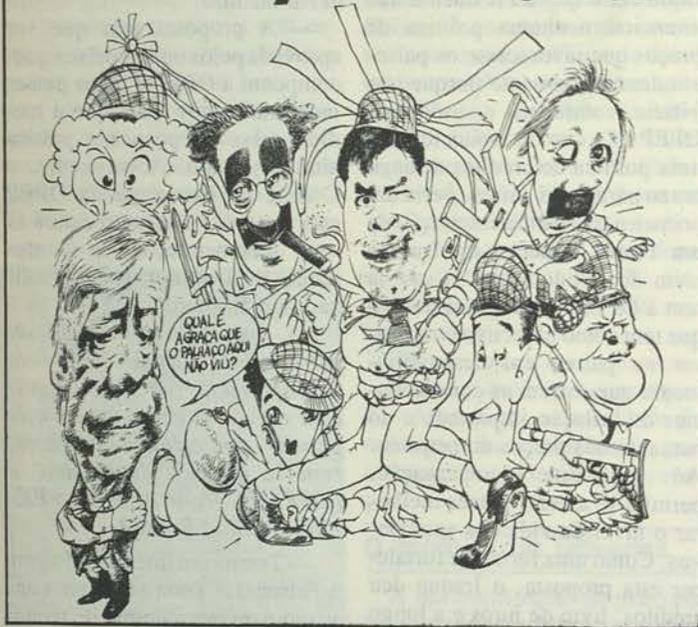
- | | | |
|---------------|---------------|---------------|
| 1) Bangladesh | 5) Marrocos | 9) Somália |
| 2) Filipinas | 6) Moçambique | 10) Sri Lanka |
| 3) Índia | 7) Paquistão | 11) Tanzânia |
| 4) Madagascar | 8) Senegal | 12) Vietname |

À beira do abismo

Apesar da aparente distensão resultante do fracasso da expedição ao Irão e das actividades conciliatórias dos governos europeus, a situação nos pontos críticos da região não se modificou. O risco de um conflito maior aumenta a cada dia

Mohamed Salem

NO IRÃO, A OPERAÇÃO "JERRY LEWIS": A PALHAÇADA DO SÉCULO



Como o caricaturista «Chlco», do Pasquim (Rio de Janeiro) viu a tentativa de desembarque norte-americano no Irão

É fácil de imaginar o que seria hoje do mundo se os pára-que-distas que o presidente Jimmy Carter despachou para o deserto do Irão tivessem tido êxito na sua aventura. Os iranianos teriam incendiado os poços de petróleo, dos quais depende em grande parte, o abastecimento de muitas

nações; estariam a caçar ocidentais onde eles se escondessem dentro do país e a fazer uma guerra de guerrilhas praticamente invencível. Apoiado nos países islâmicos, particularmente nos experimentados palestinos, os guerrilheiros do ayatollah não teriam grandes dificuldades com o abastecimento bélico: do outro

lado da fronteira estão os imensos arsenais soviéticos à sua disposição.

Politicamente, o isolamento dos Estados Unidos no Médio Oriente ter-se-ia acentuado. Uma coisa é opor-se a certas práticas políticas do ayatollah, ao exagero da influência religiosa sobre o poder civil, ao erro obstinado dos «molás» radicais em não aceitar negociações honrosas sobre o destino dos reféns. Em torno desses pontos pode haver divisões e certamente há, mesmo no seio dos países progressistas que apoiam a revolução iraniana. Outra questão é situar-se frente à invasão pura e simples de um país, com os riscos e as implicações que uma iniciativa dessa ordem representa para todos.

Mesmo em Estados ultra-conservadores da região, como a Arábia Saudita e os Emiratos, ou em governos que têm sido alvo de ataques e discriminações por parte da hierarquia religiosa e do governo do Teerão, como são os casos do Afeganistão e do Iraque, o projecto de invadir o Irão, violando a sua soberania, não encontrou qualquer apoio ou simpatia.

Hoje, não há dúvidas de que Carter jogou uma cartada menos destinada a libertar os reféns do que a fortalecer a sua campanha. Se a expedição desse resultado positivo ter-lhe-ia deixado mui-

tos divididos eleitorais mas, mesmo fracassando, iria encontrar, tal como ocorreu, numa opinião pública manipulada pelos meios de comunicação e pelo chauvinismo, certa compreensão e não pouca indulgência. Para o governo não seria difícil escolher alguns bodes expiatórios, como está a acontecer com o chefe daquele estranho «pequeno exército de Brancaleone», o general James B. Vaught, descrito no Senado dos Estados Unidos como o tipo de aventureiro de televisão, um «super-macho» sem medo e sem prudência, que terminou no fiasco militar mais ridículo dos tempos actuais.

Também a oposição do secretário Cyrus Vance à aventura — que o forçou a deixar o governo numa atitude coerente — estava prevista e, em vez de enfraquecer Carter, melhorou a sua posição no Congresso e junto a sectores menos reaccionários, pela escolha de um senador com fama de liberal para substituí-lo, o actual secretário Edmund Muskie.

Assim, do ponto de vista interno, quando Carter disputa o voto conservador, os efeitos da aventura não lhe foram negativos. No campo internacional, no entanto, ocorre o inverso. O facto de o Presidente dos Estados Unidos não ter consultado previamente os seus aliados ocidentais, nem sequer os ter informado, irritou-os profundamente.

Carter tem sido apontado, mais uma vez, como um político capaz de levar os seus amigos a qualquer complicação, por maior que seja, se isso lhe render os votos de mais alguns delegados à próxima convenção do seu partido.

Os aliados desgostosos

Esse estado de inconformismo com a linha ou a falta de linha internacional da Casa Branca



Carter: ganhar as eleições mesmo levando o mundo à beira do abismo

explica a intempestiva viagem do presidente francês, Giscard d'Estaing, a Varsóvia, ao encontro do presidente soviético, Leonid Brejnev. O governo dos Estados Unidos não fez questão de esconder a sua grande irritação com os franceses e, embora mais cautelosamente, estendeu as suas críticas a outros parceiros da Aliança Atlântica, que têm mantido posições reticentes frente às posições assumidas por Carter. Mesmo os alemães, que melhor disfarçam as suas objecções às iniciativas da Casa Branca, frequentemente deixam escapar as suas preocupações perante a conduta do presidente norte-americano.

Os europeus sabem que determinados tipos de acções políticas, diplomáticas ou militares da Casa Branca poderão provocar reacções imprevisíveis e, sobretudo, incontroláveis. O bloqueio do Irão, fechando a entrada do

Golfo, no estreito de Bab-el-Mandeb, só não foi decretado pelo temor de Carter de que teria repercussões perigosas entre os seus amigos árabes conservadores, mas os efeitos negativos da presença de uma imensa esquadra rondando a área, no Oceano Índico, contribuiu para aumentar as tensões em todo o Médio Oriente. Essa mobilização militar alarmou os seus aliados da Europa e, também, o Japão, que dependem, basicamente, dos poços de petróleo da região para abastecimento.

Como no caso da invasão do Irão, os sócios europeus de Carter queixam-se de que não foram ouvidos sobre aquela demonstração de força no Índico, e por isso, mostraram-se relutantes em apoiá-la quanto foi possível.

Não foi diferente o quadro, no caso das sanções económicas. Apesar das enormes pressões exercidas sobre a Europa Ocidental e o Japão para que se unissem aos Estados Unidos no bloqueio ao Irão, a resposta foi tímida e vacilante. Os japoneses ficaram preocupados quando empresas como a Mitsui viram cortados de um dia para o outro e entregues aos húngaros contratos num valor superior a 600 milhões de dólares, para a construção de um centro petroquímico no sul do Irão. É conhecida a força que essas imensas multinacionais japonesas exercem sobre o seu governo.

Mas os problemas não se limitaram ao Japão. Os italianos protestaram e não sem razão. Só os contratos das suas empresas estatais com o Irão ascendem a mais de 3200 biliões de dólares. Globalmente as sanções europeias foram tímidas e muito longe das medidas reclamadas por Carter. E não era para menos. Os contratos actuais das empresas europeias ocidentais no Irão, muitos

já iniciados, são superiores a sete bilhões de dólares. Altíssimas somas relativas a obras já feitas estão por ser pagas. Basta que Komeini instrua o ministro das Finanças para não assinar os cheques e muitas fábricas entrarão em crise nos países do Mercado Comum Europeu.

A solução encontrada pelos governos ocidentais não agradou a Carter, pois as sanções só se aplicariam aos contratos celebrados a partir do dia em que os reféns foram sequestrados e não sobre todos os negócios com o Irão. Mesmo a ultraconservadora dirigente inglesa, Margareth Thatcher, que advogava as sanções totais, teve de capitular perante as pressões dos seus amigos, os empresários.

O problema político

Não tem sido também do agrado da Casa Branca a posição dos seus aliados frente à União Soviética e às relações entre os dois blocos. A entrevista Giscard-Brejnev e a próxima visita do chanceler alemão Helmut Schmidt a Moscovo foram vistas com desconfiança em Washington.

Mas, para os europeus, o problema é muito simples: numa guerra mundial quem está na imediata mira dos mísseis soviéticos são eles. Estudos estratégicos imparciais põem em dúvida a capacidade operacional da Aliança Atlântica e o seu poderio para deter um ataque soviético. Mas mesmo que o fizesse seria à custa da devastação das suas cidades e das suas indústrias. Assim, os europeus consideram-se livres para recorrer a todos os meios disponíveis, para evitar uma confrontação armada, sobretudo quando as soluções pacíficas não estão esgotadas.

Apesar do isolamento diplomático em que ficaram depois da operação no Afeganistão, os soviéticos têm manobrado com mais flexibilidade no sentido de uma solução política para a actual crise. A oferta do próprio governo de Cabul de que os soviéticos se retirarão do país, desde que o Paquistão deixe de ser «Santuário» dos inimigos da revolução afgã e deixe de ameaçar os seus vizinhos com um poder militar desproporcionado, seria uma base de entendimento que, eventualmente poderia sensibilizar o governo de Teerão no caso dos diplomatas sequestrados.

O ponto crítico

O Médio Oriente — e aqui deve-se estender as suas fronteiras geopolíticas à Índia, Paquistão e Afeganistão — continua sendo, no entanto, o ponto focal onde se decide a guerra ou a paz. A situação no sul do Líbano é de tal modo tensa que podem ser ali gerados «incidentes» capazes de deflagrar a terceira guerra mundial. Os políticos e militares que actuam no Líbano, da direita ou da esquerda, estão muito conscientes desse risco.

Uma solução global para a região não poderia limitar-se à retirada soviética do Afeganistão, exigida internacionalmente, sobretudo, pelo poderoso bloco islâmico, ou à solução do problema dos reféns norte-americanos no Irão. Deve-se inserir, principalmente, numa solução para o problema palestino, muito agravado pela intolerância do governo ultra-direitista do primeiro-ministro Menahem Begin.

Mas aí voltamos ao problema eleitoral dos Estados Unidos. Com uma opinião pública excitada até aos limites da psicose da

guerra, Carter é um prisioneiro dos seus interesses eleitorais; qualquer concessão aos árabes e, sobretudo, aos palestinianos, resultaria na redução do apoio dos judeus à sua candidatura e isso pode-lhe ser fatal, tal como o «lobby» israelita já demonstrou nas primárias de Nova Iorque, dando a vitória a Kennedy, para advertir o presidente. Um entendimento no Irão e também no caso Afeganistão-Paquistão poderia irritar os «falcões do Pentágono» bem como os estratos mais reaccionários da sociedade norte-americana, que consideram ter os Estados Unidos chegado ao limite da tolerância.

Assim, pareceria impensável uma atitude menos dura da Casa Branca, mesmo que a designação do sr. Muskie para a secretaria do Estado pudesse ser uma indicação de um estilo mais negociador e flexível. Pelo menos até que se defina esse panorama eleitoral o quadro não se alterará.

«O facto» — disse-nos recentemente em Beirute um dirigente árabe que não pode ser considerado um extremista — «é que a situação no Médio Oriente não resistirá por muito mais tempo. Com essas imensas esquadras norte-americanas no sul do Líbano, pode ser que quando o sr. Carter acabe de conseguir os votos que necessita para a sua candidatura, a terceira guerra mundial já esteja a começar aqui.»

E acrescentou: «Chegando à fronteira do Afeganistão com o Irão, os soviéticos estão a algumas centenas de quilómetros das principais áreas de uma eventual guerra no coração do mundo árabe. Os estrategas do Pentágono não podem deixar de levar em conta também esse factor quando avaliam os riscos das pressões militares que estão exercendo na área.» □

No seio da resistência palestina

Elsa Rodrigues dos Santos e Victor Paula, visitaram, a convite da Frente Popular de Libertação da Palestina-Comando Geral, os campos de refugiados e as frentes de combate no sul do Líbano

Elsa Rodrigues dos Santos e Victor Paula *

Oito dias após a chegada a Lisboa, é difícil ainda para nós regressarmos à rotina do trabalho, de nos enquadrarmos nos pequenos problemas do dia-a-dia português que, comparados com aquilo que vimos, perdem a sua dimensão e se tornam ridícula-mente pequenos. Soa-nos ainda nos ouvidos o som das balas e das bombas que todos os dias fazem estremecer a cidade de Beirute e as aldeias do Sul do Líbano, causando a morte, o pânico e a destruição.

Bailam-nos na retina os rostos martirizados de velhos e de crianças e o olhar doce e responsável dos adolescentes, que muito cedo se transformam em adultos, e da expressão serena e confiante de quem sabe o seu dever, de homens e mulheres.

Cantam-nos ainda na alma às palavras de angústia, de anseio de amor e de paz, verdadeiros poemas que dispensam literatura, mas que encontram toda a sua dimensão poética e trágica na dor e no sangue vertido em defesa da honra e da dignidade, negadas pelo inimigo.

Na verdade, o homem palestino brutalmente arrancado à sua terra, pela mais cruel das violências, vive espalhado pelo Mundo, em todo o lado onde a dignidade ainda não foi degradada e o Homem sabe abrir a



Escormentos de Beirute após mais um bombardeamento israelita

porta da solidariedade e do respeito humano.

Assim acontece nos países irmãos, a Síria e o Líbano, onde o preço por este acto de amizade é a guerra e ataque traçoeiro pelos sionistas de Israel e das tropas fascistas do Mundo Árabe.

Foi exactamente aqui neste recanto do Mundo, perdido no Médio-Oriente, entre montanhas sírias cobertas de neve e sob a paisagem mediterrânica amena e fresca do Líbano, onde outrora um homem palestino, chamado Jesus Cristo, pregou ao Mundo as verdades eternas do amor e da paz, que vivemos a experiência mais difícil mas também a mais

bela e emocionante das nossas vidas.

Foram oito dias de convívio permanente com esses bravos palestinos que todos os dias arriscam a vida em actos heróicos que nunca ficarão na História, porque são escritos com a simplicidade e a verdade duma juventude anónima que luta, embora contra a sua própria natureza doce e sentimental. Mas consciente de que é necessário erguer bem alto a bandeira da liberdade.

Os campos de refugiados

Visitámos o campo de refugiados de Jaramana, em Damasco.

* Membros do Conselho Português para a Paz e Cooperação

Tivemos ocasião de observar que aí as condições de vida são absolutamente sub-humanas pois não há água, nem electricidade. As famílias amontoam-se em pequenos cubículos, sem qualquer higiene, onde é impossível oferecer a uma criança o mínimo de recursos para que ela cresça com saúde. Não existe nenhuma escola e as crianças têm de percorrer muitos quilómetros para frequentarem a mais próxima.

No entanto, apesar desta miséria, há uma consciência política que se denota através dos posters e das palavras-de-ordem escritas nos muros. Mesmo aí encontra-se um centro de trabalho da Frente Popular de Libertação da Palestina — Comando Geral FPLP-CG). (1), onde homens, mulheres e jovens discutem os seus problemas e distribuem tarefas.

Seguimos depois para outro campo de refugiados, o de Yarmouk, onde no centro de trabalho da FPLP-CG tivemos ocasião de conhecer Hafifa, uma das heroínas e vítimas das cadeias sionistas, uma mulher com trinta e tantos anos, muito castigados, mas conservando ainda um brilho

gaiato nos olhos, um sorriso franco sempre a bailar-lhe nos lábios. Admiramos-lhe a boa disposição, pois Hafifa esteve presa treze anos e surpreende-nos que ela não tenha perdido o gosto de viver, depois de ter sido alvo de tantas torturas e principalmente de ter sido encerrada para o Mundo ainda adolescente, numa idade em que mais se ambiciona viver.

Mas Hafifa responde-nos: «Nunca deixei de rir, nem mesmo na prisão. Era preciso ter ânimo.» E agora aqui está, no Campo de Yarmouk, com o seu companheiro de prisão, continuando a lutar os dois por um mundo melhor.

Assim, neste centro Hafifa ensina as crianças a bordar os lenços e as túnicas de origem palestina, a trabalhar em cerâmica, a pintar, a fazer as bandeiras e os emblemas, preservando, deste modo, aquilo que os sionistas tentam negar — o património cultural do povo palestino.

O seu companheiro é também professor. Dirige politicamente o centro, onde muitos artistas desenham os belos posters que serão depois espalhados por

todos os centros da OLP.

Nessa noite, dormimos nesse campo, de refugiados.

Aí, já as condições são melhores. Há água e electricidade, escolas primárias e preparatórias e um cinema, várias lojas de alimentação e de roupa.

As casas mais amplas e embora mobiladas apenas com o essencial, possuem asseio e ordem.

A família que nos recebe tem sete filhos.

«Precisamos de ter muitos filhos, pois todos os dias nos morrem dezenas deles», diz-nos a mãe com um sorriso aberto e com aquela alegria estoica tão característica do povo palestino.

Comemos com eles. Depois, a música das canções de luta dos resistentes lembram-nos as nossas.

Há uma viola a um canto e não resistimos. Tocamos e cantamos a «Grândola» e depois outra e outra.

Quesemos misturar ali a nossa voz com a deles, numa confraternização concreta e real, num desejo de gritar «presente», numa hora em que temos de ser irmãos, pois o inimigo é comum e sempre o mesmo.

O Líbano

No dia seguinte, deixámos a Síria e seguimos para o Líbano.

O sorriso muito divertido, e o olhar límpido de Abu Galeb, contrastavam com aquela manhã fria e enevoada. Estávamos em Masnaa, fronteira no topo da cordilheira que divide a Síria do Líbano. Não tínhamos vistos e as autoridades locais levantavam dificuldades. Abu Galeb tinha ordens superiores para nos levar a Beirute, onde seríamos aguardados na sede da Frente Popular para a Libertação da Palestina — Comando Geral.

Após aturada discussão, concederam-nos os vistos.



A juventude palestina, certeza da continuação da luta

Abu Galeb, conhece a montanha, conhece a luta do seu povo, conhece os sionistas, pois passou doze anos nas suas prisões e comenta:

«Enquanto os Americanos e o seu imperialismo vertem lágrimas de crocodilo pelos muçulmanos do Afeganistão, nada dizem, nada lamentam do destino dos árabes da Palestina».

De quando em quando, éramos detidos por um dos postos de controlo do exército sírio, que se encontra disposto ao longo da cordilheira e do vale de Bekaa.

Abu Galeb continuava: — «A ideologia é indispensável para conduzir a luta. É preciso entender a dialéctica da História para não ter dúvidas quanto à vitória final».

Chegámos, finalmente, a Beirute e, no Comando Geral da FPLP-CG, aguardava-nos um programa rígido e exaustivo a cumprir. No dia seguinte, seguimos para o Sul do Líbano, para as primeiras linhas da frente de combate, para visitar os campos militares.

Acompanham-nos no nosso carro Bechir e Omar, dois comandantes das forças resistentes, bem como vários soldados, em dois outros automóveis, que serão a nossa segurança, enquanto estivermos no Líbano.

Safir dá indicações em árabe ao motorista para seguirmos por uma picada talhada na rocha da montanha agreste. Subitamente, do alto dum rochedo, um guerreiro saudava-nos.

A «Kalashnikov, que segura na mão firme, ergue-se. Já nos esperava. Entrámos numa caverna, cuja entrada se encontra coberta com uma rede de camuflagem. Lá dentro cava-se um túnel enorme. Trabalha-se intensamente. No interior, além de uma pá auto-carregadora, há ar-



Desde muito cedo se manejam armas.

mamento sofisticado. Bechir informa-nos:

—«Não nos podem atingir aqui. Por cima de nós há sessenta metros de rocha dura. Cavaremos à velocidade de oito metros, por noite um túnel que permitirá a passagem de camiões e haverá túneis laterais que possibilitarão aquartelar gente nossa e fazer depósitos de material de guerra. Faremos tudo isso em 45 dias», afirmou.

Almoçámos depois numa sala desse aquartelamento militar. Todos da mesma travessa, soldados, oficiais e visitantes, em profunda comunhão e camaradagem.

As operações alkhalisa e nawrass

Aí, ouvimos a gravação das últimas mensagens de três mártires, cujas fotografias se encontram em todas as casas, em todos os quartéis, em todos os comandos, em todo o lado onde existe um palestino. São eles Muniher Al Mugarbi, palestino, Yassin El Mouzani, do Iraque, e Ahmed Alyehr Mahmud, da Síria. Estes três jovens realizaram uma operação denominada Al Khalisa (centro populacional conhecido

pelos sionistas como Qiryat Schnona, localizado ao Norte do território palestino ocupado), em 11 de Abril de 1974.

Antes de partirem para essa operação, eles gravaram as suas mensagens.

Eis o testamento do jovem sírio:

«Com orgulho e felicidade sigo pela estrada que escolhi, porque esta é a estrada das minhas esperanças.

«A morte nunca é um fim, mas apenas o princípio de uma nova vida de felicidade para o meu povo, e um fim para os seus inimigos. A solidariedade com a luta revolucionária internacional para a derrota dos inimigos do Povo trouxe camaradas de toda a parte do Mundo para lutar ao nosso lado. Parto agora sabendo muito bem que não voltarei, e tendo a certeza também de que milhões de revolucionários continuarão na mesma via de luta contra o inimigo. Dou-vos as boas vindas, porque me dais uma nova vida. A estrada é longa e estamos apenas no princípio. Mas, outros seguirão os nossos passos. Que saibam, pois dar a vida pela pátria».

Partiram, aprisionaram 37 sionistas em Al Khalisa e exigiram em troca a libertação de 100 palestinos presos nas cadeias sionistas, sob pena de matarem os reféns. O inimigo dá pouco valor à vida, até dos seus próprios, desde o momento que estes não lhe sejam importantes, e assim sendo, não cedem.

Os três jovens, num gesto revolucionário, que parecerá aos mais susceptíveis, desumano, mas que, contudo, contém uma das dialécticas da revolução, de cumprir o que se afirma, fizeram explodir o prédio onde se encontravam. Morreram juntamente com os presos sionistas, para mostrarem ao Mundo, que o seu

gesto não era um acto criminoso mas que eles próprios sacrificavam a sua vida pela liberdade.

Recordámos também a operação Nawarass, em que 76 presos palestinos foram trocados apenas por um prisioneiro sionista, especialista de minas e explosivos, capturado no Sul do Líbano, junto do campo Rashidi. Deveria tratar-se, de facto, duma peça muito importante para o regime. (2).

Fomos apresentados ao homem responsável pelo êxito dessa operação. Rondava pelos seus cinquenta e tantos anos, de feições duras, no entanto o seu sorriso é franco e aberto. Conversemos com ele alegremente, pois era-nos grato saber que muitos dos nossos amigos estavam em liberdade pela coragem deste homem. Referiu-se o facto de que na altura da troca em Genebra, os prisioneiros estarem acorrentados e presos aos bancos do avião israelita, e no seu interior, se encontrar uma força de 150 comandos sionistas prontos a entrar em acção para libertar ali o seu companheiro e levá-lo de volta com os 76 palestinos. Foram dissuadidos pelas tropas da ONU de o fazerem.

Frustrada esta tentativa, outra lhes surgiu. Distribuíram casacos pelos prisioneiros palestinos. Este casacos levantaram suspeitas. Resolveram, então, abandoná-los, no aeroporto. Souberam depois que os «agasalhos» se incendiariam como pólvora dentro do avião, caso alguém acendesse um cigarro. Seria, na opinião oficial sionista, um lamentável acidente e os comandos libertados jamais chegariam ao seu destino.

Depois do almoço, fomos sentar-nos na relva e trouxeram-nos chá. O dia estava bonito, a temperatura amena e apetecia estar ali, esquecidos da guerra,



A nossa colaboradora Elsa Rodrigues dos Santos confraterniza com jovens palestinos.

em plena paz com a natureza.

Pouco depois, um guerrilheiro veio a correr e entregou-nos uma enorme borboleta castanha. Perante o nosso espanto, Safir explicou-nos que a borboleta entrara na caverna ao mesmo tempo que nós e isso, na tradição palestina, significava boa sorte. Soltámos a borboleta para que ela continuasse a espalhar boa sorte por aquele martirizado povo. Nesse momento, ainda não prevíamos quanto iríamos necessitar dela, algumas horas depois.

Ao Sul do Líbano

Seguimos mais para o Sul. A paisagem verde do Líbano emoldurada pelas suas nespereiras e laranjeiras em flor, dá-nos uma imagem de paz e faz-nos esquecer, por momentos, que ali há homens que matam, cumprindo ordens, títeres da vontade daqueles que, lá do alto do trono, regem os desígnios do mundo, lançando-o numa luta sem tréguas, onde só pode haver uma resposta: resistir e lutar.

Subitamente, uma rajada: O «Mercedes» branco, que vai à nossa frente, é alvejado. O motorista, que nos tinha conduzido

desde Beirute e que segue agora no carro da frente, pára e apesar dos seus cabelos brancos, enfrenta o inimigo de metralhadora em punho, e dá a resposta.

O nosso carro detém-se também para deixar sair Bechir que, pegando na sua «Kalashnikov», vai ajudar o companheiro.

Dá ordens, contudo, que se faça inversão de marcha e que fuja, pois há que nos salvar, ainda que tenham que dar a vida pela nossa segurança.

Omar acompanha-nos, armado apenas com uma pistola «Browning».

Levam-nos para uma casa clandestina do Comando Geral. Somos recebidos por uma família (um casal e cinco filhos). A senhora procura sossegar-nos com o melhor dos seus sorrisos, mostrando-nos o seu revólver, com um gesto que significava que estava disposta a lutar para nos defender e depois vai buscar chá. Entretanto, guerrilheiros da OLP saem e entram, buscando munições e discutindo a táctica a utilizar. Pouco depois, chega o velho motorista ferido numa perna.

Hessein explica-nos o que se passa.

Um grupo reaccionário, conhecido por Amal ou ainda Marhomni (ambas as palavras significam «miserável» em árabe) fora, tempos antes, liderado por Mussa Sader, que desaparecera. Acusaram então, o presidente Kadafi de ser o responsável pelo seu desaparecimento e morte. São dirigidos, actualmente, por Ussein Hussein.

Há a certeza de que colaboram com os sionistas.

Os Marhomni recebem armas dos Falangistas («Falangot», como depreciativamente lhes chamam os Palestinos) e toda a OLP e a Frente Patriótica do Líbano combatem-nos violentamente.

A razão deste ataque parece incompreensível para os nossos inimigos da FPLP-General Command.

Dias depois leríamos nos jornais franceses e portugueses que tudo começara por um incidente com as tropas irlandesas da FINUL, na aldeia de Beit Xahnoun, na fronteira ao Sul do Líbano. Estas tinham sido alvejadas por tropas israelitas que mataram dois soldados da FINUL e aprisionaram cinco soldados irlandeses, largando-os depois na aldeia de Blida. Com este ataque, violavam assim os limites fronteiriços tentando infiltrar-se no Sul do Líbano.

O ataque continua. Entretanto, tropas da Al Fatah vêm em socorro das forças da FPLP-CG. Os guerrilheiros procuram desalojar das suas posições os franco-atiradores inimigos.

Não obstante o perigo, os jovens guerrilheiros dão provas de uma elevada consciência e auto-disciplina.

Um jovem de não mais de 18 anos empunha um lança rockets.

Ser-lhe-ia fácil destruir as casas onde se acoitam os atiradores.

«Há ali mulheres e crianças, gente inocente. A nossa guerra é contra os sionistas e os reaccionários, não contra o povo», explicou-nos.

Os dirigentes de ambas as facções em confronto reúnem-se na própria casa em que nos encontramos, para negociar um cessar-fogo, mas não chegam a conclusão nenhuma.

Na realidade, viríamos a saber, que se procurava ganhar tempo, pois muitas horas depois ainda não se tinha chegado a uma plataforma de entendimento.

Toda a operação se destinava a provocar o desgaste nas forças defensivas da costa, entregues à FPLP-CG com apoio da Al Fatah.

Somos, então retirados desta casa pois o perigo cada vez está mais próximo. Vamos então a pé, caminhando através de quintas e pomares. Aqui e ali, há soldados da FPLP-CG, que vigiam o inimigo.

Chegamos a uma outra casa de apoio, que se situa num ponto estratégico, voltada para o mar, donde se podem observar as manobras de Israel.

Aqui assistimos a um vácuo contínuo de guerrilheiros que ali vinham abastecer-se de munições. O tiroteio é cada vez mais intenso e já há vários mortos e feridos.

Um rapaz, apesar de ter a perna muito ferida, continua a lutar. Só mais tarde, passado o efeito da injeção de morfina que lhe deram, vem deitar-se junto de nós.

Um dos guerrilheiros, olhando para nós largou a metralhadora sobre a mesa e perguntou com um sorriso — «querem chá ou café?». Havíamos presenciado ao longo destes dias a hospitalidade árabe, mas isto era simplesmente incrível. Preferimos chá.

Pouco depois, um carro veio buscar-nos a toda a velocidade para o primeiro campo militar, onde estivéramos de manhã. Bechir junta-se, finalmente a nós. Impossível seguir para Beirute, porque a situação é muito má. Dormimos nessa noite, numa casa de um guerrilheiro da FPLP-CG num campo de refugiados, aí perto.

Com efeito, nessa manhã os Marhomni haviam atacado próximo do aeroporto de Beirute e de



Manlher Al Mugarbi, palestino, Yassin El Mouzani, do Iraque e Ahmed Alyehr Mahmud, da Síria, três mártires da libertação da Palestina

tarde, Sarafand, a localidade onde estivéramos.

Prova-se, assim, a ligação das forças reaccionárias com Israel. De facto, nessa noite, a coberto do pesado fogo de artilharia naval sionista, registou-se um desembarque de marines sionistas nas praias de Sarafand.

Os guerrilheiros, cansados de um dia de luta, continuam, no entanto, a resistir heroicamente, não só ao assalto dos marines sionistas como também ao ataque simultâneo, por terra, dos Marhomni, e conseguem mesmo obrigar o inimigo a recuar.

Contudo, as baixas vão-se registando e há 12 mortos por parte das forças da OLP, desconhecendo-se o número de mortos no inimigo.

Nessa noite, também essa casa voltada para o mar, onde estivéramos refugiados de tarde era bombardeada pela artilharia sionista, fazendo oito mortos.

O herói do dia

Do balanço de todo este dia agitado há um facto que merece ser relatado.

Para lá das fileiras inimigas, há soldados da FPLP-CG, isolados e já sem munições. É impossível um carro atravessar a estrada. Há então um garoto de 10 ou 11 anos que se oferece para ir levar de bicicleta as munições aos seus camaradas.

Ele fingirá que brinca com a sua bicicleta, inconsciente do perigo que corre. Assim, consegue passar quatro vezes e da última é portador de uma mensagem, em que informava o comando do lugar, onde nos encontrávamos.

Estes são os tais casos de heroicidade que não ficam na História.

Aldeias ao Sul do Líbano

No dia seguinte, o tiroteio cessara, e como há um programa a cumprir, que é visitarmos as localidades mais para o Sul do Líbano exactamente a primeira linha de Frente, fronteira com Israel, seguimos viagem.

Percorremos assim pelo Sul do Líbano várias aldeias e vilas, bombardeadas por Israel. Numa delas, Sowre, parcialmente destruída em Janeiro último, aconteceu o caso extraordinário de nesse bombardeamento não ter morrido pessoa alguma.

É que este povo, como várias vezes nos foi dito, «tem radar nos ouvidos». Pressente a muitos quilómetros de distância o perigo e sabe defender-se nos abrigos que constrói.

Contudo, a metralha traiçoeira que atinge a estrada, dificilmente dá hipótese de fuga, e muito menos às crianças indefesas que vêm da escola. Assim aconteceu com um autocarro,

com 18 crianças, metralhado pela aviação sionista, morrendo várias crianças e o condutor.

Tirámos uma fotografia desse autocarro, transformado num monte de ferro velho, que ali jaz na estrada como testemunho do acto criminoso.

Vimos, também, mais adiante, uma igreja que fora bombardeada. É que à fúria do inimigo não escapa apenas o culto muçulmano que o leva à destruição de magníficas mesquitas de que Al Alqsa, em Jerusalém, uma das mesquitas mais ricas do Mundo, em 25 de Agosto, de 1969, é um exemplo vivo. Também o culto cristão é desrespeitado, pois para Israel só impera uma lei e uma religião: o imperialismo sob o culto da estrela de David. □

NOTAS:

- (1) A Frente Popular de Libertação da Palestina — Comando Geral, uma das organizações que integram a OLP, é uma cisão da Frente Popular para a Libertação da Palestina (FPLP) de Georges Habache. A FPLP-CG é uma organização marxista-leninista ideologicamente muito próxima aos Partidos Comunistas do Líbano e da Síria. O seu dirigente máximo é Ahmed Yabril.
- (2) Ver entrevista com Halibi Tahsin, Cadernos do Terceiro Mundo n.º 19.

Quer saber algo mais sobre as regiões autónomas da MADEIRA e AÇORES ?

farol das ilhas — r. mãe d'água, 13-2.º-f — 1200 lisboa — telefone 36 66 13

f.i.



A proposta da democracia-cristã

A conquista da democracia e as vias para alcançá-la suscitam, em toda a América Latina, um amplo debate. Essa discussão ganhou maior amplitude depois das sangrentas experiências ditatoriais da Argentina, do Chile e do Uruguai, dos acontecimentos da América Central e do Caribe, particularmente a vitória popular na Nicarágua, e, também, da abertura política que, no Brasil, dá os seus primeiros e difíceis passos.

Como saída para os regimes ditatoriais está aí em discussão o projecto de Carter sobre a «de-

mocracia viável». Mas, em geral, ela é considerada por muitos como uma fórmula continuísta, que não é nem democrática nem tão pouco viável.

Também as propostas da social-democracia e da democracia cristã, ambas de origem europeia, enfrentam crescente resistência, nas correntes progressistas e revolucionárias da América Latina, como incapazes de atender ao desafio latino-americano.

Nesta edição, o nosso correspondente no Equador, José Steinsleger e os nossos colabora-

dores Alberto Lovera, da Venezuela e Victor Gutiérrez, da Costa Rica, abordam um desses campos ideológicos e políticos: o do modelo democrata-cristão, total ou parcialmente no poder nesses países. Na sua análise sobre El Salvador, Roberto Remo, da equipa internacional de editores dos «Cadernos», também aborda, embora periféricamente, o tema, quando faz referências às posições da DC salvadorenha e ao desgaste dessa corrente, na dramática experiência que vive, como integrante da Junta que tenta governar esse país em guerra.

EQUADOR

Hurtado: ideologia e política

O vice-presidente do país defende o socialismo comunitário, uma proposta da democracia-cristã equatoriana

José Steinsleger

No Equador, a democracia-cristã tem uma importância eleitoral pouco significativa. No entanto, ela tem grande influência entre os grupos políticos ligados aos sectores de médios e baixos salários. E a sua diferença em relação aos outros partidos democrata-cristãos da América Latina, é que ela «não provém de

partidos católicos, não tem vinculações com a Igreja, nem recebe a sua influência», segundo Osvaldo Hurtado, vice-presidente do Equador.

O PDC equatoriano foi constituído em 1964 por jovens activistas cristãos de universidades e sindicatos de Guayaquil, Loja,

Cuenca e Quito. Em 1968, o Partido ocupou o Ministério do Trabalho no governo de Velasco Ibarra e, em 1972, pouco antes do golpe militar do general Rodríguez Lara, integrou, com algumas organizações marxistas, a Frente da Pátria, para participar nas frustradas eleições desse mesmo ano.

Na década de 70, a figura de Osvaldo Hurtado, como o principal teórico e político da democracia-cristã equatoriana, foi crescendo entre partidários e opositores.

Essas considerações valeram-lhe, durante a campanha eleitoral, as acusações de comunista e marxista por parte de organismos como a Câmara dos Industriais e dos partidos da direita e ultradireita. Porém a obra de Hurtado como sociólogo não foi esquecida pelas mesmas correntes de esquerda e direita que o criticam. Escritores marxistas, como Pedro Jorge Vera, afirmaram que a sua obra, «O Poder Político no Equador», «nos proporciona uma compreensão global do que fomos e do que somos como ser nacional».

Politicamente, Hurtado defendeu a criação da Corporação Estatal do Petróleo Equatoriano (CEPE) e o imposto ao património da oligarquia, para controlar as evasões fiscais, e participou na redacção da Nova Constituição Nacional.

Durante a segunda etapa do governo militar (1976-1979), Hurtado atacou o rumo da política petrolífera, denunciou o envidamento externo e foi contra «a distribuição regressiva da receita».

Em relação ao aspecto económico, as concepções de Hurtado (que, como vice-presidente, se encontra à frente do Conselho Nacional de Desenvolvimento) destacam as características de três sectores básicos:

- área de prioridade social, não estatal: uma área de prioridade comunitária;
- área estatal de recursos naturais: o petróleo deve ser nacionalizado no momento em que dê mais benefícios para o país.



O Vice-Presidente Hurtado

- área privada da economia: o artesanato, pequenas propriedades agrícolas, etc. — indústria estatal (sectores monopolizados), pequena e média indústria (particulares), grande indústria (trabalhadores e Estado).

Esses são em linhas gerais os ideais do socialismo comunitário.

Cadernos do Terceiro Mundo fez uma entrevista com o Vice-Presidente, abordando os principais pontos polémicos da política do país.

O desconhecimento jurídico por parte do Tribunal Superior Eleitoral em relação ao seu partido, a Democracia Popular e Cristã, decidiu a sua filiação na Concentração de Forças Populares (CFP) para lutar nas eleições. Que efeitos produziu essa atitude entre os seus companheiros de partido, considerando as suas críticas anteriores a CFP?

— A minha incorporação temporal e meramente formal na CFP, assim como a de outros companheiros da DP, foi motivada por razões estritamente conjunturais. O desconhecimento da DP foi uma medida repressiva da

ditadura e fundamentalmente uma manobra do general Bolívar Jarrín Cahueñas, ex-ministro do governo (nota da redacção: acusado de ser o responsável pelo assassinato do ex-candidato presidencial Abdon Calderón Muñoz), e do seu colaborador, o presidente do TSE, Carlos Arizaga Vega. A essa manobra da ditadura, cujo propósito era destruir o meu partido e liquidar uma alternativa popular e progressista que se oferecia ao país, a DC respondeu com uma decisão pragmática, no sentido de que eu passasse a integrar as listas da CFP. Obviamente, uma decisão de tal natureza provocou sérios transtornos nas nossas fileiras.

Alguns militantes, actuando com mais sentimento do que com a razão, chegaram a adoptar posições extremas, marginalizando-se da vida partidária.

Ideologia e política

A DC equatoriana foi sempre para si um partido ideológico?

— A ideologia é a grande inspiradora das acções políticas, mas é através do político que se estrutura uma estratégia e uma tática destinada a alcançar os postulados esboçados pela ideologia. Porém, quando a ideologia toma o lugar da acção política, e também da estratégia e da tática, transforma-se em ideologismo. Este desvio, o ideologismo, tem vindo a prejudicar seriamente os partidos ideológicos que se caracterizam pelo desejo de acomodar a realidade aos acontecimentos e às conjunturas, como também aos mandatos e aos princípios ideológicos. O resultado objectivo é a sua marginalização da dinâmica da realidade política.

Uma atitude como a sua reformula a concepção tradicional

do que se conhece como participação política no seu país?

— O petróleo divide em duas etapas a vida económica do Equador. O mesmo acontece com o referendo constitucional. Fiz essa previsão em 1977 e os acontecimentos estão a dar-me razão. Assistimos a um novo quadro ideológico e político da sociedade equatoriana e estamos a presenciar um novo sistema de partidos, um novo estilo de fazer política. De algum modo a acção política que a DP vem desenvolvendo insere-se nesses supostos diagnósticos e na necessidade que tinha um partido político — que como todos os grupos era bastante independente — de buscar o diálogo com outras forças para estabelecer um projecto comum.

De que maneira o cefepismo interfere e altera o seu pensamento democrata-cristão? Pertencer simultaneamente à Concentração de Forças Populares altera em algo a sua ideologia?

— De modo algum. Quando resolvi filiar-me na CFP deixei bem claro através dos meios de comunicação que não estaria sujeito nem à sua disciplina nem à sua doutrina nem aos seus dirigentes. E isso tem realmente acontecido. A Democracia Popular, já reconhecida nos nossos dias, é a Democracia-Cristã do Equador.

Tem declarado em algumas ocasiões que a Democracia-Cristã equatoriana não concorda com uma plataforma internacionalista. Como concebe a articulação entre o nacionalismo e o internacionalismo da Democracia-Cristã? Há heterogeneidade nas políticas da DC na América Latina e no mundo ou actuam sob um denominador

comum e uma direcção centralizada?

— A heterogeneidade dos partidos da DC no mundo é uma confirmação de que não existe uma internacional democrata-cristã. Se existisse, se houvesse esse mando superior inspirado em alguma cúria romana, definindo o conteúdo doutrinário e as linhas básicas, aqueles que ouzassem desviar-se dos mandamentos transmitidos seriam levados ao ostracismo, como já sucedeu em outros grupos políticos. O facto de que há diferentes conteúdos ideológicos nos partidos da DC demonstra a inexistência de uma internacional democrata-cristã nos termos que o mundo conheceu depois da I Guerra Mundial.

Aumentar a nossa capacidade de negociação

Gostaria que aprofundasse alguns pontos das suas críticas à esquerda marxista equatoriana.

— Efectivamente eu tenho sido muito crítico com a esquerda marxista equatoriana. Mas se alguém conclui daí que sou um anticomunista ou um macartista, então já não há nada a dizer. Porque as minhas críticas jamais tiveram um conteúdo nesse sentido. É uma crítica à sua falta de visão política, à sua falta de compreensão da realidade nacional. E isto, não há dúvida, é um problema para o diálogo. Trata-se de um mecanismo insustentável. Posso dar um exemplo do raciocínio de alguns grupos: a democracia cristã chilena esteve contra Allende durante o governo da Unidade Popular. A CIA esteve contra Allende, em consequência, Osvaldo Hurtado, democrata-cristão equatoriano, faz o jogo da CIA. O diálogo assim, rompe-se. E como eu não sou marxista, sou, portanto, an-

ticomunista. Isto é o ideologismo, como eu lhes disse antes. É um mecarismo onde a dialéctica desaparece.

O que fará o seu governo para enfrentar as companhias multinacionais?

— Penso que deveríamos redefinir as relações entre os Estados do Terceiro Mundo e as multinacionais, introduzindo um novo elemento na análise desse problema, que é um problema político. Enquanto não aumentarmos a nossa capacidade de negociação e com ela a nossa qualificação técnica pouco poderemos avançar. Muitas vezes as multinacionais exploram-nos mais porque temos técnicos de terceira categoria a negociar com elas. Carecemos de gente com a suficiente lucidez, capacidade e competência para discutir de igual para igual, a fim de advertir ou descobrir onde nos vendem gato por lebre.

Não acha que a incompetência dos técnicos é também consequência do monopólio tecnológico, de mecanismos que impossibilitam premeditadamente o acesso ao conhecimento quanto se trata de técnicos nacionais?

— Não exactamente. Eu diria que a forma como o Equador negociava com as multinacionais na década passada mudou substancialmente em relação a como se negocia hoje em dia. Elevámos a nossa capacidade.

Isso quer dizer que para si há uma diferença radical entre as duas etapas do governo militar?

— Somente no campo da negociação do petróleo. É isto está claro pelos resultados, considerando a década passada e a actual. É evidente que o problema não se esgota nesse ponto. Acredito que a presença das multinacionais, com todo o seu imenso poder e capacidade financeira e tecnológica, é também

um facto político. Não podemos prescindir desse facto político. Exemplifiquemos: está previsto o desenvolvimento de uma indústria automobilística no Equador para prover o Pacto Andino. Está o Equador em condições de produzir uma tecnologia que fabrique um automóvel competitivo? Creio que não. Podemos prescindir de uma multinacional que pode dar-nos tecnologia e assistência financeira? Acho que a resposta também é negativa, porque nesse momento estaríamos a perder toda a possibilidade de utilizar a concessão que nos deram os países do Pacto Andino para produzir automóveis. Temos que negociar. O importante é negociar em termos convenientes para o interesse nacional.

Sindicalismo e Reforma Agrária

E quando a multinacional decide boicotar os mercados como sucedeu com a Texaco-Gulf em 1975?

— Aí temos dois caminhos: um dirigido para o âmbito interno e onde o país deve recorrer ao direito da sua soberania, estabelecendo as sanções e responsabilidades do caso. E outro para o exterior, onde há somente uma saída: fazer com o comércio em geral o que temos feito com a OPEP. Enquanto não aumentarmos no plano internacional a nossa capacidade de negociação, estaremos submetidos à voluntariedade dos países imperialistas. Mas se integrarmos um instrumento de poder como a OPEP, nem sequer negociamos, impossíveis condições.

Na Declaração de Princípios da Democracia-Cristã (Abril de 1978), destaca-se o princípio da empresa comunitária. Mas as centrais de trabalhadores des-

confiam da sua gestão administrativa, pois, segundo elas, você seria partidário da formação de um sindicalismo vertical, solidamente ligado ao Estado. Afirmam que o apoio que deu à CEDOC (uma das centrais operárias do Equador), de Germán Barragán, por não ser representativa é um exemplo de sua opinião neste sentido.

— Durante a campanha eleitoral eu fui o principal alvo dos ataques da direita e da extrema-esquerda. Isso é frequente para os políticos que, embora não se identifiquem com o pensamento marxista, estão ao mesmo tempo convencidos da necessidade de uma reforma social, o que não exclui que sejamos vistos com desconfiança por aqueles que afirmam representar a vontade das massas. Sem discutir se eles realmente as conduzem, o curioso é que enquanto os sectores da ultradireita me olham com suspeita, o mesmo acontece com os sectores ligados à esquerda marxista. Penso que este é o destino de todos aqueles que procuram encontrar um caminho diferente. Mas se essas críticas se dão no nosso caso, a explicação está na viabilidade do nosso projecto. Eles têm medo e por isso me atacam.

Em relação ao problema do sindicalismo quero dizer que criar um sindicato estatal, monopolizado pelo Estado, vai contra os meus princípios. Vai contra um princípio defendido pela Democracia-Cristã que é o pluralismo. Da mesma forma, como acho que a base de uma sociedade democrática é o pluralismo ideológico e político, acho também essencial o pluralismo sindical. Que os trabalhadores se agrupem de acordo com seus próprios critérios e valores. Eu não iria defender uma medida que seria tão pouco democrática, tão pouco

prática e, além disso, inconstitucional.

Os governos equatorianos sempre sofreram um factor de desestabilização no século XX: a questão agrária. Hoje em dia, por exemplo, o Equador importa alimentos. Como se explica isso?

— Quando na campanha eleitoral analisávamos o problema da distribuição da riqueza dizíamos que isso se dava em várias escalas entre as classes sociais. Mas também existe uma má distribuição da riqueza de ordem espacial. Este é o problema das grandes metrópoles, Quito e Guayaquil. É necessário tomar decisões para inverter o processo histórico do desenvolvimento económico equatoriano. É necessário deslocar recursos para o campo: obras de infra-estrutura, estradas, saneamento básico, educação, tecnologia, créditos, promover a organização e participação social dos camponeses.

Como seria aplicada a Reforma Agrária?

Nós usaremos a lei vigente de Reforma Agrária. Por temperamento, não sou partidário de reformas jurídicas como solução para os problemas sociais e económicos. Em matéria de Reforma Agrária sobretudo, o problema não é de leis e sim de decisões políticas. A ditadura do general Rodríguez Lara fez uma lei de Reforma Agrária em 1974. Mas se falar com os funcionários do Instituto Equatoriano de Reforma Agrária e Colonização (IERAC), eles lhe dirão que contam apenas com 10% do orçamento necessário para implementar o que está nas leis. Acho que é necessário prosseguir a Reforma Agrária, consolidar o que já se fez, demonstrar que é um projecto viável. Demonstrar que não é lícito deixar aos camponeses uma simples terra parcelada, inútil para o cultivo. □

Uma guinada para a direita

Sectores mais conservadores da democracia-cristã tentam apresentar-se agora como alternativa neutralizadora do avanço revolucionário dos povos latino-americanos

Alberto Lovera*



Herrera Campins

foram feitas várias mudanças na política externa do país que tinha vindo a destacar-se ultimamente com posições que coincidiam com as dos países progressistas e que mostravam um certo grau de independência em relação à linha adoptada pelo Departamento de Estado dos Estados Unidos.

No poder, os democratas-cristãos fizeram uma viragem para a direita na política internacional (e na política interna também). A orientação do Ministério dos Negócios Estrangeiros identifica-se cada vez mais com as posições norte-americanas. Por detrás do ministro Zembrano Velazco move-se o ex-ministro Aristides Calvani, dirigente da Organização Democrata-Cristã da América (OCDA), que parece ser o verdadeiro mentor intelectual da política internacional da Venezuela. Caso continue a orientação actual da política externa do governo, como tudo parece indicar, ela se converterá, como se está a converter, num obstáculo na luta dos povos latino-americanos pela sua autodeterminação.

Quando os democratas cristãos assumiram o governo, em Março de 1979, estava no auge a luta na Nicarágua, que conduziu à deposição de Somoza e ao triunfo da Frente Sandinista. Era um momento decisivo, onde a soli-

dariedade internacional com a luta do povo de Sandino assumia uma importância capital. Herrera Campins encontrou no país uma política solidária com a Nicarágua que dificilmente poderia ser alterada e teve que aceitar a herança política do governo de Carlos Andrés Pérez que o precedeu.

Campins e os seus seguidores começaram, então, a pressionar a Junta de Reconstrução Nacional recém-constituída e também a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), com a intenção de ampliar a Junta com um membro democrata-cristão, mesmo sabendo que a democracia-cristã não tem nenhum peso político na Nicarágua. Fracassadas as pressões, o representante da Venezuela na OEA foi substituído por um membro da ala direita do partido do governo, justamente na sessão que ia discutir o caso da Nicarágua.

No entanto, a acção do Pacto Andino para impedir que prosperasse a proposta dos Estados Unidos de intervir na Nicarágua por meio de uma «Força Interamericana de Paz» deu uma noção diferente da verdadeira orientação da política externa venezuelana. O efeito positivo da acção seria deixado de lado pelas futuras actuações da diplomacia ve-

* Sociólogo Venezuelano

nezuclana. O atraso no reconhecimento do Governo de Reconstrução Nacional e os constantes adiamentos na normalização das relações entre os dois países tinham um significado ainda um tanto obscuro, mas que ficaria mais claro alguns meses depois.

A aliança com o imperialismo

Tudo parece indicar que, face ao triunfo sandinista, o acordo da democracia-cristã venezuelana com os Estados Unidos se centrou nos problemas futuros tanto na Nicarágua como em toda a América Latina. Ante a ascensão de um novo ciclo do movimento revolucionário latino-americano, iniciado com a revolução sandinista, a ala mais conservadora da democracia-cristã internacional estaria a tentar lançar-se como solução para a reconstrução dos países onde as massas se levantam contra os regimes ditatoriais. Perante as dificuldades encontradas pela social-democracia em se fixar como alternativa para substituir as ditaduras do continente latino-americano, a democracia-cristã estaria a tentar ocupar o seu lugar. Apresenta-se como uma nova opção, mais leal e confiante, para o sistema capitalista, numa espécie de ajuste de contas com a social-democracia a nível internacional. A participação dos democratas-cristãos em vários governos, somados aos que já se encontram no poder, dão-lhes a condição de se considerarem de novo, em ascensão. Através do governo pretende-se colocar a política externa da Venezuela ao serviço da democracia-cristã internacional, com íntima colaboração com o imperialismo norte-americano.

O objectivo da ala mais conservadora dos democratas-cristãos será o de se apresentar como uma «terceira via» ou uma «ter-

ceira alternativa», entre os EUA e Cuba, segundo eles a única opção existente no campo dos aliados internacionais latino-americanos. Essa «terceira alternativa», identificada com a política norte-americana, não é nada mais do que uma tentativa para confundir os povos que lutam pela independência e autonomia.

El Salvador : Uma nova prova

O golpe de Estado, inspirado pelos EUA, que derrubou o General Oscar Romero em El Salvador, evidenciou a falácia da «terceira alternativa» proposta pelos democratas-cristãos, liderados pelo governo venezuelano. Ali pode-se ver ao serviço de quem está a actual diplomacia venezuelana, dirigida pelo ex-ministro Calvani. A Junta Salvadoreña, como se sabe, tenta deter o avanço das forças populares e revolucionárias e conseguiu manter-se até agora no poder graças ao apoio económico, político e militar que a Venezuela, os Estados Unidos e a organização internacional da democracia-cristã lhe têm dado.

O governo democrata-cristão venezuelano tem dado créditos e ajudas às ditaduras de El Salvador, Honduras e Guatemala, com a justificação de que com isso «ajudam a democratização». Mas o que não se justifica é que enquanto os empréstimos para os países com governos ditatoriais se resolvem rapidamente, demoras injustificáveis atingem os acordos financeiros e petrolíferos entre a Venezuela e a Nicarágua, onde todos os sectores progressistas esperam ansiosamente por eles. Os nicaraguenses contam também com a ampliação desses acordos durante a visita que Herrera Campins fará ao país, pois estão em fase de reconstrução e

consolidação da democracia popular.

As relações com Cuba

Na sua estratégia de bloquear o avanço das forças progressistas na América Central e no Caribe, o governo venezuelano, estimulado por sectores reaccionários do país, tem vindo a deteriorar as relações que existiam com Cuba: dando um destaque exagerado aos factos provocados pelo tráfico ilegal de vistos na embaixada da Venezuela em Havana, denunciado pelo novo governo venezuelano, que iniciou uma investigação; exagerando os assaltos à embaixada venezuelana em Cuba; e apoiando uma campanha para deteriorar as relações entre os dois países, com a intenção de isolar o Governo de Cuba. Isso sem contar com as agressões que a polícia política venezuelana levou a efeitos contra o embaixador de Cuba na Venezuela, numa flagrante violação das normas mínimas de respeito internacional, provocando o retorno do embaixador cubano ao seu país e a redução do pessoal diplomático na Venezuela.

A mudança de governo em Caracas atingiu com mais intensidade a política externa. E uma viragem que tem a intenção de bloquear as lutas populares que surgem com possibilidades de vitória, a partir de um novo ciclo revolucionário que se abriu com a revolução sandinista. Estar atento a este jogo da direita na política internacional venezuelana é importante na estratégia das lutas actuais do continente. Mas não devemos esquecer-nos dos «pés de barro» de toda a política reaccionária na Venezuela: o povo venezuelano, a sua combatividade e a sua tradição de solidariedade com todos os povos que lutam.

COSTA RICA

D.C.
especial

Os desvios de Carazo

A aplicação da linha liberal-conservadora que chegou ao poder em 1978 ameaça as conquistas democráticas do povo costarricense

Victor Gutiérrez.

A Costa-Rica, o único país da América Central onde a democracia liberal funciona — razão pela qual lhe atribuem a qualificação de «a Suíça da América», antes reservada ao Uruguai — não escapou aos ventos transformadores que sacodem a região. Os meios de comunicação destacam a «viragem direitista» da política do Presidente Rodrigo Carazo, que recentemente apoiou activamente os sandinistas e agora apoia a junta cívico-militar salvadorenha, abre as portas do país à imigração cubana e acusa o comunismo de fomentar greves no país.

No entanto, o que é considerado no exterior como uma mudança política contraditória não é para os costarricenses senão a aplicação consequente da linha de centro-direita do governo de Carazo. Desde a sua subida ao poder em 1978, o seu governo não se caracterizou por uma orientação popular e progressista. No plano económico, as dificuldades são atribuídas à crise mundial e têm sido enfrentadas com as tradicionais receitas antipopulares do Fundo Monetário Internacional: liberalização de preços de artigos básicos, alugueres e empréstimos (o juro subiu de 9 e 12% quando começou a actual administração para 20 e 22%), ao mesmo tempo que se anuncia uma política de austeridade que poderá provocar o aumento dos impostos e uma desvalorização da moeda.



O Presidente Rodrigo Carazo

Simultaneamente, desenvolve-se a perseguição à actividade dos sindicatos de esquerda (ainda que, deve-se reconhecer, não se recorra à repressão policial senão em casos extremos), assim como o discurso político emprega com frequência cada vez maior o verbalismo da guerra fria, perturbando as relações diplomáticas com os países socialistas.

Uma aliança heterogénea

— A esta política está ligada a composição de forças que levou Carazo à presidência, afastando do poder o Partido de Libertação Nacional (PLN), de tendência social-democrata. No Partido da

Unidade, governamental, coexistem a direita liberal tradicional — cuja principal bandeira é a luta contra o intervencionismo do Estado na economia, defendida pelos social-democratas — e o neoliberalismo dos empresários modernos, mais inclinados para os modelos autoritários que hoje predominam no Cone Sul. Carazo reuniu também o apoio de alguns interesses das multinacionais, amedrontados com a origem sindicalista de Luís Alberto Monje, o candidato presidencial do PLN. Finalmente, somaram-se à sua coligação grupos médios de tendência abertamente fascista — insuflados pelos sectores tradicionalistas da Igreja — como também, num outro ex-

tremo, os «calderonistas», que lhe deram a maior base eleitoral. Este grupo, de origem cristã, que nos anos 40 chegou a fazer uma aliança com os comunistas, está hoje totalmente voltado para a direita. No entanto, a sua velha raiz populista ainda os coloca como centristas na coligação do poder, actuando como contrapeso das tendências mais reacţionárias.

A Opção pelos Sandinistas

O apoio do governo de Carazo à Frente Sandinista de Libertação Nacional — que constituiu, sem dúvida, um apoio fundamental para o triunfo da revolução nicaraguense — não foi incoerente. Do ponto de vista ideológico, a oposição a Somoza na coligação governamental baseou-se no sentimento antiditatorial do liberalismo, enquanto que, do ponto de vista económico, Somoza representava uma ameaça para importantes sectores da burguesia costarricense pelos investimentos que o seu grupo realizava em terras, hotéis e indústrias, com pretensões, inclusive, de penetrar nos meios de comunicação social.

Finalmente, a ameaça do ditador nicaraguense de invadir a Costa-Rica influenciou a decisão do governo de São José em apoiar activamente a luta anti-somozista. A partir desse grosseiro erro de Somoza, Carazo passou a considerar os sandinistas como a primeira linha de defesa costarricense, de acordo com o velho ditado que diz: «o inimigo do teu inimigo é teu amigo». Seria errado acreditar que o apoio ao sandinismo por parte do governo da Costa-Rica começou com essa ameaça (que, na verdade, foi bem séria) mas, sem dúvida, foi a partir daí que ele passou a ser mais profundo e sistemático.

Por outro lado, do ponto de



vista político, o presidente Rodrigo Carazo sentia a pressão de todas as camadas do seu povo — em especial dos sectores populares — que apoiavam de maneira concreta e unânime a luta sandinista contra a ditadura do país vizinho.

Solidariedade Democrata-Cristã

Foi muito simpática a atitude do governo da Costa-Rica em relação à junta salvadoreña, que recebeu apoios e estímulos públicos do presidente Carazo. Tanto ele como os membros civis do regime salvadoreño são democratas-cristãos e, obviamente, a solidariedade ideológica foi o motivo principal desta posição.

Por outro lado, ao contrário do regime somozista, a junta salvadoreña não representa nenhuma ameaça militar ou económica que possa preocupar a Costa-Rica.

Mas até onde pode chegar essa solidariedade? Além das declarações, não há até agora outro tipo de colaboração activa com o regime salvadoreño, pelo menos directamente. Houve, no entanto, um pequeno escândalo

em São José quando o governo de Carazo autorizou a instalação de um posto de observação norte-americano nas montanhas da Costa-Rica. Essa missão do exército dos Estados Unidos foi justificada como técnica, ligada à meteorologia. Mas deputados de esquerda denunciaram que a sua finalidade verdadeira seria a de controlar as actividades guerrilheiras em El Salvador. O PLN e deputados da coligação governante engrossaram as críticas e a missão teve que retirar-se, de acordo com um artigo constitucional que proíbe a presença militar estrangeira no país sem autorização parlamentar. Nos últimos dias da insurreição nicaraguense outra expedição militar norte-americana «de observação» teve que retirar-se da Costa-Rica pelo mesmo motivo, a segunda tentativa norte-americana de «desembarque» derrotada pelo Congresso deste pequeno país sem exército.

Porém, a posição do governo não impede que os opositores salvadoreños tenham na Costa-Rica um dos seus principais apoios externos. A tradição de liberdade permite, apesar dos desejos contrários do governo, que os patriotas salvadoreños encontrem no povo costarricense possibilidades de asilo, de emprego e de trabalho político, assim como um ambiente propício ao diálogo entre as diferentes forças populares salvadoreñas e a sua projecção através da opinião pública mundial. Ao mesmo tempo, o liberalismo permite também uma forte actividade das polícias políticas dos regimes ditatoriais da América Central.

As Lutas Populares

Assim como Carazo aparece como fazendo uma viragem polí-

tica no contexto das notícias internacionais, as agências de informação apresentam agora as lutas populares na Costa-Rica como se elas tivessem origem no triunfo sandinista na Nicarágua. Esta imagem — que no fundo apoia a «teoria dos dominós», utilizada pelos ideólogos do Pentágono para justificar os seus planos intervencionistas na região — está fora da realidade. As lutas populares sempre foram uma constante na história social da Costa-Rica desde a grande greve da banana em 1934 nas plantações da United Fruit. Entre 1940 e 1948, sucessivos triunfos populares impõem à Costa-Rica o Seguro Social, o Código do Trabalho, a estabilização dos preços de artigos básicos, uma política de habitação popular e outras conquistas sociais. Em 1948-49 desencadeia-se a guerra civil entre as milícias operárias e a burguesia.

Entre 1949 e 1975 as lutas populares encaminham-se para a obtenção da legalização dos partidos revolucionários e para o fortalecimento do sindicalismo de esquerda, que, em 1970, trava uma grande batalha contra a multinacional Aluminium Company. Entre 1975 e 1978 surgem as greves operárias e comunais por maiores salários, reconhecimento dos sindicatos e reivindicações das Comunidades (municípios). O ponto mais alto foi a grande greve de 1977 em Limón, que paralisou o maior porto atlântico do país, por reivindicações municipais.

Em 1978 e 1979 os sindicatos tomaram a decisão de decretar uma espécie de trégua unilateral para não incomodar o governo no seu apoio aos sandinistas. O fim da trégua foi dramaticamente ilustrado por uma greve, no início de 80, nas plantações de bananas, que a imprensa interna-

cional — agora sim preocupada com a América Central — considerou como uma influência do triunfo nicaraguense.

Preparando as Eleições

Neste clima é natural que o prestígio político do governo de Carazo tenha diminuído. Segundo uma sondagem da empresa Consultoria Interdisciplinar de Desenvolvimento, recentemente publicada, só 23% dos entrevistados estavam a favor do governo.

Procurando capitalizar esse desprestígio e, ao mesmo tempo, minimizar as suas sérias discrepâncias internas, o Partido de Libertação Nacional, em Abril, dois anos antes da data das eleições (previstas para Fevereiro de 1982), realizou reuniões internas para designar o seu futuro candidato presidencial. Disputaram o cargo cinco candidatos, apesar da opção mais forte estar dividida entre as tendências encabeçadas por Carlos M. Castillo e Luís Alberto Monge.

Castillo, ex-vice-presidente do país durante o governo de Oduber (1974-78), ex-tecnocrata internacional (ocupou altos cargos na CEPAL e no Mercado Comum da América Central), actual deputado e accionista de várias empresas, representava os interesses empresariais do PLN e está mais próximo dos norte-americanos do que Monge.

Luís Alberto Monge, ex-sindicalista, foi o primeiro secretário-geral da central internacional social-democrata da Organização Regional Interamericana do Trabalho (ORIT). Foi um dos fundadores do PLN e candidato à presidência derrotado por Carazo em 1978. Monge não é um empresário, mas está ligado por parentesco a fortes capitais costarriquenhos de origem israelita. Nas eleições internas do PLN,

nas quais votaram todos os membros que já ocuparam cargos de eleição popular no partido ou no Estado, houve manifestações de apoio da juventude, intelectuais progressistas e, no conjunto, de camadas mais populares do que aquelas que apoiaram Castillo. E Monge foi eleito com 70% da votação.

Agora, para evitar a divisão, Monge terá que negociar com as forças que apoiaram Castillo, procurando, ao mesmo tempo, não perder a sua imagem de candidato popular. Segundo a sondagem do CID, quase 60% dos habitantes da capital acreditam que se o PLN estivesse no governo actualmente a situação seria igual ou pior. No entanto, os analistas prevêem que é ele o candidato com maiores possibilidades.

Outras candidaturas de menor expressão ainda podem surgir, tanto ligadas à extrema-direita, que organiza um novo partido, como à Frente Popular, que se define por confuso projecto nacional e patriótico que seria «nem direita nem esquerda».

As forças de esquerda, por outro lado, apresentaram-se nas eleições de 1978 na coligação Povo Unido (integrada pelo Partido Vanguarda Popular — comunista —, o Partido Socialista Costarriquenho e o Partido dos Trabalhadores). Hoje, estas organizações propõem-se preparar desde já a campanha para 1982, actuando com maior agressividade e combatividade.

Se a coligação consegue, como esperam os seus dirigentes, aumentar substancialmente a sua representação no Parlamento — conta actualmente com quatro deputados —, a esquerda poderá levar o país para posições mais identificadas com a aspiração popular que procura transformações. □

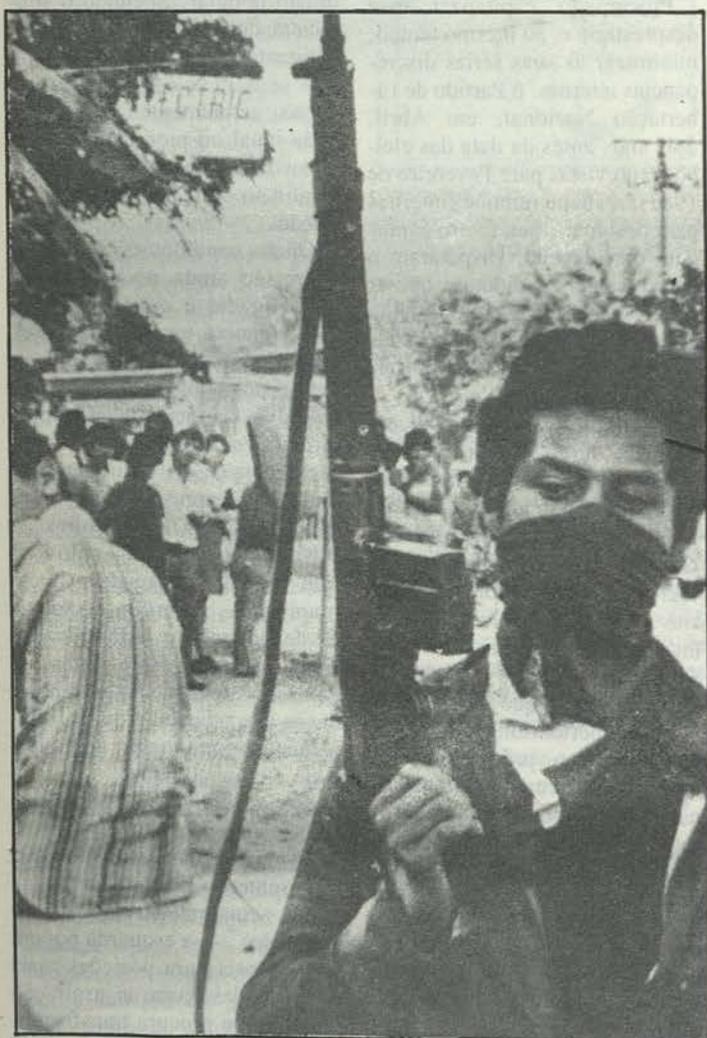
D.C.
especial

Por uma democracia revolucionária

EL SALVADOR

As perspectivas do processo político salvadorenho analisadas pelos seus protagonistas. O futuro do exército, as alianças populares e as ameaças de uma intervenção norte-americana

Roberto Remo



O difícil caminho da liberdade

A consolidação da Coordenação Revolucionária de Massas como aglutinadora de inúmeras organizações populares e a constituição da Frente Democrática Revolucionária, que reúne além da Coordenação os partidos centristas, criou um novo panorama político em El Salvador, onde a Junta civil e militar parece cada dia mais desprovida de apoio político.

Monsenhor Arnulfo Romero denunciou, pouco antes de ser assassinado, que «o governo carece de apoio popular e recorre a potências estrangeiras, como os Estados Unidos e a Venezuela, em busca de algum apoio». Segundo Romero, «a democracia cristã, que diz apoiar uma alternativa que se pretende antioligárquica é, na realidade antipopular» e «nem os políticos democratas-cristãos nem os militares que integram a Junta estão a governar o país, constituindo somente uma aparência ante a opinião internacional.»

«O poder político — afirmou o Monsenhor numa de suas últimas homilias — está nas mãos de militares sem escrúpulos, que só sabem fazer uma única coisa: reprimir o povo e favorecer os interesses da oligarquia salvadorenha.»

No dia 24 de Março um dis-

paro certo calou esta voz no momento em que levantava o cálice para consagrar o vinho eucarístico. Rapidamente a Imprensa internacional comparou o crime com o assassinato do jornalista nicaraguense Pedro Joaquín Chamorro. A intenção era, talvez, a de provocar um levantamento espontâneo das massas, como aconteceu na Nicarágua. Sem organização, ele seria facilmente aniquilado em El Salvador. O levantamento não ocorreu, mas, mesmo assim, a repressão desencadeou uma nova ofensiva a partir dos funerais de Romero.

A Junta, que havia anunciado com grande estardalhaço o início de uma investigação por parte da Interpol, não publicou uma só linha das suas averiguações, enquanto Alfrío Ramírez Araya, o juiz responsável pelo caso, era obrigado a exilar-se. «Monseñor Romero — declarou Araya no exterior — foi morto por um assassino profissional que obedecia às ordens do general Alberto Medrano e do major D' Aubuisson, ambos do exército salvadorenho.»

Unidade na luta

Para Guillermo Ungo, dirigente do Movimento Nacionalista Revolucionário (social-democrata), «o assassinato de Chamorro foi, sem dúvida, um acto de estupidez política por parte de Somoza; mas o assassinato de Monsenhor Romero, ao contrário, foi inteligência política da direita». «O crime — afirmou Ungo — estruturado pelos meios de comunicação, o governo e Washington, privou as organizações populares e o movimento democrático de um factor de coesão, de capacidade de mobilização.»

«Se me matam ressuscitarei na

luta do povo salvadorenho», profetizou Romero. E apesar da perda irreparável que significou a morte da única figura unanimemente respeitada, continuou a forjar-se a unidade na luta. Assim, no dia 10 de Abril foi anunciada oficialmente a constituição da Frente Democrática Revolucionária, que reúne as duas grandes correntes de oposição em El Salvador: a revolucionária, organizada na Coordenadora, e a democrática, que há pouco tempo havia criado uma frente de partidos, sindicatos e organizações universitárias.

Na opinião de Ungo, que pertenceu à primeira Junta de governo organizada após a queda do general Romero, em 15 de Outubro de 1979, deve-se forjar uma união das oposições que dê «viabilidade, credibilidade, legitimidade e confiança externa a um projecto alternativo democrático-revolucionário.»

Mas o que significa esta posição? Segundo Ungo, ela tem um conteúdo muito preciso, cuja primeira versão se expressou na Junta cívico-militar que ele integrou, «mas que fracassou porque não tinha poder político». O recente passado político de El Salvador foi pródigo em polémicas inflamadas, divisões internas e discrepâncias que pareciam não ter solução. Mas Ungo acredita que estes problemas foram superados «pela convicção de que nenhuma organização é suficiente por si mesma para derrotar o inimigo e impor o seu projecto». De acordo com as organizações revolucionárias, explica, «pretende-se um governo de transição e não um projecto socialista, coincidindo com a necessidade do pluralismo, ou seja, com o aspecto democrático. Por outro lado, as organizações democráticas estão de acordo com uma posição revolucionária, en-

tendida como antioligárquica. Há uma coincidência objectiva: um não pode funcionar sem o outro. Necessita-se da concorrência e do respeito pelas regras do jogo democrático para derrotar o inimigo, exigindo-se reformas radicais antioligárquicas para poder viabilizar o projecto democrático.»

Um Programa único

Essa «concorrência» foi possível a partir da renúncia dos membros civis da primeira Junta, uma vez que as forças democráticas apoiavam o governo, apesar de ser combatido pela maioria das organizações revolucionárias. «Não me arrependo de ter participado nesse governo — comenta Héctor Oqueli, ex-vice-primeiro-ministro — porque creio que havia a possibilidade de se levar adiante um projecto de reformas estruturais com democratização. Mas o projecto perdeu toda a sua viabilidade, explica Oqueli, e agora trata-se de reformas com repressão e cada vez menos reformas e mais repressão. Nós não podíamos apoiar isso participando na Junta e, portanto, a nossa renúncia provavelmente contribuiu para evidenciar que as contradições no sistema salvadorenho são de tal magnitude que é praticamente inviável qualquer projecto que não incluía a esquerda revolucionária» — afirmou Oqueli.

A corrente revolucionária da Frente unificou-se na Coordenadora poucos dias depois da renúncia da primeira Junta. As forças democráticas, ao contrário, demoraram vários meses para chegar a um ponto comum. «A nossa renúncia — explica Ungo — deixou debilitada o que poderia ser uma frente democrática pelo fracasso do projecto que poderíamos chamar de pacífico-

-democrático e pelas crises e divisões da democracia-cristã.

Aos poucos fomos superando lentamente essa dispersão e a própria Coordenadora estimulou o processo de aproximação da social-democracia com a tendência popular dos democratas-cristãos e organizações profissionais e sindicais para participar de forma mais eficaz na luta de nosso povo. A Frente Democrática anunciou desde a sua primeira proclamação o seu apoio a uma solução que, ao que tudo indica, poderia ser a verdadeira saída para a crise política, económica e social do nosso povo; a plataforma programática da Coordenadora Revolucionária de Massas.»

Conseguia-se assim o objectivo de «contrabalançar as intenções de separar o povo organizado de outros sectores populares

e democráticos.» Segundo Roman Mayorga, que também integrou a primeira Junta, a aproximação possibilitaria uma espécie de divisão de tarefas, na qual a frente democrática poderá inserir três elementos: primeiro, a incorporação no processo de sectores médios, já que a Coordenadora representa quase que exclusivamente proletários, camponeses e marginalizados. Esta medida reforçou o movimento e pode-se reflectir no exército, pois demonstra que se trata de um projecto nacional que aglutina todos os sectores do país, com excepção da oligarquia. Segundo, os vínculos internacionais, a procura de um contexto internacional mais favorável e, em terceiro lugar, a capacidade técnica para manejar o aparelho produtivo da sociedade. Na opinião de Mayorga, há

uma economia semi-paralisada que vai deteriorar-se ainda mais nos próximos meses. Naturalmente, afirma ele, os processos sociais encontram sempre uma forma técnica para efectuar as mudanças. No entanto, na medida em que se tenha essa capacidade técnica, argumenta Mayorga, o processo será menos doloroso, a reconstrução menos difícil.

O Futuro do Exército

Qual seria o papel do exército nesse projecto de democracia revolucionária? No plano teórico há três possibilidades: o exército pode-se desmoronar face a uma vitória militar das forças populares, como ocorreu na Nicarágua; o movimento popular e suas organizações armadas podem ser aniquilados por uma ofensiva da oligarquia; e as diferenças existentes no interior do exército podem conduzir a uma ruptura, com o saneamento dos sectores direitistas e com a oficialidade progressiva aceitando uma aliança com as forças revolucionárias.

«Washington e os oficiais direitistas — explica Ungo — acham que a divisão do exército é sinónimo de sua destruição, pois, ao dividir-se, a instituição debilita-se e morre.»

— Não é verdade e em conversações com os militares explicámos que já havia um antecedente em El Salvador, quando, entre 1948 e 1950, os majores fizeram um pacto com um sector da pequena-burguesia urbana, expurgaram do exército os tenentes-coroneis, os coronéis e generais e assumiram o controlo do aparelho político-militar. Para o bem ou para o mal, esse foi um momento de crescimento e modernização da instituição militar. Agora, tem que haver uma con-



No funeral das vítimas da repressão o povo manifesta a determinação de continuar a luta

frontação interna dentro do exército, política ou militar, para que o sector que se identifique com o projecto democrático-revolucionário assuma o controlo da instituição. No entanto, deve haver um entendimento prévio com as organizações políticas e populares, porque senão será apenas uma nova quartelada. Ainda que possa ter uma aparência progressista ninguém irá apoiá-la.

Isso significa que é possível uma solução negociada e pacífica para a crise salvadorenha?

Ungo, entretanto, não crê nisso: «a direita não está disposta a baixar as suas armas e, consequentemente, as forças populares também não estão dispostas a baixar as suas. O resultado deve ser o menos sangrento possível, mas não podemos ser ingénuos. Perante a possibilidade de um ex-

gentes populares e quadros médios das organizações de massa, explica Ungo. Mais cedo ou mais tarde, continua o dirigente do MNR, eles vão perceber o desgaste do governo e a não viabilidade do actual regime.

— O problema é que os Estados Unidos defendem uma política muito rígida e muito estreita: quando a própria realidade os obriga a serem mais flexíveis já é tarde. Não podemos ter grandes ilusões, mas acreditamos que eles podem chegar a compreender que a melhor solução é apoiar a alternativa democrática-revolucionária.

A outra alternativa é a intervenção...

— Na realidade já há uma intervenção. Os Estados Unidos acusam Cuba, mas se Cuba fi-

timos em dinheiro, dinheiro que terão de pagar, para fazer um trabalho alheio, patrulhando a fronteira com El Salvador e Nicarágua, numa tarefa de polícia política.

Facundo Guardado, dirigente do Bloco Popular Revolucionário, referiu-se numa conferência de imprensa realizada no México, a essas formas de intervenção, que incluem a presença em El Salvador de 32 assessores militares norte-americanos, a instalação de campos de treino em território guatemalteco, onde mercenários de todas as origens (incluindo ex-guardas somozistas, israelitas, vietnamitas e coreanos do sul), aproximadamente cinco mil, se preparam para uma invasão. Revelou que um dos lugares onde se dá instrução militar aos mercenários é a fazenda de Sandoval Alarcón, um oligarca guatemalteco, dirigente do Movimento de Libertação Nacional, direitista. Disse ainda que através dos portos de Acajutla e La Libertad entram clandestina-



termínio, a passividade das organizações revolucionárias só faria com que essa intenção se acelerasse. Temos que ter uma capacidade de resposta para impor uma saída política.»

Washington apoiaria uma saída deste tipo? Ungo adverte que para o Departamento de Estado o projecto reformista (da Junta actual) caminha de forma satisfatória. Mostra-se também favorável à política repressiva, que não deve ser de extermínio total como ocorreu em 1932 e como deseja a oligarquia, mas de extermínio controlado de diri-

zesse só uma parte do que os Estados Unidos fazem, isso seria intolerável para eles. Dão dinheiro para transportes, para comunicações, dão ajuda económica, auxiliam a guerra contra-revolucionária, apoiam uma Junta que se deteriora dia-a-dia e que assiste à divisão e ao desgaste da sua base política, a democracia-cristã. Eu não creio que eles tentem um desembarque de marines, mas procuram outros mecanismos, através da Guatemala e Honduras. Parece-me triste esse papel assumido pelas Honduras que recebem emprés-

mente armas destinadas à Junta.

E as armas que utiliza o povo? «Essas armas — ironiza Alberto Ramos, secretário geral da FAPU (Frente Ampla Popular Unificada) — foram pagas pelo povo salvadorenho há muito tempo... só que agora estão nas mãos das forças armadas». O triunfo da causa popular salvadorenha não depende só da rapidez com que essas armas forem recuperadas. Com explica Ramos, «não interessa saber se as organizações revolucionárias têm mais ou menos que o inimigo. A guerra popular é definida pelas massas e não pelo poder militar.» □

I.S.
especial

A Internacional Socialista e a América Latina

A partir dos anos setenta, a Internacional Socialista, após uma verdadeira reformulação radical, surge na América Latina como uma perigosa concorrente à tradicional e conservadora Democracia-Cristã. Um tema que figura hoje ao centro do debate político do continente.

Se tivéssemos que elaborar, neste começo da década de 80, uma lista das principais alterações políticas verificadas no cenário latino-americano no decurso do decênio anterior, é bem possível que um dos primeiros fenômenos que teríamos de registrar seria a transformação radical experimentada pela Internacional Socialista. Nos começos da década de 70, a I.S. tinha no nosso continente uma presença reduzidíssima, e a sua folha de serviços era, de qualquer modo, a de uma organização ambígua e vacilante, mas essencialmente conservadora, que, na hora das definições, alinhava, de maneira sistemática, com o imperialismo norte-americano. Francisco Peña Gómez, líder do PRD dominicano e actual presidente do Comité Latino-Americano da I.S., declarava há pouco que a organização apresentou, durante muito tempo, a imagem de «*um mecanismo impedido de funcionar pela pátina do tempo e pelo arcaísmo dos seus programas*».

Nos começos da década passada, estavam, no entanto, a ser incubadas rapidamente as condições que viriam determinar, a curto prazo, uma reviravolta bas-

Daniel Waksman Schinca

tante notável no rumo da I.S., muito em especial na sua política para o Terceiro Mundo e, sobretudo, para a América Latina. Se lermos hoje a correspondência sobre essa problemática trocada, durante esses anos, pelos líderes de três dos partidos mais representativos da social-democracia europeia (o alemão Willy Brandt, o sueco Olaf Palme e o austríaco Bruno Kreisky), verificaremos que todos eles tinham uma clara consciência das profundas transformações que estavam a operar-se no mundo e da necessidade que a Internacional tinha de renovar-se profundamente — de desenferrujar-se, poderíamos dizer — se quisesse desempenhar um papel político no futuro.

O impacto do Chile

O momento da mudança chegou em Novembro de 1976, quando a I.S. celebrou em Genebra, na Suíça, o seu XIII congresso. Essa reunião, na qual foi eleito como novo presidente Willy Brandt e como secretário geral o sueco Bernt Carlsson, marcou um momento decisivo na história da organização. Durante toda a segunda metade da dé-

cada, a I.S. pareceu, com efeito, oxigenar-se, renascer. E muito embora esse novo impulso registasse manifestações muito interessantes em todos os âmbitos, a América Latina parece ter sido o terreno onde mais espectacularmente se reflectiu a viragem. Necessitada, até então, de uma efectiva implantação no nosso continente, a I.S. desenvolveu aí, durante os últimos quatro anos, uma ofensiva impressionante. E situada, durante longo tempo no campo dos que se opunham a mudanças profundas (propondo, em tais condições, alternativas reformistas um tanto tíbias e erguendo as bandeiras do anticomunismo mais clássico), passou a apoiar, em muitos casos de maneira activa e entusiasta, certas forças abertamente progressistas e mesmo revolucionárias.

O propósito chileno de transição para o socialismo e a sangrenta liquidação dessa experiência pelos militares representou, para os dirigentes europeus da I.S., numa altura em que alguns deles estavam a repensar seriamente os dados básicos da situação política internacional, um impacto quase traumático. De então para cá, reflectia

Kreisky em 1975, «afigura-se muito duvidoso que na América Latina e noutras regiões onde a injustiça e o terror coexistem com imensas riquezas e opulentas plutocracias, as massas estejam dispostas a suportar a prova de paciência histórica que presuppõe a espera de uma evolução democrática por meios pacíficos». É sabido que a lição chilena teve uma incidência muito importante na gestação da iniciativa berlingueriana do *compromisso histórico* italiano; mas não é de mais recordar que a teve também, de maneira distinta, na mudança de atitude registada pela social-democracia europeia para com a nossa América. Oito ou dez anos atrás, esta parecia pensar firmemente que o nosso «caminho correcto» só poderia ser uma reedição daquele que haviam seguido os partidos socialistas do velho continente; reconhece-se, hoje em dia, que nem a América Latina nem o resto do Terceiro Mundo têm motivos para seguir a receita europeia e que podem e devem procurar as suas próprias vias, de acordo com as suas próprias realidades. Profundamente eurocentrista, tanto pela história como pela mentalidade, a I.S. parece ter começado a aceitar, finalmente, que na Tanzânia, em El Salvador ou em Sri Lanka, podem desenvolver-se, no que respeita ao socialismo e à democracia, concepções e práticas extraordinariamente diferentes das que imperam em Oslo, em Paris ou em Lisboa, mas que nem por isso são menos legítimas.

Reuniões patrocinadas pela FSLN e pela Fundação Ebert...

Não quer dizer que a Internacional Socialista se tenha desen-

baraçado de um golpe e como que milagrosamente do seu arraigado eurocentrismo. Alguns dos seus representantes avançaram já muito neste sentido, mas outros mantêm, no entanto, uma atitude que denuncia o seu passado colonialista, e há até aqueles que fazem uso de uma retórica pró-terceiromundista mas cujos actos mudaram muito menos do que as suas palavras parecem sugerir.

De qualquer maneira, podem ser proclamadas, hoje em dia, na I.S. certas ideias que constituíam, até há pouco tempo, heresias imperdoáveis. A ideia, por exemplo, de que a via armada chega a ser, em determinadas condições, o único recurso para que poderão apelar os povos oprimidos. Ou a de que os regimes de partido único poderão permitir, em certos países do Terceiro Mundo, o desenvolvimento de formas bastante autênticas de democracia. De resto, a Internacional renunciou já ao rigor das exigências que apresentava anteriormente para travar re-

lações com um partido qualquer da Ásia, da África ou da América Latina. Tradicionalmente, uma organização que pretendesse filiar-se na Internacional, tinha que reunir os requisitos formais e políticos próprios dos partidos socialistas, social-democratas ou trabalhistas da Europa: e no Terceiro Mundo não abundam, certamente, esses partidos (ou, quando os há, são minúsculos ou insignificantes). A I.S. tornou agora extraordinariamente flexíveis as suas normas. «*Nesses países — sustentava Willy Brandt ainda antes de ser eleito como presidente da I.S. — pode haver movimentos e partidos populares que possam manter contactos com os social-democratas europeus sem que tenham, por isso, que submeter-se aos severos critérios dos estatutos da Internacional*».

Esta mudança de política foi precisamente a chave da ofensiva latino-americana posta em prática pela I.S. depois de 1976. Se tivesse empreendido uma simples operação de fortalecimento



Salvador Allende: o impacto de uma amarga experiência.

de vínculos com os partidos socialistas democráticos «clássicos» do nosso continente, ou se se tivesse proposto levar a efeito uma campanha de recrutamento de novos associados, a Internacional teria colhido, sem dúvida, resultados muito magros. Parte da explicação do êxito obtido nestes últimos três anos radica-se, pelo contrário, no facto de se ter ampliado, de maneira drástica, o leque político e terem-se desenvolvido novas modalidades de relação e cooperação. Foi assim que, em 1980, se realizaram conferências organizadas conjuntamente pela FSLN nicaraguense e pela *Fundação Friedrich Ebert* (da social-democracia alemã), a que assistiram participantes tão heterogêneos como Mário Soares, representantes do P.C. cubano e delegados da Coordenadora Revolucionária de Massas de El Salvador...

Novas formas de relação e cooperação

O «*debut latino-americano*» desta Internacional renovada teve lugar, na realidade, uns meses antes do Congresso genebrino: foi em Maio de 1976, em Caracas e chamou-se a «*Conferência de Dirigentes Políticos da Europa e da América em Prol da Solidariedade Democrática Internacional*». Participou nele a flor e a nata da social-democracia europeia (Brandt, Kreisky, Soares, Felipe González, etc.), bem como os principais líderes latino-americanos tradicionalmente ligados à I.S.: os anfitriões da AD, do PLN, da Costa Rica, os fevereiristas paraguaios e vários outros. Concorreram, também, no entanto, representantes de forças não vinculadas à Internacional, desde o PRI do México até ao radicalismo argentino de Ricardo Balbin. Considerada um êxito total, a experiência serviu

de base para toda a política que a I.S. viria a desenvolver na América Latina nos anos seguintes.

Durante o último triénio, foram realizadas, com efeito, numerosas reuniões internacionais patrocinadas pela I.S., por alguns dos seus membros ou por fundações como a Ebert, nas quais participaram os partidos e os movimentos políticos mais activos do cenário latino-americano. Foram realizadas várias missões à América Latina: foram publicadas resoluções muito significativas; foi concedido apoio (moral e material) a processos democráticos e revolucionários que tiveram lugar em países da região; foi difundida muita informação sobre a nossa América nas publicações da I.S.; e

foram desenvolvidas várias formas de colaboração. Algumas delas obtiveram resultados simplesmente inadmissíveis pouco tempo atrás. Um exemplo: o auxílio prestado pela I.S. e por alguns dos seus partidos europeus e latino-americanos à luta armada anti-somozista da Nicarágua. Ou, presentemente, o estímulo prestado à causa do povo salvadorenho na sua luta contra a Junta Governativa e contra a estratégia norte-americana de «*reformas (mas poucas) com repressão (mas muita)*».

O risco das generalizações simplificadoras

Seria errado, de qualquer modo, acreditar-se na existência de uma estratégia única da Inter-

A presença latino-americana

Depois do XIV Congresso, realizado em Vancouver em 1978, o número de partidos políticos latino-americanos filiados na Internacional Socialista ascendeu a uma dezena. Sete deles gozam da categoria de membros plenos:

Partido Socialista Popular (PSP), da Argentina; **Barbados Labour Party (BLP)**; **Partido Radical**, do Chile; **Partido Libertação Nacional (PLN)**, da Costa Rica; **Movimento Nacional Revolucionário (MR)**, de El Salvador; **People's National Party (PNP)**, da Jamaica; **Partido Revolucionário Dominicano (PRD)**.

Os outros três têm, presentemente, a categoria de membros consultivos (com direito a pronunciar-se mas sem voto). São o **Partido Fevereirista Revolucionário (PFR)**, do Paraguai; a **Ação Democrática (AD)**, da Venezuela; e o **Movimento Eleitoral do Povo (MEP)**, também da Venezuela.

Além disso, a I.S. convidou para participarem nas suas reuniões e actividades, durante estes últimos anos, numerosos partidos e movimentos políticos latino-americanos que apresentam diversos graus de afinidade com ela e que, por várias razões, consideram oportuno desenvolver certas acções comuns. Alguns desses partidos estão a considerar a possibilidade de se integrarem na I.S. (e alguns solicitaram já a sua filiação), ao passo que outros não pensam na formalização de qualquer vínculo. A lista desses partidos é muito extensa e, na realidade, bastante heterogênea: inclui, entre outros, o APRA peruano e o MNRI boliviano e, de igual modo, o Partido Socialista uruguaio, o PRD panamiano, o FSLN da Nicarágua, as organizações da Coordenadora Revolucionária de Massas de El Salvador, o Partido Liberal colombiano, o Partido

nacional Socialista para a América Latina, delineada numa espécie de laboratório ideológico central da organização, e cuja execução estaria a cargo de um estado-maior social-democrático. Tal esquema não se adapta, de modo algum, às características da I.S., que é mais um foro do que um aparelho, cujos membros integram um enorme leque de posições, e que não se propõe (nem poderia) impor directivas aos seus associados.

Qualquer análise da I.S. na América Latina deverá, portanto, ter em conta, antes de mais nada, todas as particularidades de cada caso. O SPD alemão é bastante diferente do partido sueco ou do francês, e o austríaco pouco tem a ver com o italiano.

Os partidos ibéricos — tanto o espanhol como o português — têm laços especiais com o nosso continente. Dentro de cada partido europeu coexistem, além disso, tendências muito diferentes que determinam que uma organização, em princípio conservadora, possa desenvolver, na América Latina, uma política avançada (ou vice-versa). É necessário ter, de igual modo, em consideração, as características da conjuntura política em cada país europeu: o tipo de relação que cada partido socialista tiver com o P.C. local condicionará, por exemplo, de maneira significativa, as posições que forem assumidas na América Latina. As rivalidades e competências internas (ou intereuropeias), tanto de

partidos como de personalidades, terão, também, ocasionalmente, consequências não desenháveis no cenário latino-americano. A Internacional Socialista é, em suma, uma organização muito heterogénea, o processo político do nosso continente é extraordinariamente rico e complexo, e, por conseguinte, a avaliação da «*operação América Latina*» da I.S. deverá ser realizada sem se incorrer em generalizações simplificadoras.

Jamaica versus FMI e outros desafios definidores

A primeira reunião levada a efeito neste lado do Atlântico pelo flamante Comité da I.S. para a América Latina (em Santo Domingo, na última semana de Março) encerra de certo modo aquilo que poderíamos caracterizar como a primeira etapa desta irrupção da Internacional no nosso continente. O balanço é, sem dúvida, muito animador para a equipa capitaneada por Brandt. Para os movimentos progressistas e revolucionários da América Latina, foi também muito positiva esta experiência inédita de diálogo e cooperação com a social-democracia europeia. Todavia, os quatro anos que transcorreram entre a conferência de Caracas e a da capital dominicana foram, sobretudo, de análise de ensaio e de prova. Inicia-se agora uma etapa de maiores definições, de compromissos mais sérios.

Teremos que ver, em suma, até que ponto os partidos social-democratas e socialistas da Europa estão dispostos a assumir as consequências práticas das declarações anti-imperialistas formuladas em Santo Domingo (onde foram feitas afirmações sobre temas tão irritantes para Washington como o da independência de Porto Rico). Terão os

na Internacional Socialista

Independentista Porto-riquenho, o New Jewel Movement de Granada, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

O Comité da Internacional Socialista para a América Latina é o primeiro organismo de carácter regional criado pela I. S. Conquanto a sua reunião inaugural tivesse sido celebrada no ano passado, em Lisboa, o acto do seu «lançamento» teve lugar em fins de Março de 1980, em Santo Domingo, onde foi convocada, além disso, uma conferência da I.S. a que assistiram os principais dirigentes europeus e latino-americanos da organização, delegados dos partidos membros e numerosos observadores convidados.

Preside ao Comité José Francisco Peña Gómez, líder do PRD dominicano. Possui quatro vice-presidentes (que são os quatro vices latino-americanos da I. S.): Michael Manley, da Jamaica; Gonzalo Barrios, da AD da Venezuela; Anselmo Sule, do PR chileno; e Daniel Oduber, do PLN da Costa Rica. Existem, também três representantes sub-regionais: o venezuelano Carlos Andres Pérez, para a América do Sul; Luis Alberto Monge, da Costa Rica, para a América Central; e O'Brien Trotman, de Barbados, para os países anglófonos do Caribe. Há, além destes, um coordenador geral sul-americano, Leonel Brizola (um caso anómalo, dado que o seu partido, o PTB, não é membro da I. S.). O Comité conta, de igual modo, um secretário executivo, Hector Oqueli, do MNR salvadorenho. Tanto o presidente da I. S. (Willy Brandt) como o seu secretário-geral (Bernt Carlsson) são membros de pleno direito. Entre as reuniões programadas pelo Comité para o futuro imediato, haverá uma em Assunción del Paraguay e outra num país de língua inglesa do Caribe.

Opiniões díspares da Esquerda

O novo impulso sofrido pela Internacional Socialista a partir da segunda metade da década de 70, bem como a sua abertura ao Terceiro Mundo em geral e à América Latina em particular, geraram no campo da esquerda reacções muito diferentes, que vão desde a desconfiança e, até mesmo, a repulsa categórica, até uma aceitação claramente positiva. Seguem-se alguns exemplos das numerosas posições adoptadas.

Em fins de Junho de 1976, pouco antes do decisivo XIII Congresso da I.S., já a *Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa*, celebrada em Berlim Oriental, havia saudado «os êxitos alcançados em certos países e a escala internacional do desenvolvimento da cooperação entre os partidos comunistas e socialistas ou social-democratas».

Em Março de 1979, numa entrevista concedida ao diário comunista espanhol *Mundo Obrero*, o secretário-geral do P.C. uruguaio, Rodney Arismendi, declarava: «Estabelecida no terreno doutrinário e de tendência histórica, a social-democracia actua, claro está, no continente, como um projecto reformista e, em última instância, os seus profundos objectivos significariam conter em leitões mais limitados os grandes cau-

dais revolucionários que estão em marcha no continente. Por outro lado, contudo, a social-democracia combate o fascismo, combate as ditaduras militares repressivas e é, segundo esse ponto de vista, nossa aliada potencial, integrando o caudal das forças revolucionárias do continente».

Noutra região do mundo, porém, o secretário-geral do P.C. sírio, Khaled Bagdash, desenvolvia também, no ano passado, uma argumentação totalmente diferente. Num artigo publicado na *Revista Internacional*, Bagdash concluía, com efeito, que «...as premissas ideológicas gerais do social-reformismo, bem como a actividade prática da social-democracia no que respeita à área do movimento de libertação nacional, permite-nos afirmar que tanto um como a outra se encontram em contradição com os interesses vitais das massas populares dos países da Ásia, da África e da América Latina».

Para ele, em definitivo, «os partidos social-reformistas da I.S. assumem, cada vez com maior submissão, o papel de agentes principais da flexível e «açucarada» política neocolonial do imperialismo».

De igual modo o P.C. francês, em pleno período da sua querela com os socialistas, emitiu juízos muito duros para a I.S.. Num documento datado de 1979 (citado

em Agosto desse ano pelo semanário mexicano *Proceso*), são identificados os interesses desta com os do imperialismo norte-americano, fazendo-se notar: «A I.S., mais inteligente que os Estados Unidos, adapta-se ao terreno e toma em conta a história, as tradições políticas e ideológicas, e a relação de forças de cada país. Esse novo interesse da social-democracia europeia pela América Latina tem sido notado por todos os observadores e parte de uma ideia principal: utilizar o reformismo e todas as suas variantes locais para dar, ao mesmo tempo, uma impressão de movimento e continuar a proteger, mais eficazmente, os interesses dos monopólios, sem fazer, acima de tudo, qualquer mudança estrutural».

Na extrema esquerda latino-americana, que mantinha, evidentemente, uma atitude muito hostil para com a I.S. e as suas expressões locais, registou-se, de uma maneira geral, uma evolução bastante marcada. Assim, por exemplo, o M.I.R. chileno, que considerava em 1977 que «... a social-democracia internacional entregou-se à tarefa de amortecer os golpes sofridos pelo imperialismo norte-americano...», desenvolvia, no ano seguinte, uma interpretação muito mais matizada. «Corrente internacional, a social-democracia não é,

européus chocado com os Estados Unidos apenas na medida em que o exigem (e o permitem) as contradições intercapitalistas que caracterizam presentemente a relação entre uma e outra região do «Norte»? Ou apoiarão mais de-

cisivamente a causa do «Sul»? Um teste chave é o da Jamaica. Irão os partidos europeus da I.S. lançar todo o peso da sua influência — que é enorme em certos casos — para animar o governo de Michael Manley no seu

corajoso desafio ao FMI? Ou preferirão que este trave sozinho a sua batalha?

Estas e muitas outras interrogações ficam formuladas. Entretanto, estão a ser tecidas, no campo da esquerda, muitas e va-



Willy Brandt, presidente da Internacional Socialista

de modo algum, uma força homogénea; compreende partidos que admitem alianças ou acordos pontuais, não só com partidos operários reformistas, mas também com forças revolucionárias (o caso do Chile), e até com partidos que exprimem directamente os interesses imperialistas de certas burguesias europeias». Tendo em conta esses e outros elementos de opinião, em especial o de que «o proletariado revolucionário deve iniciar possibilidades de acção comum com certos partidos e correntes social-democratas, sem perder de vista que, na América Latina, são eles os portadores do projecto político que, apoiando-se no propósito da divisão e corrupção do movimento operário, pretende uma saída para a crise mundial que proteja, essencialmente, o capitalismo e a exploração imperialista». Assim está postulado, com efeito, na 16.^a

das *Teses Fundamentais da Política Internacional do M.I.R.*, aprovadas em Janeiro de 1978. Num extenso *Manifesto Internacional* difundido em fins de 1979, o *Exército Guerrilheiro dos Pobres* reconhece, por sua vez, que a actividade desenvolvida nos últimos anos pela I.S. no nosso continente «tomou formas de solidariedade activa, com efeitos práticos positivos para os movimentos populares e revolucionários de libertação do continente». Regista de igual modo, considerando-o significativo, «o facto das posições anti-comunistas da social-democracia se terem atenuado no que respeita a numerosas questões de fundo...» e que «a questão da via da luta armada, que tem sido um factor determinante na caracterização do conteúdo revolucionário das lutas na América Latina, tenha sido aceite sem reservas pela I.S., racionalizando-a à sua maneira». O E.G.P. entende, em suma, que, desde que sejam mantidas as «margens de convergência objectiva» com a I.S., «a confrontação entre as forças revolucionárias e a social-democracia não terá de ser, necessariamente, de carácter antagónico, e a solidariedade da social-democracia internacional, juntamente com a acção das forças inspiradas por esta na ordem interna, poderão ser um factor coadjuvante nesta etapa do processo revolucionário global».

Cabe aqui mencionar, por outro lado, que o papel actual e as perspectivas da evolução da I.S. (tanto no mundo em geral

como na América Latina em particular), são objecto de animado debate no âmbito académico soviético. A revista trimestral *América Latina* editada pelo instituto especializado da Academia de Ciências da URSS, publicou há um ano e meio os pontos de vista expressos sobre esse tema por um grupo de especialistas soviéticos no decorrer de uma mesa redonda convocada pouco antes. As opiniões ali expressas estiveram longe de constituir um bloco monolítico: alguns dos participantes salientaram os aspectos negativos da ideologia e da prática política da I.S., ao passo que outros defenderam, com entusiasmo, a posição contrária. Segundo resumiu a organizadora do debate quando terminaram as exposições, «...apresentam-se divergências na apreciação do carácter e significado desse fenómeno nas perspectivas do movimento revolucionário», mas «... reconhecemos unanimemente as importantes modificações verificadas no movimento social-democrata mundial». E fez ver que «... e a despeito da existência de algumas discordâncias a respeito do significado histórico e político do mesmo processo e do contributo que a social-democracia possa dar ao progresso social dos países latino-americanos, e a despeito mesmo da aspereza de algumas fórmulas e da polaridade de certos juízos, todos os oradores destacaram o carácter multifacetado e heterogéneo desse contributo». Em suma, a discussão está aberta.

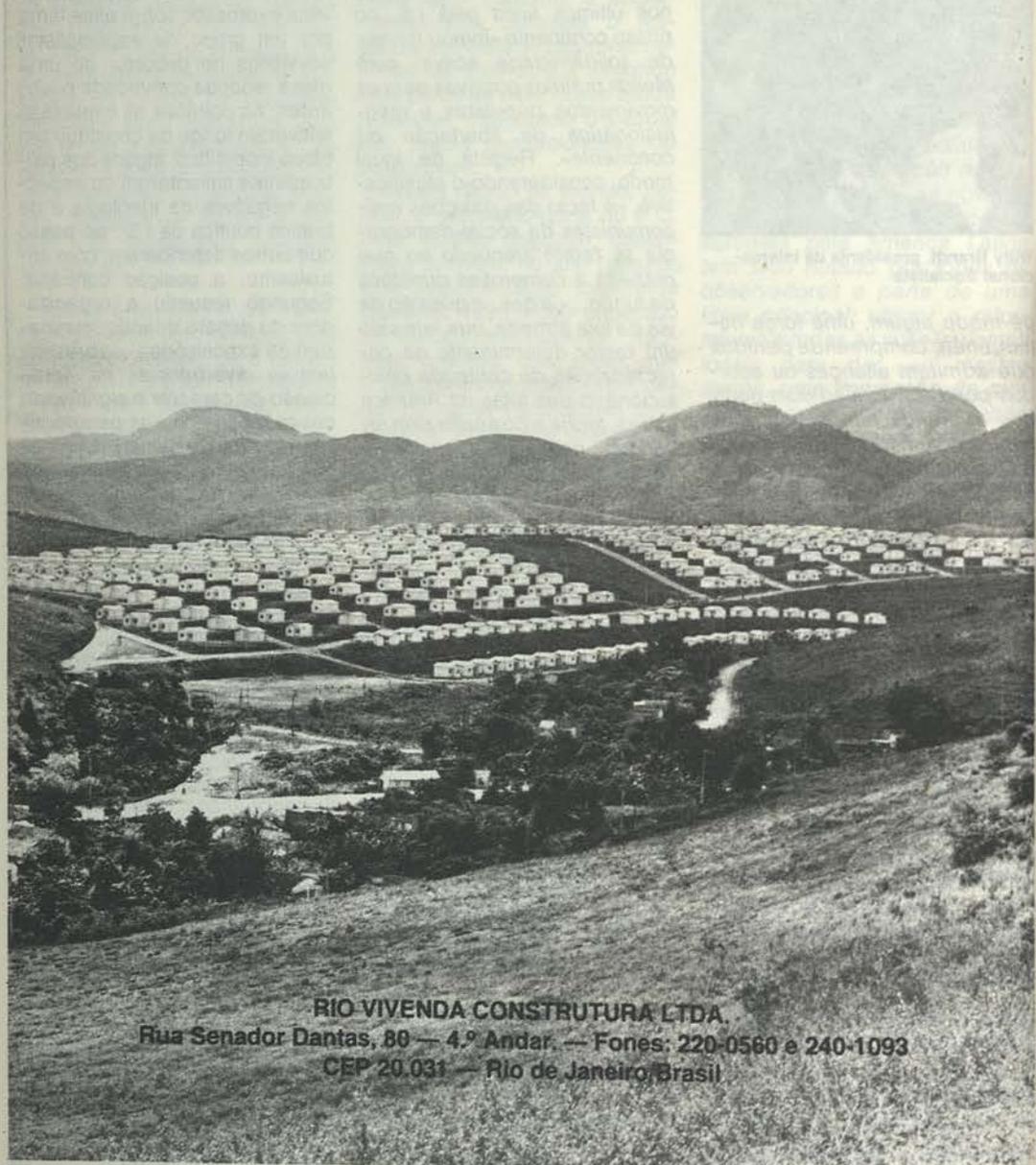
D.W.S.

riadas interpretações sobre o significado e as perspectivas desta ofensiva latino-americana da I.S. Seria, no entanto, sectário e míope negar-se, de qualquer modo, que a Internacional Socialista realizou, nestes últimos

anos, uma viragem muito radical. Para os movimentos progressistas, revolucionários e libertadores do Terceiro Mundo em geral — e da América Latina em particular — o tema da cooperação ou da aliança com a I.S. e

com as organizações a ela vinculadas tem constituído, até agora, um ponto prioritário da ordem do dia política. As respostas poderão variar em função de múltiplas condicionantes, mas a questão não poderá ser iludida. □

A RIO VIVENDA está construindo 4.000 unidades habitacionais populares no Rio de Janeiro. Está ajudando o país a tornar-se independente das tecnologias estrangeiras.



RIO VIVENDA CONSTRUTORA LTDA.
Rua Senador Dantas, 80 — 4.º Andar. — Fones: 220-0560 e 240-1093
CEP 20.031 — Rio de Janeiro/Brasil

Os antecedentes do episódio da embaixada peruana

O asilo de milhares de pessoas não é um facto isolado. Ele deve ser analisado no contexto da «revolução na revolução» que se processa naquele país e da permanente pressão norte-americana

Luis Rodrigues dos Santos



Fidel Castro falando na cimeira dos Não Alinhados em Havana

O asilo de milhares de cubanos na embaixada peruana em Havana foi um dos acontecimentos mais divulgados nas últimas semanas. O facto em si já era significativo mas iria alcançar dimensões ainda maiores no contexto da permanente campanha de origem norte-americana contra o regime cubano.

Considerar o episódio como uma prova de fracasso da revolução cubana, além de ser muito exagerado é irrealista. Do

mesmo modo, seria demasiadamente simplista considerar os asilados como uma escória social que a própria sociedade socialista expurgava do seu seio.

Nenhuma análise do facto pode ser feita sem tomar como ponto de referência o que se passou em Cuba nos últimos meses, desde que a direcção do partido e, particularmente, o comandante Fidel Castro denunciaram uma série de deformações que estavam a ocorrer no seio da revolução. Pode-se dizer que o

primeiro sinal de inquietação interior foi dado com a reportagem publicada na revista «Bohemia», pela escritora chilena Martha Harnecker radicada em Cuba. Eram apontados erros políticos e administrativos e denunciados, com nomes e apelidos, funcionários do governo e do partido que se distanciavam das normas de uma conduta socialista. A burocracia, os transportes, os erros no programa da construção de casas (o número de habitações perdidas pela falta de algumas reparações foi maior que o de casas novas construídas) e a falta de debate dos problemas congelava o Poder Popular e desfigurava a revolução.

Aliás, a Constituição votada pelos cubanos em 1976 já tentava fixar normas para combater os males que incidiam sobre o regime. Não apenas o burocratismo e a indisciplina no trabalho mas, principalmente, o que se conhece popularmente em Cuba como o «sociolismo», ou seja, conseguir solução para os problemas através da «cunha» ou dos amigos.

Intervindo, recentemente, na Assembleia Nacional num diálogo entre um ministro de Estado

e um deputado em torno de uma informação sobre o mau funcionamento dos serviços públicos, disse Fidel: «Acho que não estamos a ir ao fundo do problema, porque nesta informação reflecte-se algo do qual nós devemos dar conta: são as deficiências do nosso sistema, do nosso socialismo. Creio que nós devemos questionar até que ponto temos uma consciência política, uma consciência revolucionária, uma consciência social.»

Na mesma linha, Raul Castro, o segundo na hierarquia do Poder, formulou algumas semanas depois denúncias dos que não queriam trabalhar, «verdadeiros parasitas que vivem à custa dos demais».

Para ele, no momento, «a palavra de ordem é exigência». E acentuou: «Trata-se de exigir de modo sereno e maduro, e, sobretudo, de ajustar contas, independentemente das hierarquias, com os que violam a disciplina do trabalho, amparam o mal feito, são arbitrários e têm da crítica e da auto-crítica um conceito pequeno-burguês. Pessoas deste tipo estão de acordo com a crítica e defendem-na abertamente em qualquer lugar, sempre e quando a crítica seja para outros.»

Os meios de comunicação

Em consequência dessa linha de exigência, várias mudanças foram realizadas no governo e no partido. Ministros e altos-funcionários foram destituídos e medidas de austeridade — eliminando ou reduzindo os privilégios que quadros altos e médios tinham outorgado a si próprios — foram impostas.

Um dos resultados mais sensíveis do novo estilo foi a conduta da imprensa. Em geral, muitos países socialistas têm uma imprensa pouco imaginativa e ca-

rente de aspectos críticos. Cuba não era excepção. Embora contando com bons jornalistas, nem sempre dava da realidade interna e externa uma visão satisfatória. Nem mesmo certos factos, de notória importância, mereciam destaque ou mera referência.

Antes mesmo dessas mudanças, que alguns consideram uma «revolução dentro da revolução», muitos jornalistas já se preocupavam com essa rotina e procuravam rompê-la. A grande discussão, no entanto, travou-se em seguida às denúncias feitas na Assembleia Nacional.

Os jornais estão cheios de opiniões sobre os erros e as omissões dos meios de comunicação. Samuel Urra, do Rádio Reloj, foi objectivo na auto-crítica: «Há falta de espontaneidade, de criação, de iniciativa, de visão jornalística». Um redactor da «Bohemia», Andrés Rodríguez, fala sobre os jornalistas: «O nosso repórter é excessivamente reverente. É um repórter tímido, que está sempre a procurar a linha oficial.»

Sobre o hermetismo da vida pública cubana, que escondia, quase sempre, erros e deficiências do sistema, escreve Pedro Martínez Pires, da Rádio Havana: «É mais fácil entrevistar Fidel do que funcionários de menor categoria. Alguns confundem a defesa da revolução com a ocultação dos factos e deficiências. Não é a hora das justificações, mas das rectificações. A imprensa tem que dar um verdadeiro salto para estar à altura da revolução, num momento em que fazemos frente a um trabalho sofisticado dos meios de comunicação imperialistas.»

Em Havana, qualquer pessoa pode ouvir sem problemas as estações norte-americanas, sobretudo a «Voz da América», que irradia com antena dirigida a uns

duzentos quilómetros da Ilha. Assim, muitos cubanos que poderiam ter dos factos uma informação directa, só têm uma fonte, a das rádios adversárias. Esse ponto foi abordado no jornal «Juventud Rebelde», por Susana Lee. «No campo internacional passam-se coisas sobre as quais nós informamos através das emissoras estrangeiras. Que necessidade há disso se, de todas as maneiras, as viremos a saber?», pergunta ela, no decurso da grande discussão travada em Cuba sobre o papel dos meios de comunicação.

Sem compromisso revolucionário

Para se aplicar essa orientação realiza-se em Cuba uma grande campanha popular que envolve o país inteiro. E, se a «linha de exigência» se tornou mais rígida com «os de casa», ou seja, com os que estão integrados no processo revolucionário e o apoiam, o cerco foi-se apertando com mais vigor em torno daqueles a quem Raul Castro classifica como «parasitas que vivem à custa dos demais».

Não há dúvida de que uma parte dos que procuram asilo na embaixada peruana está entre os que não se tendo desligado ideologicamente do velho sistema, não consideram atractiva nem a revolução nem a palavra de ordem da «exigência». Têm aspirações de tipo capitalista que, objectivamente, não poderiam ver satisfeitas na Cuba de hoje.

As declarações que muitos dos asilados fizeram a jornalistas estrangeiros estão dentro desse pensamento. Reconhecem que a revolução lhes deu educação, saúde, segurança social e trabalho, mas as suas aspirações eram outras: queriam manter ou conquistar privilégios e, sobretudo, ganhar dinheiro fora dos limites

impostos pelas exigências revolucionárias e da rigorosa distribuição de rendimentos, que é uma norma dominante.

Qualquer pessoa que vai a Havana e conversa com certos cidadãos de mais de quarenta anos e que, de um modo ou de outro, estiveram ligados aos serviços de turismo, de diversões (cabarés, boîtes, etc.), de acolhimento aos norte-americanos, senhores da Ilha antes da revolução, sente como essas pessoas são nostálgicas em relação ao tempo em que nada disso era proibido ou regulamentado. Não perdem a oportunidade de pedir gorjeta, cobram fora das tarifas, «vendem» certos privilégios a estrangeiros e até tentam, inclusive, realizar câmbio negro, caso haja oportunidade de fazer negócio. «Isso aqui é para os meus filhos, a gente está habituada a outro tipo de vida», afirmam eles quando se estabelece maior confiança.

Milhares de pessoas deste tipo estão prontas para partir de Cuba, inclusive com a esperança de que, de fora, possam convencer os seus filhos a segui-los.

Desconhecimento do que foi

Entre a juventude a percentagem é infinitamente menor, mas há um facto facilmente detectável entre os menores de 20 anos: não tendo vivido sob o domínio capitalista não sabem como se conquistou a vida privilegiada que levam. Alguns consideram que podem dar o passo seguinte, o do aumento das faixas de consumo, sem nenhum ponto de referência sobre o que é hoje a vida de um jovem na América Latina ou noutras regiões do Terceiro Mundo, que não têm sequer o direito à alimentação e ao estudo, e muito menos ao trabalho. Quando foram combater na África, os jovens cubanos assombraram-se com a miséria encontrada. «Agora, posso entender o que me contavam os meus pais, pois não chegámos a viver em Cuba essa realidade», confessaram alguns.

Esse aliás, não é um facto isolado nas revoluções feitas em países pobres e que estão sob a constante mira do sistema capitalista. Em Moçambique, Sa-

mora Machel deixou as áreas libertadas do norte do país como um santuário, nas quais os jovens fazem cursos e passam as suas férias para que saibam como a geração actual conquistou a independência. Em Angola a campanha de rectificação conduzida pelo MPLA — Partido do Trabalho, é um instrumento permanente de correcção de rumos e de revitalização do ideal revolucionário.

O espelhismo da sociedade de consumo

É possível que essa falta de conhecimento do que foi, para julgar melhor o que é, tenha conduzido alguns cubanos, mesmo da geração da Sierra Maestra, a encarar o trabalho com menos entusiasmo, justificando a «campanha da exigência». Mas, na verdade, influenciou pouco entre os que foram para a embaixada, onde o grau de politização dos que ali se reuniram é menor do que se pode encontrar vulgarmente em Cuba. O grosso desses asilados era constituído por parentes e amigos de cubanos residentes no sul dos Estados Unidos e com os quais eles mantêm contacto permanente. Uma estatística publicada em Miami revela que 80% dos que estão a sair de Cuba têm parentes nos Estados Unidos.

A história é conhecida: milhares de exilados visitaram ou estão a visitar a Ilha. Os aviões para Cuba estão sempre cheios e as reservas são feitas com semanas e até meses de antecedência. Em geral, a maior parte dos passageiros é o que se passou a chamar de «os irmãos da comunidade», e que até há algum tempo eram mais conhecidos como os «gusanos de Miami».

Essa política de permitir as visitas em massa não foi recebida de maneira igual no país. No



Enquanto uns emigram em busca do consumo, outros cubanos oferecem-se como voluntários para cooperar na reconstrução de Angola

partido e no governo houve resistências que o próprio Fidel teve de contornar em reuniões com dirigentes e organismos de base. A explicação oficial era a de que, com vinte anos de revolução, já era tempo de reunificar a família cubana, sobretudo quando, no exílio, crescia o movimento a favor, senão do retorno, que a muitos não interessava, mas, pelo menos, da liberdade de visitar a pátria quando o desejassem.

Por outro lado, não há dúvida de que o grande afluxo de divisas que as visitas proporcionaram a Cuba ajudou o seu governo a cobrir o défice da balança comercial, que se avolumou com a queda dos preços do açúcar e dos efeitos permanentes do bloqueio norte-americano.

A outra fase dessa ponte aérea da «comunidade» estava nos presentes que levavam — muitos deles violando as rigorosas normas da distribuição de bens de consumo, principalmente electro-domésticos — e, mais do que isso, no espelhismo da sociedade de consumo. Em geral, os visitantes deixaram em Cuba um ou mais parentes decididos a juntar-se aos seus familiares nos Estados Unidos e dispostos a iniciar os trâmites de saída.

Os antecedentes da embaixada

A história da invasão em massa da embaixada peruana tem esses antecedentes. É possível que triagens políticas ou razões puramente burocráticas tenham feito com que as autorizações de saída fossem concedidas com lentidão. A favor das autoridades cubanas há um argumento de peso: só davam o visto de saída com a garantia de que a pessoa tivesse entrada assegurada no país de destino. E aqui começa a responsabilidade do governo norte-americano em todo esse problema. Ou porque considera que

500 mil cubanos já são suficientes (em Miami, 3 pessoas em 4 são contra a entrada de mais cubanos) ou pressionado pelos problemas criados pelos exilados, inclusive relacionados com o terrorismo, o facto concreto é que o governo de Washington já não dava vistos de entrada a novos imigrantes ou fazia-o a conta-gotas. A saída para outros países ainda era mais difícil e, do ponto de vista dos emigrantes, pouco atractiva, pois os seus parentes e amigos estavam nos Estados Unidos.

Os serviços de inteligência dos Estados Unidos conhecem bem toda essa realidade e só os ingénues podem acreditar que nesse episódio da embaixada peruana, directamente ou através dos seus congéneres no Peru e na Venezuela, eles não tenham interferido. Foi sintomática a substituição do embaixador peruano em Havana, que estava à procura de uma solução lógica e conciliatória do problema e foi sumariamente destituído pelo seu governo.

Correspondentes estrangeiros em Cuba assinalaram que eram sensíveis os sintomas da presença dos serviços de inteligência dos Estados Unidos em todo esse caso, o que é perfeitamente compreensível no contexto da política anticubana de Washington.

Nos dias finais do episódio, os cubanos deram um contra-golpe hábil, permitindo que os asilados da embaixada ou outros que desejassem deixar o país e viajar para os Estados Unidos saíssem por barco para a Florida. Isso obrigou o governo de Washington primeiro a tentar bloquear a entrada e, depois, a aceitar os refugiados (sem os complicados trâmites impostos pela sua representação em Havana) num número muito maior do que os

3.500 que havia fixado inicialmente. Cuba pretendia, assim, deixar claro que, de acordo com a sua tradicional política de não dificultar a saída de emigrantes, não era sua a responsabilidade das demoras, mas dos vistos de entrada nos Estados Unidos.

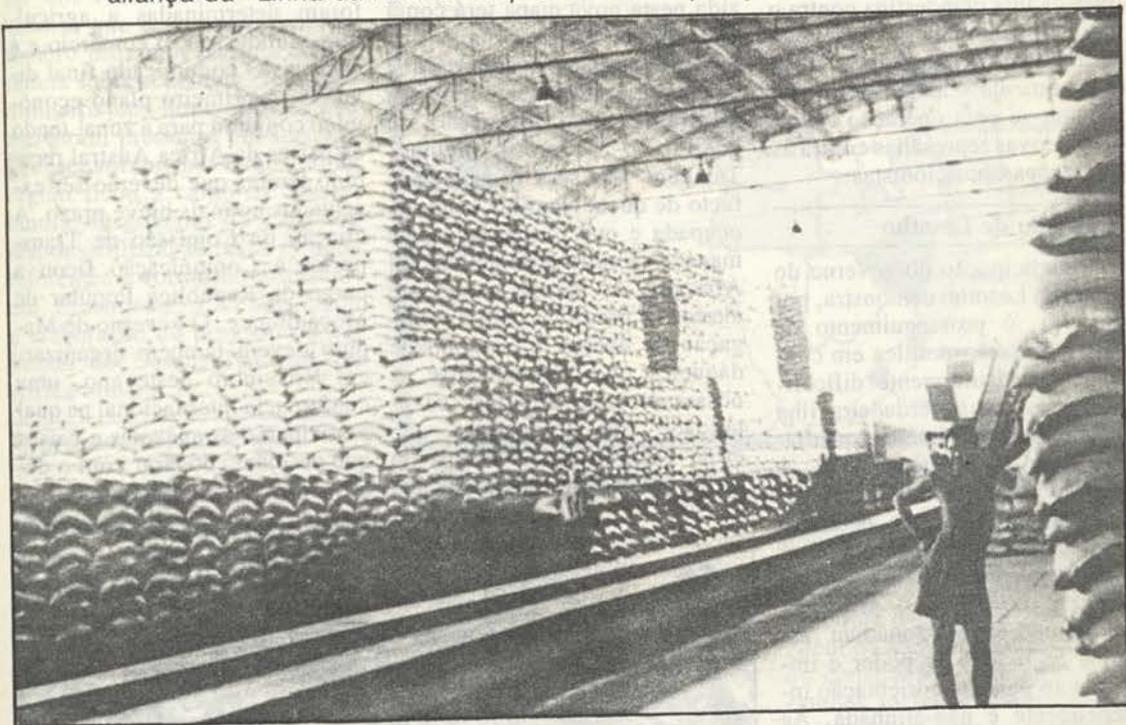
O problema da embaixada foi bem aproveitado para um recrudescimento da campanha anticubana. As agências internacionais que dedicam pouco ou nenhum espaço aos imigrantes haitianos ou porto-riquenhos que chegam irregularmente aos Estados Unidos, não só transformaram o episódio de Havana num escândalo político, como manipularam a sua divulgação. O governo de Havana respondeu com dois desfiles maciços, o primeiro em frente da embaixada peruana, com mais de um milhão e meio de pessoas e o segundo com um milhão, no 1.º de Maio. Mesmo jornalistas pouco simpatizantes com a revolução reconheceram nos seus despachos o carácter espontâneo das mobilizações. Nenhum aparelho policial poderia obrigar tanta gente a sair às ruas e a expressar ruidosamente, «à la cubana», o seu apoio ao regime.

O episódio permite conclusões claras: a solidez e o apoio interno de que desfruta a revolução cubana não podem ser julgados pela imigração de alguns milhares de pessoas, mas seria irrealista não encarar o facto como sintomático das dificuldades que o regime enfrenta, já tornadas públicas quando se impôs a «campanha da exigência». A revolução cubana tem a seu favor um imenso conjunto de conquistas positivas, realizadas em circunstâncias sumamente adversas. Todas as revoluções estão sujeitas a distorções e vícios. Pior seria se esses desvios não fossem enfrentados criticamente e combatidos, como ocorre em outros países. □

ÁFRICA AUSTRAL

Uma nova comunidade económica

Tendo exercido um papel decisivo na luta do Zimbabwe, a grande aliança da «Linha da Frente» amplia a sua composição e as suas metas



Juntar os esforços para sair do subdesenvolvimento

Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia, os países da Linha da Frente (alusão à luta contra os remanescentes racistas da África Austral), reuniram-se recentemente em Lusaka (Zâmbia).

A conferência aberta pelo Presidente Kenneth Kaunda, foi prestigiada não só com a presença de uma delegação do governo de Robert Mugabe, como também pela participação do Lesotho e da Swazilândia, represen-

tados pelos seus primeiros-ministros, e do Malawi, que enviou o seu ministro da Educação. Se bem que a posição dos regimes de Maseru e Mbabane, dois pequenos reinos que sempre mantiveram relações amistosas com os demais países, já era de certo modo esperada, a presença do governo malawiano constituiu uma importante vitória para os países que participaram na conferência e que de todas as formas apoiaram a luta do povo do Zimbabwe.

Conhecido como um dos dirigentes mais reaccionários da África, Kamuzu Hastings Banda, presidente do Malawi, manteve sempre estreitos vínculos com o Portugal salazarista, colaborando na contenção das actividades da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA). Com igual desenvoltura circulou na África do Sul, tornando-se o Malawi o único país da região a manter uma representação di-

plomática em Pretória. A grande repressão contra os seus opositores não deixou de causar problemas fora das suas fronteiras. O Dr. Attati Mpakati, dirigente da Liga Socialista do Malawi (LE-SOMA) e adversário de Banda, foi vítima de um atentado: recebeu no Maputo uma bomba enviada pelo correio. O acto terrorista não conseguiu liquidar o líder da luta clandestina contra o regime malawiano, o que não evitou porém que Banda fosse pessoalmente ao Parlamento felicitar-se pela operação e prometer novas represálias contra as formações oposicionistas.

A adesão de Lesotho

A participação do governo do Reino do Lesotho demonstra, por sua vez, o prosseguimento de uma orientação política em condições particularmente difíceis. Lesotho é uma verdadeira ilha com 30.955 quilómetros quadrados dentro da África do Sul. A vulnerabilidade da sua posição, em termos estratégicos, perante o regime do apartheid passou a ser explorada com maior intensidade a partir de 1970: o primeiro-ministro Leabua Jonathan assume as rédeas do poder e impõe ao país uma orientação independente e não-alinhada. Às pressões sul-africanas na área económica somam-se as operações militares, realizadas através de grupos armados pertencentes a uma facção do Basutholand Congress Party (BCP). Segundo o governo de Maseru, tal ala é liderada por Ntsu Mokhehle, antigo presidente desta organização.

Libertação económica

A reunião dos chefes de Estados e governos no Mulungushi Hall, na capital zambiana, foi

precedida de discussões a nível ministerial. Os acordos que deverão ser firmados giram em torno de dois pontos: a implantação de sistemas de cooperação entre os países representados e a formulação de uma política comum contra a dependência em relação à África do Sul. Conforme salientou o presidente Samora Machel, a luta a ser conduzida nesta nova etapa terá como meta libertar economicamente os países da região das amarras que os atam a Pretória, sem que isso signifique uma declaração de guerra ao poderoso vizinho. Também não será esquecido o facto de que a Namíbia continua ocupada e que o apartheid permanece vigente na República Sul Africana. Ao mesmo tempo que alertou os presentes para a «obrigação de libertar a mentalidade daqueles que vão executar as nossas decisões, libertar a mentalidade dos tecnocratas que estão escravizados à África do Sul», o dirigente moçambicano

insistiu sobre a necessidade de que sejam os próprios países da região os mentores dos planos de integração em estudo. São estes povos — sublinhou — que conhecem as suas necessidades, identificam as prioridades e ainda têm conhecimento das especificidades de cada país.

Como áreas iniciais e fundamentais para a cooperação, foram determinadas a agricultura, a indústria, o comércio e a energia. O comunicado final divulgou o primeiro plano económico conjunto para a zona, tendo os países da África Austral recebido tarefas que deverão ser executadas no mais breve prazo. A criação da Comissão de Transportes e Comunicação ficou a cargo da República Popular de Moçambique. O governo de Maputo deverá também organizar, em Novembro deste ano, uma conferência internacional na qual participarão as agências e países que desejam cooperar com o desenvolvimento económico re-



O Botswana criará um Centro de Pesquisa Regional de Agricultura e o Zimbábue, sede da próxima reunião em Setembro, fará um Plano de Segurança Alimentar.

gional. Ao Botswana coube a realização de estudos sobre o controlo da febre aftosa. Por outro lado, o mesmo país se encarregará de criar um Centro de Pesquisa Regional de Agricultura para estudar os problemas das zonas áridas ou afectadas por secas cíclicas. A elaboração de um Plano de Segurança Alimentar foi recomendado ao Zimbábue, que será a sede, em Setembro próximo, de uma conferência sobre o assunto, reunindo ministros dos nove Estados que estiveram presentes em Lusaka. O desenvolvimento industrial da região ficou a cargo da Swazilândia. O governo da Tanzânia responsabilizou-se pelos estudos referentes à formação profissional. Finalmente, à Zâmbia tocou a elaboração do projecto de um Fundo de Desenvolvimento da África Austral.

O processo de integração

Considerando-se o vigor com que foi ressaltado o papel dos transportes e das comunicações em todo o processo de integração económica — a sua viabilização exigirá investimentos calculados em cerca de 1 bilião e meio de dólares —, não é difícil situar a posição de Moçambique nos projectos em estudo. Particularmente no tocante ao porto da cidade da Beira, segundo um artigo publicado no semanário «Tempo», espera-se que as alterações verificadas nos últimos meses na África Austral resultem «num aumento do manuseamento de carga para mais do dobro da registada em 1965, isto é, que sejam ultrapassados os dez milhões de toneladas no decorrer da presente década.» Há quinze anos, quando durante a rebelião dos colonos, liderados por Ian Smith, Londres respondeu com o bloqueio económico, o movi-



No mapa, em preto, os países, que assistiram à reunião da Linha da Frente pela primeira vez. Em meio tom, os países que fundaram o movimento.

mento neste porto era de 4,5 milhões de toneladas anuais. Com as sanções, elas baixaram para apenas 1,7 milhão. Para atender às necessidades colocadas pelo escoamento de mercadorias provenientes do Zaire, Zâmbia, Malawi, Zimbábue e Botswana, já se encontram em curso vários projectos de ampliação e modernização deste porto. Entre eles está a construção de um terminal marítimo para navios «Ro-Ro», que possibilitará a atracação de barcos com cerca de 250 metros de comprimento. Por utilizar o sistema horizontal de carga e descarga, este tipo de embarcação torna possível o manuseamento de até 300 toneladas por hora. Segundo os técnicos, isto equivale a ampliar em seis vezes mais o ritmo de trabalho feito em moldes tradicionais. No

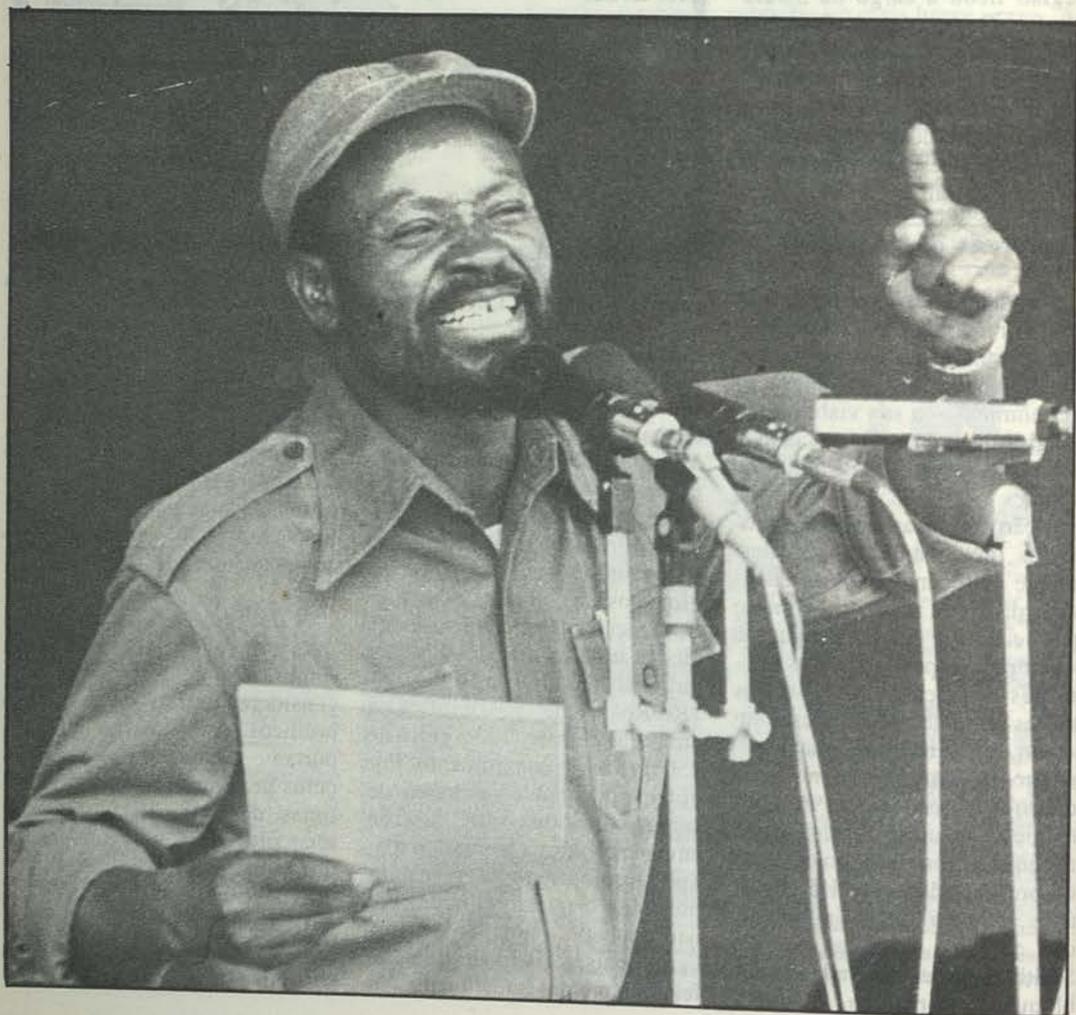
plano de modernização, prevê-se ainda a criação de condições portuárias para a acostagem de petroleiros de 15 mil toneladas. Além da ampliação dos canais e da construção de armazéns, os estudos incluem a situação das linhas ferroviárias e a preparação de pessoal para os diferentes sectores.

A declaração final do encontro, intitulada «África Austral: rumo à libertação económica», é considerada pelos observadores políticos locais como o mais importante documento já assinado pelos governos africanos nas últimas décadas. Resumindo os seus propósitos, ela afirma no último parágrafo, que «a dignidade e o bem-estar dos povos da África Austral exigem a libertação económica e nós lutaremos para atingir este objectivo.» □

MOÇAMBIQUE

Samora Machel: Não se constrói o socialismo com a ignorância

O presidente de Moçambique fala das medidas económicas do seu governo e afirma que não se resolvem os problemas com slogans. «O marxismo-leninismo não se ocupa de vender tomates.»



EM Março deste ano, o Presidente Samora Machel concedeu no Maputo uma entrevista colectiva à imprensa internacional. Jornalistas dos mais diferentes países do mundo e representando as mais diversificadas correntes de opinião submetem o chefe de Estado moçambicano a questões relacionadas com a situação interna do seu país e com os últimos acontecimentos verificados na África Austral. O texto que se segue é um resumo das questões mais importantes abordadas no encontro.

Razões de ordem técnica impediram a sua publicação nos dois últimos números dos *Cadernos*. Porém, o relevante interesse das declarações de Samora Machel conservam, três meses depois de terem sido proferidas, assinalável actualidade que justifica a sua inserção neste número.

Sr. presidente, como caracteriza a ofensiva desencadeada nos últimos meses na República Popular de Moçambique?

— A questão essencial quanto à ofensiva desencadeada é que ela é uma parte integrante da luta contra o sistema deixado pelo colonialismo em Moçambique. É uma parte da luta. É a continuação da luta armada de libertação nacional. Primeiro era a luta contra o colonialismo fisicamente instalado ao nível cultural, ao nível administrativo e ao nível das mentalidades. A nossa ofensiva não é contra os indivíduos. Ela também não é para corrigir o nosso sistema, que nós escolhemos como via de desenvolvimento do povo moçambicano e da construção da pátria moçambicana. A nossa ofensiva é contra

a estrutura deixada pelo colonialismo, é contra a mentalidade e métodos de trabalho ainda existentes. Em Fevereiro de 1976, declaramos guerra contra o aparelho colonial. Falámos da desestruturação colonial e somos claros em relação a estas coisas. Primeiro estruturámos o Partido, o que significa a consolidação da nossa política a nível popular. E em segundo lugar, tivemos as assembleias do povo que significam o exercício do poder pelo povo. Em muitos países, o burocratismo, o individualismo, tudo isso é parte do sistema. É contra isso que nós combatemos. Não estamos a corrigir o nosso sistema, mas sim a destruir um sistema deixado pelo colonialismo para instalarmos um outro, um novo método de trabalho, uma nova concepção. O burocratismo impede a participação popular. Cria o mito de que há indivíduos especiais. Queremos desmistificar o burocratismo.

Se continuarem as bichas e a falta de comida neste país, como é que conseguirá manter o povo satisfeito?

— Quer dizer, na sua concepção a independência trouxe as bichas. Na sua concepção a liberdade, a independência trouxe isso.

Quem são as pessoas que vão para as bichas? Onde viviam as pessoas que vão para a bicha hoje? A pergunta devia ser essa. As bichas não podem continuar por muito tempo. O nosso país é rico do ponto de vista agrícola, do ponto de vista de minerais. O que precisamos é de organizar e definir os grandes projectos para que possamos organizar a mão-de-obra que nós temos, pois, neste momento, ela vai para as minas da África do Sul, vai para as minas de ferro. Nós também temos ferro. Vão para a África do

Sul para as minas de carvão. Nós também temos carvão. Vão para a África do Sul para a siderurgia, que nós não temos. Vão para as grandes fábricas de automóveis, de frigoríficos, de todos os artigos eléctricos e electrodomésticos e para a indústria de construção. Encontramos moçambicanos na indústria de construção. Encontramos moçambicanos na indústria química, na indústria pesada e na indústria ligeira. Os homens vão para a África do Sul e as mulheres estão cá. São elas que estão nas bichas. Encontramos moçambicanos a produzir o milho, fruta, vinho que nós vamos comprar na África do Sul. São os moçambicanos que produzem. A batata que nós compramos, são moçambicanos que produzem. Eles são também os pastores, os criadores de gado na África do Sul. Se essa mão-de-obra ficasse em Moçambique, haveria bichas? Nós pensamos que os grandes projectos, em primeiro lugar os projectos agrícolas, vão resolver o problema das bichas. E a nossa preocupação não é manter o povo alegre. A nossa preocupação é resolver os problemas de fundo. Primeiro criar a unidade sólida no país. Criar a unidade destruindo o tribalismo, destruindo a discriminação racial. São esses alicerces que atrasaram o nosso país. Quem é que comia batata neste país? Quem é que comia o pão, quem comia o arroz? Quem bebia o vinho, quem bebia a cerveja? Era o colonizador. Agora esses benefícios já vão para o povo. Mas a quantidade não é suficiente. É por isso que existem as bichas. A nossa preocupação é o bem-estar social, o bem-estar material e o alojamento. Criar postos de emprego para todos. Não queremos resolver o problema económico através de *slogans*, através de comícios. Levar

o nosso povo a produzir, é essa a solução correcta para as bichas em Moçambique e em qualquer parte do mundo. O senhor deve-se lembrar do fim da Segunda Guerra Mundial: na Alemanha tinham muitos marcos, mas não tinham sequer um ovo. Tinham muitos marcos, mas não tinham sapatos, não tinham pão. Quem organiza as bichas é o sistema. Este é o resultado do colonialismo.

O que é Marxismo-Leninismo?

O Governo estaria a realizar correcções nas directrizes de base para autorizar alguma revisão nos princípios marxistas-leninistas que o orientam?

— Sabem o que quer dizer o marxismo-leninismo? Marxismo-leninismo, os seus fundamentos, é a resolução dos problemas nacionais. Esta teoria dedica-se na maior parte das vezes ao desenvolvimento económico, ao progresso, à paz, ao bem-estar social. É a luta contra a exploração do homem pelo homem. Esta é a base. É a luta para estabelecer um poder popular. Não sei se nós estamos a fazer revisionismo. Estamos a instigar a luta de classes para liquidarmos a exploração. O marxismo-leninismo defende essencialmente a cada um segundo o seu trabalho e a cada um segundo as suas necessidades. O marxismo-leninismo não promove preguiçosos, não produz parasitas, entende? É esta a nossa filosofia. Nós somos contra o parasitismo, contra a criminalidade. Quando há desemprego, há injustiça social, nascem os crimes. A criminalidade é o produto da sociedade: o lumpem urbano, a prostituição oficializada, a sociedade degra-

dante. Aí nós somos contra, somos consequentes. O que é o socialismo, a revolução? É o produto do capitalismo.

A cooperação económica é defendida pelo marxismo. A cooperação económica entre países, entre Estados. Essa é a defesa do marxismo-leninismo, é a teoria marxista. É isso que nós estamos a fazer aqui. Organizando sector por sector e distribuindo responsabilidades. O marxismo-leninismo não se ocupa de vender copos no bazar, de vender agulhas e tomates. O marxismo-leninismo preocupa-se sim com irrigação, barragens, siderurgia, indústria pesada. Organizar de tal maneira a sociedade para que não haja exploração. Não haja especulação. É esta a essência do marxismo-leninismo.

«Socialismo não significa miséria»

Durante o III Congresso da Frelimo o sr. presidente disse que a política do Partido era acabar com a dominação económica a partir do estrangeiro. No entanto, recentemente houve uma reunião aqui no Maputo com algumas companhias multinacionais poderosas. Isto quer dizer que os princípios do III Congresso foram postos de lado?

— O que nós fizemos aqui com a Business Internacional revela que nós somos consequentes. Penso que você leu a Lei da Terra. Foi publicada na República Popular de Moçambique. E penso que leu a Lei do Comércio Privado. As condições estão todas lá. É nessa base que nós falamos com todos. Mas nós queremos construir o socialismo dentro do nosso país. Não há desvios e nem permitimos desvios. É por isso que na nossa

reunião, no nosso comício, várias vezes repetimos que há aqueles que interpretam mal o que é o socialismo. Socialismo não significa miséria. Significa felicidade, prosperidade, bem-estar de todos. O que nós não queremos das multinacionais é que explorem a matéria-prima, explorem as nossas riquezas, exportem e deixem-nos com buracos no nosso país. Queremos que as riquezas do nosso país beneficiem em primeiro lugar o nosso povo. Sejam o instrumento fundamental para o desenvolvimento da nossa economia. Com a Dinamarca, com a Suécia, com a Inglaterra, com os Estados Unidos, com a RFA, com a França, com a Bélgica, queremos cooperação. Nós temos grandes projectos aqui, como o do Vale do Limpopo que pode empregar mais de 200.000 homens. Temos na Angónia um projecto que pode empregar mais de 100.000 homens. No Niassa, Zambeze, Sofala, em todos os lugares do país temos trabalho. O que faltará em Moçambique daqui há vinte anos é mão-de-obra.

«O colono saiu em debandada»

Poderá a sua crítica de ultra-esquerdismo explicar por que é que se chegou ao ponto de até o cabeleireiro ser do Estado, logo após a independência?

— Ao explicar a questão do cabeleireiro, da barbearia, expliquei a prática do esquerdismo; até que ponto chega o esquerdismo. É porque as especificidades de Moçambique não são as do Brasil. As nossas especificidades não são as da União Soviética. As nossas especificidades não são as da RDA. A União Soviética já existia quando fez a Revolução. Quando nasceu a RDA, já existia



Queremos que as riquezas naturais beneficiem em primeiro lugar o povo

o Estado alemão. Aqui trata-se do colonialismo estrangeiro. O colonizador era dono de tudo isto. E quando chegou a independência abandonou o país. Nós não podíamos deixar abandonado aquilo que foi construído pelo suor do moçambicano. Chegamos a esse estado porque o colonizador saiu em debandada da República Popular de Moçambique. Nós dissemos que o prédio era do colonizador, a pequena machamba era do colonizador, todo o negócio era dele, mas ele fugiu. Então quem é que estava em condições de gerir? Nós não tínhamos prática. Era o colonialismo estrangeiro e, em especial, o colonialismo português. Não era como o inglês, que nas suas colónias permitiu que os africanos tivessem bares, negócios. O colonialismo português é diferente de todos os outros colonialismos. É esta a especificidade. Vimo-nos obrigados a gerir pequenos negócios porque aqueles que os dirigiam fugiram em debandada. Ocupar tudo era uma exigência, agora não... Por isso não há desvios. Vocês publicam nos seus países que «há um recuo em Moçambique, que estamos a entregar as lojas». Os meios de comunicação da Alemanha Fede-

ral, África do Sul ou Grã-Bretanha dizem que o Machel recuou. Não é o Machel que recua. Aqui na política não é o Machel que reina. A política é feita pelo Partido e executada pelo aparelho do Estado. Naquele período, ocupar o que estava vago era uma exigência porque os colonos abandonavam as casas, abandonavam as lojas, barbearias, abandonavam sapatarias, boutiques. Qual devia ser então a nossa tarefa, o nosso dever como Estado? (Dirigindo-se a uma jornalista brasileira): Entendeu, concorda? Mas não faça isso no Brasil quando triunfar a Revolução, porque a burguesia brasileira não há-de fugir. Por isso na China continuam alguns sectores privados, na URSS e na RDA também.

«O colonialismo produziu ignorância»

Ao mesmo tempo que se importa tecnologia avançada, qual é a ênfase que se dá à tecnologia de base, por exemplo, à tecnologia de fabricação de sabão na aldeia comunal?

— Esse é outro ponto complicado no nosso país. Aqui não há engenheiro químico. Como pro-

duzir sabão? Você pensa na Aldeia Comunal, mas estou a pensar no país inteiro. É preciso instalar uma fábrica que satisfaça as necessidades nacionais. Mas porque não a temos? Esta é a primeira coisa. O colonialismo não produziu engenheiros aqui. Produziu ignorância. Não produziu engenheiros para fabricar colheres, não produziu engenheiros para produzir painéis, isso sem falar nos grandes projectos. Eu falo de técnicos médios com capacidade de produzir as pequenas coisas para o nosso povo. Não há fábricas de roupas, de tecido, neste país. E porquê? O que era Moçambique para eles? Era uma estação de trânsito para a Rodésia e para a África do Sul. Agora nós estabelecemos relações com muitos países, menos com a África do Sul, por causa da sua política de *apartheid*. Mas no dia em que cair o *apartheid* na África do Sul, a República Popular de Moçambique vai propor à OUA para que a África do Sul seja seu membro. Conhecem o desenvolvimento económico, o desenvolvimento tecnológico deste país? (Para uma jornalista): De que país é a senhora?... (Estados Unidos, respondeu ela). O seu país colocou a RPM na lista negra, pode-me explicar porquê? (A norte-americana responde: «Não sou responsável pela política económica do meu país»). Mas é norte-americana devia saber e conhecer a política do seu Governo. Nós estamos na lista negra do seu país. Não existimos. Mas antes da independência as relações entre os Estados Unidos e o colonialismo eram fraternais, harmoniosas, de igual para igual. E Moçambique existia nesse momento. No entanto, apoiaram o colonialismo português para não conseguirmos a independência de Moçambique. Deram armas, deram dinheiro, a

tecnologia para matar o homem. O homem que exige a liberdade. E quando proclamamos a independência e escolhemos livre e democraticamente o sistema que devíamos seguir, os Estados Unidos colocaram-nos na lista negra. Alguns disseram que estamos na lista negra porque Moçambique é marxista. Mas o motivo é outro: é a cooperação tecnológica e cultural com a União Soviética. São as pesquisas científicas com os países socialistas. Mas o ponto principal não é esse. Não é ser marxista, não é isso. Quer que eu lhe diga porque é que estamos na lista negra? Porque o marxismo não pode ser dos pretos. Não, não é possível! O preto não pode ser marxista, porque Marx era branco. Entende, é uma questão de racismo. Na Rodésia, os Estados Unidos estavam muito empenhados no tempo de Ian Smith apoiando a minoria. Compravam cromo e apoiavam Ian Smith. Hoje os Estados Unidos continuam na África do Sul, onde há um regime desumano de *apartheid*, que desafia a comunidade internacional. Mas os Estados Unidos estão lá por quê? Porque são brancos aqueles que dominam os pretos, é por causa do racismo, nós sabemos.

— *Porque é o Partido FRELIMO a liderar esta ofensiva?*

— O Partido dirige o Estado e a Sociedade. O Estado é o instrumento para a realização da política do nosso partido.

O comício que fizemos recentemente não foi realizado pelo Governo. Foi realizado pelo Partido para explicar que o Governo está a cometer desvios. Eu fui dirigir o comício como Presidente do Partido. O Partido vigia, acompanha passo a passo a acção do Governo. Por isso, depois do comício, o Comité Político Permanente reuniu-se para

analisar e examinar como é que o Governo deve implementar as orientações que o Partido dá. E os resultados estão à vista.

«Vamos controlar as empresas»

No intercâmbio com os países capitalistas e em particular no tocante às suas empresas em Moçambique, existem duas concepções completamente diferentes de como deve ser encaminhada essa prestação de serviços. Como é que o Governo encara o problema da fiscalização dessas empresas aqui?

— Esta ofensiva foi uma lição para nós. As vezes não compreendíamos os mecanismos dentro das empresas. Primeiro foi necessário compreender a capacidade instalada de cada fábrica, as origens das máquinas dessa fábrica e aí encontramos diversificação. Às vezes numa única fábrica as fontes são cinco, seis, sete. Esse é o segundo aspecto, a origem das máquinas em cada fábrica. Terceiro, o pessoal que trabalha nas fábricas e as suas qualificações. Portanto, conhecer a capacidade de todos os operários; o nível de planificação, materialização e organização de todas as fábricas; as metas defi-

nidas de cada fábrica e então compreender a origem das matérias-primas. Precisamos que a partir daí, nós podemos controlar o nosso desenvolvimento. Mas é preciso que haja participação de trabalhadores conscientes, estrutura, hierarquia e responsabilidade para poder controlar cada fábrica. E é preciso fixar a prática de prestação de contas. Nós estimulamos a competição entre as fábricas. E por isso que exigimos que um operário em cada local de trabalho deve produzir o seu vencimento. Um operário não deve ser parasita. Achamos que o operário é o homem mais consciente da sociedade, porque tem o sentido agudo do que é a exploração. E assim que nós vamos controlar as empresas: Tanto as estatais como as privadas. As privadas devem cumprir as suas metas, devem cumprir o plano. Não devem produzir prejuízos, devem produzir lucros. Esta é a tarefa de cada fábrica.

Desde a independência, houve uma série de passos em frente, tanto económicos como sociais. Como vê o sr. presidente agora os futuros passos da Revolução moçambicana?

— Em menos de um ano, com seis meses de independência, permitimos que o nosso país fosse base para a libertação do



Assumimos o controlo total pois o colono fugiu em debandada

Zimbabwe, contra a existência de um regime minoritário e ilegal. E Moçambique aplicou integralmente as sanções decretadas pelas Nações Unidas. E o mundo disse: «Moçambique vai sofrer um colapso, pois não vive sem a Rodésia». E agora eu queria-lhe dizer que com isto a República Popular de Moçambique nasce revigorada. Durante esses quatro anos de luta de libertação no Zimbabwe houve realmente estagnação do nosso país, mas também houve conquistas políticas que foram consolidadas. Consolidámos a unidade nacional, destruímos o racismo no nosso país. Estabelecemos igualdade entre os homens de todas as raças, de todas as cores. Estas são as grandes conquistas. É isto que nos permite ver um futuro brilhante para nós. Nos próximos passos está a luta contra o subdesenvolvimento. Isto implica o conhecimento real das nossas potencialidades, das nossas possibilidades. Implica novas relações com outros povos já avançados, capazes de nos fornecerem a técnica e a tecnologia necessárias. Mas não aparecemos como mendigos. Não estamos a mendigar: negociamos em pé de igualdade. Portanto, a nossa batalha é económica. É verdade que este aspecto é complexo, exige a liquidação do analfabetismo, da ignorância, da fome. São esses passos que nós pensamos que são prioritários. Não se constrói o socialismo com a ignorância, com o obscurantismo. São esses os nossos passos: formar quadros competentes, disciplinar a nossa sociedade, eliminar todos os males deixados pelo colonialismo.

«Uma vitória política»

De que maneira a FRELIMO terá sucesso na construção de

uma sociedade socialista e, ao mesmo tempo, na construção da base da sua própria originalidade nas condições especiais do país?

— Não há originalidade, o marxismo é um só. Não há dois marxismos. O que há no marxismo é saber aplicá-lo nas condições concretas e específicas. Estamos de acordo? Não há marxismo africano, latino-americano, asiático. Marxismo é ciência. Quando nós estamos a falar em marxismo pensemos em ciência. Não pensemos no Marx como homem. Falemos de marxismo, falemos de teoria, teoria marxista aplicada às condições concretas e específicas de cada situação, de cada região. Nós aqui vamos aplicar o marxismo para desenvolvermos o nosso país. Agimos assim durante a guerra de libertação e triunfamos. O triunfo de Moçambique foi uma vitória política em primeiro lugar. Em segundo lugar foi uma vitória militar, porque a luta armada era a continuação da materialização da política. Os europeus e os ocidentais em geral e os *boers* sul-africanos dizem que os africanos pretos não podem construir o socialismo porque o socialismo exige inteligência e o preto não é inteligente. Também afirmam que construir o socialismo num país de maioria negra não é possível, porque o africano acredita nas forças sobrenaturais, na superstição. É isto que faz muitas das vezes os europeus perguntarem: «Mas como é que Moçambique vai construir o socialismo? Então não estão a destruir a sua personalidade?»

Eu quero repetir: marxismo não é teoria estrangeira. É o desenvolvimento da ciência em benefício das camadas inferiores, enquanto que o capitalismo é para beneficiar apenas alguns.

Por isso é que eu digo: em Moçambique nós vamos construí-lo para beneficiar a maioria. O nosso povo identifica-se com a nossa política. Ela é resultado da prática e do conhecimento aprofundado que temos do nosso povo. Nós sabemos o que o nosso povo quer. Não quer ser explorado, não quer o capitalismo, não quer ser discriminado. O nosso povo quer paz, bem-estar. Outro aspecto é a influência religiosa. Associada a esta influência há o atraso social e intelectual do nosso povo. Por isso, pensam que esta política de Moçambique é elaborada por um grupo. E quero dizer que não é assim. O grupo faz a síntese das aspirações, faz a síntese da prática, a síntese do desejo do nosso povo. Não foi um grupo que fez a guerra popular em Moçambique. Foi essa guerra popular que permitiu que a Frente de Libertação de Moçambique se transformasse num partido marxista-leninista. Nós não proclamamos o marxismo-leninismo depois de proclamarmos a independência. Nós já éramos marxistas-leninistas antes e durante a guerra popular de libertação nacional. O socialismo em Moçambique é produto da guerra que no seu desenvolvimento se transformou numa guerra revolucionária.

«Moçambicanos podem regressar»

Sr. presidente, no seu discurso, o senhor disse que os portugueses e outros poderiam vir investir em Moçambique. Quer dizer que vai permitir o regresso...

— Perdão, no meu discurso, não disse portugueses. Não tenho motivo para mencionar portugueses em especial. Quando eu falo de investimentos estrangei-

ros, a República Federal da Alemanha é a mesma coisa que Portugal. Falar de Portugal é a mesma coisa que falar da Bélgica e da França. Que fique bem claro isso. Não fiz apelo aos portugueses para virem aqui. Não fiz apelos a ninguém. Mas eu disse: moçambicanos que trabalham na Swazilândia, moçambicanos que trabalham na África do Sul, esses podem regressar e fazer os seus negócios aqui, em vários sectores, incluindo agricultura e indústria.

O seu discurso marcou o que se convencionou chamar revolução cultural. Além da abertura económica, a Frelimo pensa na possibilidade de iniciar em Moçambique uma revolução cultural? E ligada a esta questão, pergunto o seguinte: algumas vezes critica-se o oportunismo que surgiu após à independência em alguns sectores. O senhor não teme que um processo como o que está sendo desenvolvido possa criar novo tipo de oportunismo?

— Primeiro quero responder que não é revolução cultural. Não é preciso desencadear campanha para fazer revolução cultural. A revolução cultural é um processo geral, global. Por isso,

esta campanha não é uma revolução cultural. Nós fomos claros. O aparelho de Estado está infiltrado. Uma vez infiltrado, deturpa todas as orientações que o Partido dá e passa, portanto, a servir os interesses do nosso inimigo. Não está a servir os interesses do povo. Ele está corrompido, está-se a transformar num refúgio de inúteis. Como está doente, precisa de tratamento.

— Um aparelho de Estado infiltrado, corrompido, doente, significa que ali se instalou comodamente a indisciplina, o liberalismo, como modo de vida. Por isso, esta campanha é de purificação. Valorização daqueles que têm qualidades para serem do aparelho do Estado. Disciplinar este mesmo aparelho para colocá-lo ao serviço dos interesses do povo.

No meu entender, a independência do Zimbabwe abre um novo período para a História da África Austral. Qual foi o papel de Moçambique?

— O papel de Moçambique não foi muito grande, foi o de ser a base para a luta no Zimbabwe. Foi importante, mas não decisivo. O papel decisivo coube às forças combatentes do Zimbabwe, ao povo do Zimbabwe e à

solidariedade internacional. Moçambique cumpriu simplesmente o seu dever internacionalista ao fazer da luta do Zimbabwe a luta do nosso povo. O nosso país aplicou as sanções, cumprindo as obrigações decretadas pela Comunidade Internacional. Também participou de todas as cimeiras dos chefes de Estado da *Linha da Frente* à procura de solução para o conflito. Esteve presente na Conferência de Lancaster House em Londres e acompanhou o processo eleitoral. Nada mais.

Sr. presidente, Moçambique terá a mesma posição assumida na guerra do Zimbabwe em relação à África do Sul e ao Congresso Nacional Africano (ANC)?

— Os problemas da África do Sul são internos, contradições internas. É um erro do próprio sistema. Nós reconhecemos o Governo da África do Sul como o de um país independente, mas condenamos a sua política de *apartheid*. Não somos só nós, todo o mundo os condena. A luta de libertação não pode ser conduzida de fora, a história mostra isso. A China libertou-se e não foram forças de fora que fizeram isso. Hoje há estabelecimento de relações da China com os Estados Unidos e com todo o mundo. É a História. Hoje, assistimos às contradições na África do Sul, onde uma minoria oprime a grande maioria da população. Quatro milhões de brancos oprimem 23 milhões de negros e, talvez, dois milhões de mulatos, indianos e asiáticos. E por que é que praticam o *apartheid*? Por que é que consideram os sul-africanos negros como estrangeiros? Isto é porque o Governo sul-africano tem consciência de que é colonialista, tem consciência que oprime e tortura. Um Governo que deveria representar o povo,



O povo lançou-se em massa à rua para escutar o discurso do presidente Samora Machel

mas que assassina a sangue-frio crianças, mulheres e velhos, só porque são pretos. Porque se intitulam sul-africanos de direito. O ANC goza da simpatia da comunidade internacional dos países Não-Alinhados. Tem o apoio das forças progressistas e democráticas de todo o mundo, de todas as raças, de todos os continentes. O ANC tem o apoio das Nações Unidas, onde a África do Sul é membro. Essa pergunta não deveria ser dirigida a Moçambique e sim à Comunidade Internacional: Por que é que vocês apoiam o ANC? Por que querem a igualdade entre os homens na África do Sul? Por que querem a justiça social, a justiça cultural, a justiça cultural, a justiça económica?

O sr. presidente acha que é conciliável a política de não-alinhamento de Moçambique com a posição assumida nas Nações Unidas de votar quase sempre a favor da União Soviética? Refiro-me principalmente ao caso do Afeganistão.

— Quando a República Popular de Angola foi invadida pela África do Sul, o Governo pediu ajuda à União Soviética, pediu ajuda a Cuba. É um Estado independente. E o Afeganistão pediu auxílio. Apoiámos. Esse é o direito do Estado. Nós não apoiámos a URSS quando votámos. Apoiámos o Afeganistão e a URSS. Agora, se a União Soviética tivesse agredido o Afeganistão, aí você devia-me perguntar: «Então apoia a agressão?»

E porque é que só falam da URSS no Afeganistão e não falam das tropas francesas que foram derrubar Bokassa no Império Centro-Africano? Por que não falam das tropas francesas e mercenárias que foram derrubar o Presidente das Ilhas Comores, Ali Soilih? Nós apoiámos o Afeganistão, o pedido que foi feito à União Soviética. Está claro? □

O QUE É O SOCIALISMO?

No seu discurso, o Presidente Samora Machel definiu assim o que a FRELIMO acha que é o socialismo:

Sociedade socialista significa o bem-estar de todos:

- o direito ao trabalho
- o direito à escola, à saúde, sem discriminação
- o direito de cada cidadão ter uma habitação condigna
- ter transporte decente
- ter manteiga, ovos para os nossos filhos, para todos nós
- o direito de andar decentemente vestido
- ter possibilidade de comer galinha, coelho, peixe, carne
- todos terem sabão para andarem limpos. Terem sabonetes, terem lâminas, máquinas de barbear, é isso que queremos

Mas os nossos amigos do Ocidente dizem que se nós andarmos bem vestidos, se nós fizermos a barba, se nós tivermos uma casa condigna, perderemos as características africanas.

Sabem quais são as características africanas? Usar pele, tanga, capulana atravessada, um pau na mão atrás do rebanho, ser magrinho com costelas para contar uma a uma, feridas nos pés, nas pernas, com uma folha de cajueiro a tapar a ferida que vai gotejando, matacanha nos pés — este é o africano. Para eles são as características dos africanos.

Então, quando os turistas vêm, procuram este africano aqui vestido desta maneira. Porque este é o «real africano».

Agora, encontram-nos vestidos de balalaica, calçados — já não é africano. Não tiram fotografia.

Para eles é preciso que a África não tenha indústria, que continue a enviar matérias-primas. Não tenha siderurgia. Porque é luxo para o africano.

É preciso que a África não tenha barragens, pontes, estradas, fábricas de tecidos para confeccionar roupa para os homens e senhoras, roupas para as crianças. Fábrica de calçado de luxo? Não, o africano não merece isso. Ter uma casa com piscina, um hotel de luxo? Não, já não é para africanos.

Para nós, sociedade socialista significa:

- ter lugares de repouso para os trabalhadores
- festejar as festas, bebendo um copo de cerveja, de vinho, de laranjada, comendo bolos bem confeccionados
- produzir brinquedos para oferecer às nossas crianças nos seus aniversários
- produzir flores para oferecermos às nossas mulheres, mães dos continuadores da Revolução
- ter as ruas das nossas cidades limpas
- criar parques e jardins para descanso e alegria dos adultos e crianças

Temos que avançar para concretizar estes objectivos.

Mas sentimos que há feridas no nosso corpo que sangram constantemente.

Sentimos que os agentes do inimigo se aproveitaram da nossa condescendência e benevolência para se instalarem no nosso seio.

Tudo isto impede o nosso avanço. É o matope que torna pesadas as nossas botas. Decidimos descalçar a bota e tirar o matope.

COLABORANDO COM O DESENVOLVIMENTO

dos países do 3º mundo, na recuperação de suas economias, na criação de riquezas utilizando racionalmente os recursos próprios, adaptando a tecnologia moderna às condições do país, nossa experiência é valiosa. Procure o

GRUPO CARBONAL

que no Brasil vem desenvolvendo uma tecnologia própria de serviços e produtos nas áreas de papel, manufaturados de papel e material de escritório.

PRODUTOS

- PAPÉIS PARA IMPRIMIR E ESCREVER
- PAPEL CARBONO
- PAPEL KRAFT
- PAPEL PARA EMBRULHO
- FORMULÁRIOS CONTÍNUOS
- PAPELÃO
- BOBINAS DE TELEX

SERVIÇOS

- PROJETOS DE UNIDADES GRÁFICAS COMPLETAS
- PROJETOS DE MÁQUINAS GRÁFICAS
- TECNOLOGIA DE PROCESSO NAS ÁREAS DE:
PAPEL
PAPEL CARBONO
FORMULÁRIOS CONTÍNUOS
ARTES GRÁFICAS



CARBONAL - COMPANHIA NACIONAL DE CARBONOS - ESTRADA DO GABINAL, 1621 - JACAREPAGUÁ - R.J. - TELS.: 342-3434 - 342-3232 - CEP 20.000 - NORGRAF S.A. IMPRESSOS ESPECIALIZADOS DO NORDESTE - AV. SUL, 8831 - IMBIRIBEIRA - PE - TELS.: 326-9733 - 326-9700 - 326-9444 - CEP 50.000 - FÓRMULA S.A. FORMULÁRIOS CONTÍNUOS - ESTRADA DO GABINAL, 1621 - JACAREPAGUÁ - R.J. - TELS.: 342-3434 - 342-3232 - CEP 20.000 - PAFISA - PAPÉIS FINOS DO NORDESTE S.A. - BR 101 - Km 29 - IGARASSÚ - PE - TELS.: 543-0372 - 543-0370 - 543-0547 - 543-0561 - CEP 53.600 - FÓRMULA LTDA. SERVIÇOS E MÁQUINAS - ESTRADA DO GABINAL, 1621 JACAREPAGUÁ - R.J. - TELS.: 342-3434 - 342-3232 - CEP 20.000 - BRASIL.

ÁFRICA DO SUL

Tempos difíceis para o “apartheid”

O governo racista sul-africano enfrenta actualmente a maior crise da sua longa existência. As alterações na cena política internacional e a evolução dos vários campos de luta interna que se influenciam e se conjugam entre si, produziram nos últimos meses uma situação tal, que não é arriscado afirmar ter a contagem decrescente do regime do apartheid sofrido sensível acentuação

Carlos Pinto Santos



A resistência do governo de Pretória não está à beira do colapso, longe disso, mas o seu espaço de manobra foi visivelmente reduzido.

Vários factores concorrem para que assim seja.

O primeiro — e o mais determinante — é a profunda alteração da correlação de forças na África

Austral. A recente vitória dos patriotas do Zimbabwe e consequente nascimento de mais um Estado independente e progressista — que por sua vez recebeu um contributo decisivo com as independências de Moçambique e Angola, os acontecimentos mais relevantes da última década no continente — fez que o cerco ao regime do *apartheid* se apertasse mais ainda, levando às fron-

teiras da RAS extensos territórios libertos do racismo e de povos militantes e solidários com a luta da maioria subjugada do sul.

A Linha da Frente, aliança que forneceu um extraordinário apoio no derrube do regime colonialista de Salisbúria, longe de se dissolver, cimentou-se. Progride na integração político-económica (ver neste número «Uma nova comunidade eco-

nómica») e está reforçada agora com o Zimbabwe independente.

Com a vitória da Frente Patriótica e de Robert Mugabe, a prioridade estratégica da luta de libertação volta-se para a Namíbia, colocando o imperialismo sul-africano numa posição cada vez menos sustentável no panorama internacional, mesmo junto de países que têm para Pretória atitudes condescendentes. O governo de Pieter Botha, acossado pelas sucessivas condenações nas Nações Unidas, vê-se já obrigado a aceitar a ideia, ainda que por agentes interpostos e em termos falaciosos, de negociações com uma SWAPO que avança na luta armada e alcançou junto de dezenas de governos e nas instâncias internacionais, o estatuto de único e exclusivo representante do povo namibiano.

Valendo-se do seu elevado poder militar, Pretória tenta exportar o conflito interno com que se debate, atacando alegadas bases de guerrilheiros da SWAPO na Zâmbia e no sul de Angola. Depara, porém, com um crescente poder de resposta, vê as baixas do seu exército aumentarem e as ofensivas que desencadeia por vezes repelidas. O acontecimento recente mais ilustrativo dos reveses militares sul-africanos será talvez o derube de três caça-bombardeiros *Mirage* que o Ministério da Defesa angolano anunciou terem sido abatidos em 7 de Junho pelas forças anti-aéreas da RPA,

quando da última agressão a um campo de refugiados namibianos situado a 16 km de Lubango.

Novas tentativas de embargo

Para só referir duas condenações internacionais ao regime racista acontecidas nas últimas semanas, cabe assinalar a resolução de 14 de Junho do Conselho de Segurança da ONU, que, em rara unanimidade, condenou o governo de Pieter Botha pela «massiva repressão contra todos os oponentes do *apartheid*» e apelou para a libertação de Nelson Mandela. Por sua vez, o Comité Político da Conferência Ministerial da OUA, reunido em Freetown, capital da Serra Leoa, aprovou mais recentemente uma moção que reforça o embargo dos fornecimentos do petróleo pela OPEP ao decidir constituir um organismo de vigilância dos movimentos dos petroleiros para a África do Sul, lançando simultaneamente uma nova iniciativa diplomática para obter o apoio dos países ocidentais ao embargo. Apesar da eficácia duvidosa destas tentativas (o embargo de armamento decretado pela ONU continua a ser sistematicamente violado pelos países capitalistas ocidentais e os EUA asseguram o fornecimento de petróleo à RAS que era efectuado pelo Irão, seu principal abastecedor) a questão será levada ao Conselho de Segurança da ONU

a quem se solicitará que adopte um efectivo embargo, o que não deixa de ser positivo.

As frentes do interior

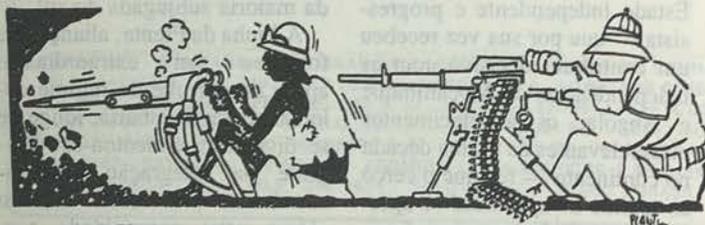
Contudo, é no interior das fronteiras da RAS que os acontecimentos políticos tomam maior acuidade. Sucedendo-se a um ritmo vertiginoso alcançam níveis de luta nunca antes conseguidos.

Quatro aspectos caracterizam esse contexto actual em que vive toda a população da África do Sul: o esboço de «liberalização» desenhado pelo próprio regime, a crise estudantil dos jovens mestiços, indianos e negros, as greves dos trabalhadores e o incremento da luta armada promovida pelo ANC.

Coincidindo com a publicação de parte dos testemunhos recolhidos pela comissão de inquérito presidida pelo juiz Rudolph Erasmus sobre os escândalos dos fundos secretos destinados a melhorar a imagem do *apartheid* na opinião pública ocidental e que levaram em 1979 à demissão do antigo primeiro-ministro John Vorster, são reveladas no parlamento as conclusões do relatório da «Comissão Schlegel».

Escolhendo «Mudar ou Morrer» como lema de choque, Pieter Botha liderara nos últimos meses o confronto entre as duas alas do Partido Nacional. A sua facção a *Verligte* (a menos reaccionária) tenta impor à ala *Verkrampste*, de ultra-direita chefiada por Andries Treurnicht apoiada pelos pequenos partidos oriundos de divergências internas do partido governamental, alterações doutrinárias à política do *apartheid* e algumas mudanças na legislação laboral e social.

A «Comissão Schlegel», que tem o nome do ministro do Interior de Botha, fora encarregue de



Desenho de Plantu

sondar a opinião pública do país e de apresentar ao parlamento propostas de alteração à constituição. Estas sugestões, destinadas a forçar a aparência de «abertura» junto da opinião internacional e das comunidades maioritárias na RAS, procurariam incutir a ideia de que o regime estaria disposto a enterrar gradualmente o *apartheid* e a obter o apoio de mestiços e indianos e extractos da pequena burguesia negra.

No essencial, a «Comissão Schlebush» propõe a criação de um Conselho Presidencial Consultivo Multiracial nomeado pelo governo, unicamente com poderes consultivos e formado por sessenta membros das comunidades branca, mestiça, indiana e chinesa. Os 22 milhões de negros estão excluídos deste órgão, sendo os seus representantes relegados para um outro, também de sessenta membros, que o Conselho Presidencial poderia consultar se necessário.

Estas propostas não obtiveram qualquer aceitação na opinião pública negra e não foram inclusive aceites pelos dirigentes fantoches dos bantustões. Nthato Motlana, principal porta-voz da oposição negra de Soweto sintetizou a rejeição generalizada ao afirmar que a «Comissão Schlebush» tinha sido «uma perda de tempo» porque recusou debruçar-se sobre «o problema maior do país, que é o lugar do homem negro». «Peço aos mestiços e indianos para recusarem a aliança com os opressores brancos contra o homem negro», afirmou Motlana que se declarou todavia convicto que a maior parte daqueles recusariam tais propostas exceptuando «alguns muzorewas aliciados pelos salários chorudos oferecidos».

Recusadas por todas as forças políticas das etnias oprimidas, consideradas retrógradas pelos



Telefone UPI/ANOP/DL

sectores progressistas brancos e apelidadas de «capitulacionistas» pelos racistas ultras, as conclusões da «Comissão Schlebush» têm reduzidas possibilidades de se institucionalizarem, numa altura em que a crise social não dá mostras de atenuação. Aliás, as intenções «reformistas» de Pieter Botha resvalam frequentemente em afirmações de clássico estilo *boer* dos seus próprios colaboradores como as de Hennie Smith, ministro dos Correios e dado como confidente do primeiro-ministro que declarou no parlamento não terem os negros as faculdades intelectuais necessárias para assumirem responsabilidades governamentais...

Defesas do racismo deste tipo não ficam nada a dever a outras da ala ultra do Partido Nacional nem às de John Vorster quando considera que «o desenvolvimento separado das raças é a salvação da África do Sul e todos os que pretendem dizer o contrário não são amigos do homem branco nem do *afrikander* e de que a RAS «não se tornará numa segunda Rodésia», esquecendo-se, provavelmente, que ainda há alguns anos Ian Smith afirmava, categórico, ir existir um milénio o regime minoritário rodesiano.

Mais consentâneas com a realidade vivida hoje na RAS são as

declarações do bispo negro Desmond Tutu, secretário-geral do Conselho das Igrejas, ao prever um primeiro-ministro negro, dentro de cinco a dez anos, que, ainda segundo o bispo, será eventualmente Nelson Mandela.

A crise estudantil

O boicote às aulas iniciado em 14 de Abril pelos estudantes mestiços na Cidade do Cabo tinha propósitos definidos e estava programado para durar apenas uma semana. Os alunos protestavam contra a «educação racista e inferior reservada aos que não são brancos na África do Sul» e intimavam o governo a igualizar as verbas que depende com as várias comunicadas do país. No ano passado Pretória gastou 551 rands com a educação de uma criança branca, 236 com uma indiana, 185 com uma mestiça e 54 com uma negra.

Despoletado o estado de revolta latente nos jovens, o boicote alastrou rapidamente e prolongou-se por um mês até ser dado oficialmente terminado a 19 de Maio. Seguiu-se uma pausa de três dias e reiniciou-se mais forte do que nunca.

A ele aderiram os estudantes indianos e depois os negros. Juntaram-se em seguida os estudantes universitários, os professores e dezenas de escolas e universidades foram encerradas. A greve atinge primeiro as cidades do Cabo, Durban, Pretória, Port Elizabeth, Kimberley. Depois é a vez de Soweto, Fort-Beaufort, Joanesburgo, envolvendo centenas de milhar de estudantes na luta.

O governo racista, após uma fase inicial de expectativa, em que joga no «arrefecimento» das greves, intervém com uma brutalidade crescente, lança o exército na repressão das manifesta-

ções pacíficas, prende centenas de estudantes, cria tribunais especiais para julgar por vezes crianças de 13 e 14 anos de idade e ameaça sem subterfúgios com a intensificação da brutalidade. O balanço exacto das vítimas da sanha racista é de difícil cálculo, mas sabe-se que há centenas de mortos e feridos. Porém, o enorme aparelho policial mostra-se impotente para deter a contestação.

Um dos aspectos mais importantes de que se revestem as greves está na união das três etnias, facto que as diferenciam radicalmente do levantamento de Soweto em 1976. E, agora, estão igualmente solidários com os jovens, os pais, o que prova um desenvolvimento da consciência política das gerações mais velhas. Muitos membros da igreja apoiam publicamente os estudantes e alguns acompanham-nos nas celas do «apartheid», como o bispo anglicano de Joanesburgo. Timothy Bavin e o bispo Desmond Tutu, presos durante uma manifestação de protesto contra a detenção do pastor John Thorne.

O carácter das reivindicações evoluem depressa para questões marcadamente políticas de contestação global do regime do *apartheid*. Cantam-se canções nacionalistas, é distribuída propaganda do ANC, difundidas mensagens de dirigentes revolucionários, o Zimbabwe independente é festejado e prometido o apoio aos combatentes da SWAPO.

As greves dos trabalhadores

A par da contestação estudantil, desenrola-se em várias cidades sul-africanas e nas zonas mineiras um movimento grevista de trabalhadores negros e mestiços. Ao fim de algumas semanas toma proporções nunca vistas desde 1973.

Atinge a indústria têxtil e a construção civil de Burban e da Cidade do Cabo, as minas de ouro de Stilfontein, as fábricas da Volkswagen e da Goodyear em Uitenhage e Port-Elizabeth e a sociedade sueca S.K.F. Por solidariedade paralisam os trabalhadores das fábricas Ford e General Motors.

É igualmente afectada a indústria das carnes na Cidade do Cabo e Joanesburgo e dá-se o boicote aos transportes em algumas cidades após um aumento de tarifas.

As administrações, regra geral, recusam a negociação com os trabalhadores e a resposta vem em forma de milhares de despedimentos, cargas policiais com blindados, prisão de dirigentes sindicais e *lock-out*.

Os centros industriais são declarados «zonas de distúrbio», inacessíveis aos jornalistas, acusados pelo ministro da Polícia de incitarem com a sua presença as alterações à ordem.

O movimento grevista, que mobiliza largas dezenas de milhares de trabalhadores coordenados e orientados por sindicatos semi-legais, foi já dado por terminado — tal como acontece com os estudantes — em duas ou três ocasiões. Mas as previsões também aqui têm falhado.

A luta armada

Sugida de uma letargia em que esteve mergulhada muitos anos, a luta armada promovida pelo braço armado do ANC, o *Umkhonto we Sizwe*, efectuou desde o início do corrente ano algumas acções coroadas de sucesso.

Em Janeiro, guerrilheiros nacionalistas atacaram a rajadas de metralhadoreas esquadras da polícia em Soekmekkar, no norte do país, e no mesmo mês um banco nos arredores de Pretória foi assaltado com êxito. Em Abril



Oliver Tambo.

foram utilizados pela primeira vez lança-roquetes e granadas num ataque a uma outra esquadra de Joanesburgo, o que denota uma capacidade crescente do ANC no campo militar.

Todavia, a acção mais espectacular foi a sabotagem, a 2 de Junho, de três refinarias de Sasolburg e Secunda, cidades consideradas estratégicas precisamente por aí se encontrarem sistemas de refinamento de carvão em petróleo altamente complexos que têm uma importância vital para a economia sul-africana e por isso fortemente guardados por unidades do exército regular de Pretória. As sabotagens, reconhecidas pelas próprias responsáveis da segurança do governo sul-africano como tendo obtido um êxito total e que causou oito milhões de dólares de prejuízo, foi a acção armada mais importante dos últimos vinte anos realizada pelo ANC.

Referindo-se a esta operação militar, Oliver Tambo, presidente interino do ANC, assegurou ser o prenúncio de mais ataques deste tipo, ao mesmo tempo que era revelada uma mensagem de Nelson Mandela apoiando a revolta armada contra o regime de minoria branca.

São de facto difíceis os tempos que o regime de Pretória vive actualmente.

Uma nova libertação ?

Ainda não está claro o caminho que deverá seguir o regime controlado por um grupo de sub-oficiais que no dia 12 de Abril derrubou, em Monróvia, o ex-Presidente William Tolbert. Já se fala de uma «segunda libertação da Libéria».

Na cúpula do poder está o Conselho Popular de Redenção (CPR), formado pelos 17 oficiais que executaram o golpe e mataram o presidente e várias personalidades do regime anterior. O sargento Samuel Doe, de 28 anos, é aparentemente o líder do movimento e o novo presidente. O seu gabinete é integrado por 17 ministros, todos eles membros dos partidos da oposição ao antigo regime: o Partido Popular Progressista (PPP), o Movimento pela Justiça na África (MOJA) e oficiais e ex-ministros técnicos de Tolbert.

À primeira vista, o movimento parece ser uma aliança entre todos os sectores contrários ao domínio da pequena burguesia negra. O facto de no dia seguinte ao pronunciamento dos jovens sub-oficiais terem sido soltos do cárcere os dirigentes de uma oposição que havia lutado vigorosamente contra a corrupção e os privilégios do sistema, fortalece essa suposição. E a defesa pelo governo do lema «em nome do povo, a luta continua», que é a palavra de ordem do PPP, cujo líder Gilbert B. Mathews é o novo Ministro dos Negócios Estrangeiros, sugere que esse partido tem um papel relevante na actual condução do país.

Mas a luta contra a corrupção e os privilégios, que certamente representam as duas tarefas mais importantes para superar um passado de injúrias para o povo liberiano, são indicações insuficientes para se prever o futuro político do país. Por outro lado, os membros do CPR e do governo representam uma frente heterogénea, o que torna ainda mais difícil a definição dos novos rumos do país.



Samuel Doe, um jovem militar, toma o poder

Fundada em 1822 por negros escravos que deixaram os Estados Unidos depois da guerra civil, a Libéria, em 1947, converteu-se na primeira república africana. Os ex-escravos copiaram as instituições norte-americanas, baptizaram a sua capital com o nome de um presidente dos Estados Unidos (Monroe), dedicaram-se à difusão dos cultos cristãos e maçónicos e subordinaram a economia aos EUA. Além disso, utilizaram como mão-de-obra os africanos originários da região, explorando-os desumanamente e mantendo-os em condições miseráveis.

Tolbert representava a grande dominação dos ex-escravos, através do «Verdadeiro Partido Whig» (*Whig* é uma expressão que em inglês significa «confiamos em Deus»), que mantém o poder desde 1869. O país desenvolveu-se sob o impulso de um rudimentar capitalismo subordinado aos Estados Unidos e sob uma oligarquia sufocante. As grandes maiorias foram mantidas na pobreza e sem acesso à cultura. Assim, durante o governo de Tolbert todo o poder se achava nas mãos dos colonos: 5% da população, que representam 300 poderosas famílias. A mudança significa, aparentemente, a perda do poder político pela burguesia negra. No entanto, a criação de um autêntico modelo africano, que entregue o poder às maiorias e liberte o país do domínio externo, são tarefas que o novo governo não incluiu até agora no seu programa. □

O futuro de Indira Gandhi

Num panorama complexo, a filha de Nehru emerge como uma grande força aglutinadora. No entanto, pode submergir à pressão dos problemas nacionais se não estruturar um grande partido de massas

M. Venugopala Rao (*)



Indira Gandhi: quais são as perspectivas do seu segundo governo?

(*) Destacado jornalista da Índia que se incorpora à equipa permanente de colaboradores de *Cadernos*.

«**P**erdemos toda a credibilidade. Mas Indira Gandhi tinha-a perdido de forma mais grave em 1977, e ainda assim voltou ao poder em Janeiro de 1980 à frente de uma confortável maioria. Não vejo, portanto, nenhuma razão para que o Partido Janata não possa recuperar-se também.»

Essa afirmação é de Chandra Shekhar, dirigente do que hoje é apenas uma pálida sombra do partido que, em Março de 1977, impôs uma severa derrota a Indira. Ele dizia isso pouco depois de a frágil coligação de cinco partidos de centro-direita, que incluía ambíguos elementos de esquerda, se ter fragmentado em cinco partes. Pressões, ambições de liderança de antigos detentores e traficantes do poder determinaram tal ruptura, para a qual também contribuiu a determinação da chauvinista força hindu, o Jana Sangh, de retomar a sua identidade a partir da esmagadora derrota.

Chandra Shekhar, que se proclama, simultaneamente, um socialista e um anticomunista, encontra-se hoje no centro do nada. Ele já foi um cruzado da luta contra a corrupção no mundo dos grandes negócios — se bem que os rumores digam que ele apenas se engajou na luta de uma

grande empresa contra outra — e o seu partido já deve ter descoberto que Indira Gandhi dispõe de forças de sobra para derrotá-lo, tal como o fez com a antiga organização Congresso Nacional da Índia, entre 1969 e 1971.

Naquela ocasião ela utilizou os «jovens turcos», conduzidos por Chandra Shekhar, para afastar os velhos congressistas. Depois desfez-se dos jovens, nacionalizou catorze grandes bancos comerciais, acabou com os «tesouros particulares» da antiga nobreza e venceu a eleição parlamentar de 1971 com um sólido apoio popular. E agora nacionalizou mais seis bancos privados e estabeleceu o controlo governamental sobre 91 por cento do sistema bancário. Os nove por cento fora do sector nacionalizado dividem-se entre doze bancos estrangeiros e alguns nacionais, cada grupo com 4,5%.

Mas ainda é cedo para julgar os primeiros meses deste segundo governo de Indira Gandhi. Gra-

ves problemas surgidos no maior Estado do Nordeste indiano — Assam —, onde não foi possível realizar as eleições em Janeiro e ainda o não é, reflectem as contradições que estão imobilizando o seu governo. Na essência, elas são a continuação dos factores que levaram Indira a decretar o estado de emergência em Julho de 1975 e contribuíram para a degradação da sua administração, com a corrupção, actuações fora dos limites da estrutura democrática e com evidente autoritarismo.

Dirigentes da esquerda acusam as brigadas de jovens seguidores de Indira de aumentarem os problemas, aceitando a reivindicação dos *assamêses* — a expulsão dos «estrangeiros», os *não-assamêses*, do Estado de Assam — mas agindo inversamente em Bengala Ocidental. Eles vêem nisso o propósito de derrubar o governo comunista deste Estado e de assegurar por meios ilícitos a maioria para os partidários de

Indira, que não tiveram lugar nas eleições de Maio. Assim, dessa forma, pretendem ganhar força no Parlamento, particularmente no Senado, onde ela necessita de obter a maioria para acabar com o sistema parlamentarista e emendar a Constituição para instituir o presidencialismo.

É o mesmo caso que se denunciou quando foi decretado o estado de emergência em 1975, prolongado até 1977. Indira Gandhi negou veementemente tais intenções nas duas ocasiões. Mas o arquivar dos processos instituídos contra alguns dos seus parentes no governo anterior, a anulação do julgamento contra o seu próprio filho, Sanjai Gandhi, assim como a manipulação de muitos militares na capital e nos Estados, são citados como indícios das intenções de limitar a democracia.

Responsabilidade de todos

Se realmente isso acontece, o problema não é apenas de Indira



Um país de tradições milenares que necessita de novas lideranças

Gandhi, mas de uma responsabilidade de todas as forças políticas

Os preços não estão a baixar, os monopólios nacionais e estrangeiros continuam a fortalecer-se, o sector público está enfraquecido, já que o sector privado goza de apoio e tratamento igual, os trabalhadores continuam a sofrer abusos patronais. No entanto foram anunciadas intenções de regularizar o abastecimento e os preços dos bens essenciais, fala-se em controlar os monopólios e o comércio, em conter as multinacionais e ainda em estimular a pequena indústria e usar recursos dos bancos nacionalizados para gerar novos empregos nas cidades e em todo o país.

Na política externa, Indira Gandhi tem seguido a linha anti-imperialista e não-alinhada da tradição herdada de seu pai, Jawaharlal Nehru. Daí as suas posições no caso do Afeganistão, evitando hostilizar o governo aí instalado, o apoio às lutas de libertação na África e a maneira como conduz as relações com as potências ocidentais.

Mas uma oposição comprometida ideologicamente e de origem radical pode ser, talvez, o único factor a assegurar a estabilidade e o aprofundamento do sistema democrático, além de uma evolução socialmente progressista. Se tal oposição vai surgir, depende do desempenho que os partidos democratas e de esquerda vão ter a partir das eleições.

Novos partidos

Os novos partidos são numerosos na Índia de hoje. O próprio comissário-chefe das eleições confessa não conhecer quem é quem. O *Rump Janata*, de Chandra Shekhar, aposta na repetição do milagre de 1977, com

a derrota do partido de Indira. Ele esquece que foi um dos responsáveis pela pulverização das oposições, cuja unidade foi a chave para a vitória do partido Janata nas eleições de 1977.

Chandra Shekhar não é o único nem o mais representativo dos políticos que têm perdido credibilidade. Uma figura que perdeu muito desde 1977 até hoje é Dewaraj Urs, que ajudou Indira Gandhi na campanha nos Estados do Sul em 1977 e que agora, tendo-se tornado seu adversário, acabou por perder importantes apoios, que foram engrossar as fileiras de Indira. Dewaraj Urs viu reduzir-se a sua projecção nacional quando fracassou na organização do seu partido próprio, o Congresso Nacional Indiano.

A perda de credibilidade alcançou também homens como Yashwantrao Balwantrao Chavan. Antigo dirigente político de nível nacional, Chavan foi reduzido a menos de uma projecção regional, com a ruptura das alianças que o mantiveram na cúpula do seu Estado por mais de vinte anos.

Uma terceira figura conhecida a cair em desgraça é o velho Jagjivan Ram. Ele conquistou importância como líder dos *haryans* (sectores intocáveis das camadas oprimidas, por cuja defesa muito fez Mahatma Gandhi). Ram conseguiu muito poder, mas tem-no vindo a perder devido à falta de senso político e de definições económicas, carência comum entre os militantes congressistas da sua geração.

As tentativas dessas três figuras para criarem uma forte oposição a Indira Gandhi não têm tido sucesso. Na verdade, eles não se recuperaram ainda do golpe que foi a desintegração do partido Janata, com o qual todos se relacionaram, de forma aberta ou camuflada.

Uma das poucas organizações bem estruturadas — além dos Partidos Comunistas — é o *Bharatiya Janata Party*, que combina os nomes de *Jana Sangh* e *Janata*. Mas o seu reduto político restringe-se a alguns Estados do Norte, e a sua campanha não é tanto contra Indira Gandhi, mas contra os que a acusam de autoritarismo.

Um facto de importância é a actual decisão dos dois partidos comunistas — o PC Indiano e o PCI-M (marxista) — de actuarem junto nessas eleições e cooperarem com Jagjivan Ram.

Figura central

A verdade é que a figura central e positiva nesse complexo panorama da Índia continua a ser Indira Gandhi. A sua astúcia política, flexibilidade, bem como a sua imagem perante o povo foram realçadas na grande vitória eleitoral de Janeiro deste ano. É necessário destacar que não se tratou simplesmente de um triunfo contra a acção negativa do Janata, partido que estava no poder, mas de um renovado reconhecimento das massas populares à política desenvolvida por Indira a favor dos pobres e desfavorecidos e da classe média empobrecida. Essa constatação é mais evidente pelo facto de o partido Janata ter traído os seus postulados de reformas, ter-se rendido totalmente ao capital monopolista, não ter controlado os preços e estimulado a oligarquia a uma verdadeira guerra contra as populações do campo.

Mas isso não impediu que nesses últimos meses o governo de Indira ficasse imobilizado pelas tensões geradas pela difícil conjuntura. E a situação pode fazer submergir o seu governo se ela não for capaz de criar um grande partido de massas. □.

ASIN: um "pool" latino-americano

A incorporação de três novos países-membros e um consenso sobre os pontos fundamentais foram os resultados mais importantes da conferência promovida pela Acção de Sistemas Informativos Nacionais (ASIN), realizada na cidade do México.

Treze nações da América Latina participaram no encontro, que discutiu o problema da comunicação no nosso continente, adoptando, no seu encerramento, a «Declaração do México», que recomenda a democratização da informação por todos os governos. «A experiência da ASIN, após um ano da sua criação, demonstra que, com honestidade, imaginação e rigoso sentido ético, se pode ampliar o âmbito da comunicação nos nossos povos, assegurando a igualdade de oportunidades, dando impulso a novas formas de participação real no processo de comunicação e propiciando o exercício do direito social à informação como princípio do dever de informar» — afirmaram os 13 países na declaração final.

Os membros da ASIN são: Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guiana, Jamaica, México, Nicarágua — (a delegação deste país foi recebida com aclamação), Panamá, Peru, República Dominicana, Suriname e Venezuela. Dentre eles, México, Guiana e Nicarágua tornaram-se membros plenos.

A presidência do encontro foi dada ao México e as vice-presidências à Venezuela e Guiana. A próxima reunião deverá ser realizada em Caracas, aproximadamente dentro de um ano. A presidência e as vice-presidências formam o Comité Permanente da ASIN. A secretaria de operações coube à Agência Interpress Service (IPS) e foram criadas duas comissões: uma formada pelo México, Equador, Bolívia, Costa Rica, República Dominicana, Panamá e Suriname, para elaborar um projecto que estude a implantação e a regulamentação a nível mundial do Direito Internacional à Informação; e a outra, integrada pelo México, Venezuela, Peru, Guiana, Colômbia, Nicarágua e Jamaica apresentará na próxima reunião um projecto sobre a possibilidade de se ampliar o raio de acção da ASIN, enriquecendo-a com acordos intertelevisão, inter-rádio, intereditorial e outros. Foi solicitada à secretaria de operações a elaboração de um trabalho de análise sobre o conteúdo das informações que circulam neste sistema, com a periodicidade mínima de cinco vezes por ano. A secretaria também foi encarregada de um estudo sobre a possibilidade de se dobrar o fluxo de informação do sistema ASIN, através de material para uso exclusivo dos governos e para os meios de comunicação. Também coube a esta secretaria a tarefa de fazer um



boletim quinzenal para os países-membros, e preparar cursos de aperfeiçoamento técnico para os jornalistas da ASIN.

A reunião do México, pelo nível das discussões e pelo êxito de ter integrado três novos membros, foi um marco na história da ASIN. Este organismo, composto por sistemas de informação governamentais latino-americanos, está procurando identidade própria e objectivos mais precisos para conquistar um espaço privilegiado nas comunicações do continente. A partir da última reunião esta meta ficou mais próxima da realidade.

Entre os convidados especiais que assistiram ao encontro, destaca-se o Director do Ilet (Instituto Latino-Americano de Estudos Internacionais), Juan Somavia, cujos trabalhos foram considerados documentos oficiais da reunião, juntamente com os apresentados pela pesquisadora Raquel Salinas e pelo Coordenador-Geral de Comunicação da Presidência do México, Luís Solana. □

Uma voz
da Revolução Moçambicana

N.º 499 — 4 DE MAIO DE 1980 — 15\$00
MAPUTO — REPÚBLICA POPULAR DE MOÇAMBIQUE

Tempo



1º DE MAIO
DIA MUNDIAL DO TRABALHADOR

Revista semanal ilustrada.

Redacção: Av. Ahmed Sekou Touré, 1078-A

Caixa Postal 2917 — Maputo — República Popular de Moçambique

Em litígio as águas territoriais

O Presidente Luiz Cabral da Guiné-Bissau afirmou no discurso de abertura da Assembleia Nacional Popular que está seguro de que com paciência e sentimento dos direitos legítimos de cada um, se conseguirá resolver definitivamente os litígios que opõem aquele país da costa ocidental da África aos seus vizinhos.

A Guiné-Bissau encontra-se envolvida numa disputa de demarcação das águas territoriais com o Senegal e a Guiné-Conacry. Apesar dos dois presidentes dos dois países, respectivamente Leopold Senghor e Sekou Touré, terem recentemente efectuado visitas oficiais à Guiné-Bissau, o problema da delimitação de águas territoriais entre os três países continua a subsistir.

Com o Senegal, a questão arrasta-se há vários anos sem até ao presente se ter chegado a qualquer solução, não tendo, aparentemente, o problema evoluído durante a estadia do presidente Senghor em Bissau, apesar do Chefe de Estado senegalês ter sido aí alvo de uma recepção franca e fraterna.

Aliás, o Governo senegalês já anunciou oficialmente a sua intenção de levar o caso perante o Tribunal Internacional de Haia, enquanto que a Guiné-Bissau insiste na resolução do diferendo junto das instâncias africanas.

Por outro lado, o Senegal tornou já pública a sua intenção de dar início à exploração do petróleo existente na plataforma continental situada junto da província senegalesa de Casamance. Ora é precisamente uma parte desta zona que a República da Guiné-Bissau contesta; Senghor, por seu lado, afirma que pretende colaborar com o Governo de Bissau na exploração petrolífera do **Off-shore**.

O único argumento senegalês em defesa dos seus pretensos direitos parece ser um tratado que teria sido assinado muito tempo antes da independência do Senegal e da Guiné-Bissau, entre Franco Nogueira, na altura ministro dos Negócios Estrangeiros do governo colonial-fascista de Salazar, e o governo francês. Segundo o referido tratado, o caduco regime salazarista, a troco de «algumas facilidades» teria posto à disposição da França grande parte das águas territoriais da fronteira norte daquela sua antiga colónia.

Porém, tal acordo nunca seria ratificado nem

sequer tornado público, o que leva a que, do ponto de vista jurídico, não lhe seja reconhecida existência, o que é aceite pelo actual regime português saído do 25 de Abril.

Com a Guiné-Conacry, o problema é quase idêntico: as autoridades deste país alegam a existência de um acordo entre os governos português e francês durante o colonialismo, mas, no entanto, tal acordo nunca seria igualmente tornado público.

Recentemente, porém, o Presidente Sekou Touré, durante a sua visita a Bissau, afirmou que o seu país nunca reivindicou qualquer parcela de território da Guiné-Bissau. Tudo indica, pois, que neste caso o problema será resolvido a nível africano e que não irá acontecer com o Senegal, já que este país por diversas vezes se tem posto à margem das resoluções da OUA receando o prestígio que a República da Guiné-Bissau detém junto das instâncias africanas.



Manda-nos o respeito pelas fontes de informação fazer a seguinte rectificação: no artigo do jornalista João Quintino sob o título «Informação, a boca e o ouvido do povo», inserido no «dossier» sob a Guiné-Bissau publicado no n.º22 dos Cadernos, as ideias desenvolvidas no subtítulo «o povo é o sujeito das notícias» e «Radiodifusão Nacional» são extraídas de uma palestra proferida pelo Comissário de Estado da Informação e Cultura da Guiné-Bissau, Mário de Andrade, na sessão de abertura do II Seminário da Informação, realizado em 28 de Março de 1979 na capital guineense.

ZIMBABWE

Reforma agrária avança

O Governo do Zimbabwe vai distribuir as terras em benefício dos trabalhadores africanos, declarou numa intervenção transmitida pela televisão o ministro das Terras e do Desenvolvimento Rural, Sereramayi.

O ministro sublinhou que a desigualdade entre negros e brancos neste campo era inadmissível. A solução deste problema – afirmou o ministro perante os telespectadores zimbabwanos – tem directamente a ver com o problema de instalação de numerosos refugiados que regressaram e dos deportados e habitantes das «vilas fortificadas».

O ministro acusou a indiferença das autoridades coloniais do passado como responsável pela situação desastrosa dos africanos nas regiões rurais do país, apontando a criação de explorações colectivas como a melhor solução para o problema.



ARGÉLIA

Novo plano quinquenal

O Congresso extraordinário da FLN, reunido recentemente em Argel, aprovou o novo plano quinquenal 1980-1984.

O plano prevê uma autorização de despesa da ordem dos 400 mil milhões de dinares, dos quais cerca de metade se encontram já afectos a obras entretanto em curso.

A indústria tem uma vez mais papel predominante estando a ela destinados cerca de 154,5 milhões de dinares, ou seja 38,6 por cento das autorizações de despesa. Ainda no que respeita ao sector industrial, aos hidrocarburantes, sector de ponta do desenvolvimento argelino, são adstritos 66 mil milhões de dinares, ou seja 40 por cento dos investimentos industriais e 15,7 por cento da despesa total.

O plano quinquenal, agora aprovado, elaborado sob a direcção do ministro do Plano, foi precedido por um amplo debate durante todo o primeiro semestre do corrente ano.

Prioridade foi dada igualmente às despesas

com carácter iminente social – recorde-se que o debate que precedeu a aprovação do plano decorreu sob a palavra de ordem «responder às aspirações sociais fundamentais» – recebendo o sector 128 mil milhões de dinares, o que corresponde a 32 por cento do total, dos quais 60 mil milhões para a habitação (15%), 10,5 por cento para a educação e formação e 6,4 por cento para infraestruturas sociais e equipamentos colectivos (25,9 mil milhões de dinares).

Ao sector agrícola e de hidráulica foram concedidos no seu conjunto 11,7 por cento dos créditos, o que corresponde a 41,7 mil milhões de dinares.

O plano para 1980-84 prevê a criação de 900 mil postos de trabalho, ou seja o mesmo número dos empregos criados na década de 68-78, e o financiamento de todos os investimentos dependerá na sua maioria das receitas provenientes da exportação de hidrocarburantes. O recurso ao financiamento externo será limitado a um **plafond** de apenas 50 mil milhões de dinares.

MARROCOS

Hassan II pretende comprar armas ao Brasil



Em visita ao Brasil, o primeiro-ministro do Marrocos, Maati Bouabid, afirmou que a posição brasileira favorável à autodeterminação do Sara Ocidental e a manutenção de conversações informais com a Frente Polisario revelam, talvez, uma desinformação da guerra que ali se processa. Ele considera o Marrocos agredido pela Frente Polisario, pela Líbia e pela Argélia. Portanto, deseja adquirir material bélico no Brasil.

O Governo brasileiro não respondeu a nenhuma das duas intenções do Marrocos: apoiar a sua guerra colonialista e supri-lo de armas. No primeiro caso, o Brasil mantém relações cordiais com a Argélia e a Líbia e dificilmente compraria uma briga impopular com países do continente africano, onde tem hoje muitos interesses económicos. No segundo caso, entretanto, nada se pode afirmar a respeito, uma vez que negociações deste tipo muitas vezes se fazem sigilosamente, envolvendo interesses económicos que estão acima dos princípios de autodeterminação defendidos publicamente.

Evidentemente, as autoridades brasileiras não são desinformadas. E nem precisariam ter informações ou explicações do lado marroquino para saberem dos interesses colonialistas do Rei Hassan II nas riquezas do Saara: enormes jazidas de fosfatos e a possibilidade de existência de petróleo, gás natural e urânio. No entanto, a resistência das forças da Frente Polisario superou todas as expectativas. O desgaste de uma guerra impopular e sem perspectivas de vitória já provocou a queda dos regimes mauritanos de Ould Daddah e Ould Salek. A guerra no Sara já absorve 45% do orçamento marroquino e o país enfrenta uma grave situação económica, com uma dívida externa de cinco milhões de dólares e uma inflação acelerada.

ISRAEL

Exigida a demissão de Begin



A maioria dos israelitas é favorável à demissão do Governo de Begin, segundo o demonstraram os resultados de uma sondagem recentemente efectuada no país.

A principal razão da impopularidade governamental resulta da política económica seguida pelo gabinete de Begin que, em 3 anos, levou a um aumento do custo de vida da ordem dos 440 por cento e a passagem da taxa de inflação de 20 para 120 por cento.

Só em Abril último, os alimentos encareceram 6 por cento em média, o vestuário e o calçado 31,3 por cento, a assistência médica 12,7 por cento e o preço do ensino 9 por cento.

EUA

Intensificada a venda de armamentos

Um documento publicado pela comissão do Senado norte-americano para os Negócios Estrangeiros revela que os EUA assinaram contratos de venda de armamentos no valor de 10,3 mil milhões de dólares em 1979.

Em Maio de 1977, no início do seu mandato, o presidente James Carter condenava, como imoral, o comércio de armas e afirmava: «os EUA dominam o comércio das armas e a eles compete dar o primeiro passo». Prometia então Carter, para além da defesa dos Direitos Humanos, que os EUA tudo fariam para reduzir as exportações de material de guerra.

Três anos passados a realidade é bem diferente das promessas de então. Se em relação aos direitos humanos estes três anos que passaram mostraram à evidência que a expressão não passa de mera expressão de protocolo esvaziada de sentido, os elementos agora divulgados pela referida Comissão do Senado revelam que a segunda promessa também não foi cumprida. Logo em 1977, o montante das vendas de armas aproximou-se dos dez milhões de dólares o que ultrapassou substancialmente os números correspondentes da administração de Nixon. Dois anos depois das referidas promessas já o **plafond** de 9 mil milhões de dólares de venda de armamentos que Washington diria respeitar era ultrapassado em 4 mil milhões de dólares.

Entretanto, Carter autorizava o fornecimento de um importante lote de caças «F-15» à Arábia Saudita, obtinha aprovação para fornecimentos excepcionais de armamentos à Coreia do Sul, num total de 800 milhões de dólares. Os apetites agressivos do sionismo e de Hassan II de Marrocos eram invariavelmente satisfeitos.

Entretanto, ainda, a administração Carter prometia ao mais recente adepto do «american way of rule», Sadate, 2,5 mil milhões de dólares de armas, atitude que, segundo muitos observadores, poderá corresponder aos «trinta dinheiros», actualizados, que pagam a traição.

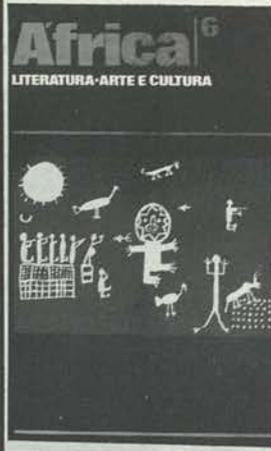
O mesmo Carter afirmaria recentemente perante as câmaras de televisão da cadeia norte-americana «CBS» que a ele se deve o «mérito» de se ter registado uma inversão na tendência de redução de gastos militares e recordou que a sua admi-



nistração conseguiu, em 1978, dos seus parceiros da NATO, a adopção de um programa a longo prazo que prevê um aumento anual de 3 por cento com as despesas militares.

Carter sublinharia ainda, que, nos últimos tempos, o acréscimo de gastos militares dos Estados Unidos foi revisto, situando-se anualmente nos 4 por cento.

À VENDA



Assinaturas (4 números)

Via superfície:

Portugal (Continente e Ilhas) • Angola • Cabo Verde • Guiné-Bissau • Moçambique • S. Tomé e Príncipe - Esc. 600\$00

Estrangeiro (excepto os países acima mencionados) - Esc. 700\$00

Via aérea

Açores e Madeira - Esc. 660\$00
• Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique - Esc. 830\$00
• Países europeus - Esc. 770\$00
• Restantes países - Esc. 900\$00.

Preço: Esc. 180\$00

Produtos nocivos exportados para o Terceiro Mundo

Produtos perigosos e nocivos à saúde estão a ser vendidos pelas companhias norte-americanas para os países do Terceiro Mundo, estando muitos deles proibidos nos Estados Unidos, alerta o jornal norte-americano «Boston Globe».

Segundo o jornal, a sociedade «Welsicol Chemical» exporta produtos sanitários interditos nos Estados Unidos.

No Egito, país que comprou à referida companhia pesticidas, morreram vários camponeses, outros sofreram sérias perturbações e milhares de cabeças de gado foram vitimadas.

O medicamento «winstrol», fabricado nos EUA, revelou-se altamente perigoso para as crianças e nocivo para os adultos; apesar disso, continua a ser exportado em larga escala como um tónico de apetite.



SRI LANKA

Contra os privilégios

Tudo está pronto no Sri Lanka para cortar os privilégios de muitos burocratas cuja preocupação principal é a de viajar pelo mundo em vez de contribuir para o desenvolvimento, declarou o ministro do Desenvolvimento e Investigação Agrícola do país, E. L. Senanayake, a um jornal de Colombo, capital do país.

O ministro afirmou que a maioria dos funcionários que têm viajado para o exterior, a fim de participar em seminários e cursos de extensão, não têm apresen-

tado sequer um informe que contribua para o desenvolvimento do país. A maior parte da assistência externa ao Sri Lanka está afectada à agricultura e o sector agrícola destina somas consideráveis a bolsas para que funcionários e tecnocratas se formem no exterior. Mas a contribuição deles para o desenvolvimento agrícola é imperceptível, afirmou o ministro, sugerindo que em breve seriam tomadas medidas contra eles.

do TIETA AGRESTE

TEXTO
INTEGRA-
LISSIMO

O NOVO
ROMANCE
de
*Jorge
Amado*

Se gostou de "Gabriela" e "Doña Flor"
vai ficar apaixonado (a)

com a **TIETA**

À venda em todas as livrarias



PUBLICAÇÕES EUROPA-AMÉRICA

Apartado 8 • 2726 Mem Martins Codex • Portugal

A exportação das "caixas pretas"

Quando países como o Brasil e a Índia ampliam a sua presença nos mercados do Terceiro Mundo, o problema do desenvolvimento de uma tecnologia própria torna-se prioritário

Marcos Dantas

O Brasil vem-se colocando, nos últimos anos, numa crescente e importante posição de exportador de tecnologia para os países do Terceiro Mundo, como ocorre com outros países emergentes, como a Índia. A Engenharia brasileira pode ser vista hoje em lugares tão distintos como o deserto da Mauritânia, ou as selvas venezuelanas, existindo por parte de diversos organismos do Governo brasileiro a preocupação de identificar a todo o instante novas oportunidades para exportação de «serviços», como projectos, *know how* e mesmo obras.

Para os países do Terceiro Mundo onde essa tecnologia brasileira vem sendo oferecida haveria vantagens em adquirilas, sobretudo devido a uma sempre sugerida aproximação económica, social e cultural do Brasil para com esses países. Afinal, o gigante sul-americano é um país tropical, periférico, que estaria, com êxito, a enfrentar os problemas comuns do subdesenvolvimento. Tratar-se-ia, fundamentalmente, de transferir para outros países subdesenvolvidos a tecnologia brasileira de

superação do subdesenvolvimento.

Para o Brasil, as vantagens são ainda maiores. Está a abrir mercados para a colocação de equipamentos fabricados no país que não encontram compradores no reduzido mercado interno, está a oferecer serviços para as suas firmas de engenharia que igualmente sofrem limites físicos para se expandirem no país e, por fim, está a estreitar laços políticos e diplomáticos com diversos governos, o que muito interessa à geopolítica atlântica de Brasília.

É inegável o facto de ter o Brasil atingido um grau de desenvolvimento tecnológico ímpar entre os países situados abaixo do Equador. Entretanto, longe de ser um país basicamente exportador de tecnologia, como o são as nações desenvolvidas, o Brasil é um país importador, apresentando um elevado défice na balança comercial do sector. Daí que a tecnologia que exporta é sobretudo referente a áreas económicas tradicionais, sendo o caso mais notório, a construção civil. Em muitas outras áreas, como a petroquímica e a electroelectrónica, o país ainda está ab-

sorvendo tecnologia estrangeira, embora esteja nos seus planos vir a reexportá-la logo que seja possível.

Tecnologia e dependência

A questão do desenvolvimento tecnológico nunca foi alvo de prioridade por parte do Governo brasileiro ou mesmo por parte da própria sociedade brasileira. Nas primeiras fases daquilo que se convencionou chamar «período desenvolvimentista», a maior preocupação nacional era o controlo das fontes de recursos naturais, o que resultou na bem sucedida campanha de criação do monopólio estatal do petróleo (1954). Posteriormente, já sob o regime militar implantado em 64, cunhou-se uma espécie de «ideologia» do controlo nacional sobre as indústrias mais importantes, fixando-se uma norma nunca formalizada em lei de se considerar «indústria nacional» toda aquela que tivesse no mínimo 51% de capital de propriedade de brasileiros.

Existe, contudo, uma generalizada convicção — da qual Samir Amim é um dos mais importantes teóricos — de serem as

relações tecnológicas entre as nações, hoje em dia, fundamentais para a definição dos padrões de dependência. Isto quer dizer que a dominação estrangeira sobre um sector industrial ou mesmo sobre toda uma estrutura económica, depende menos da presença de capital estrangeiro naquele sector ou nessa estrutura e mais do vínculo tecnológico criado entre um «exportador» de tecnologia e um «importador» de tecnologia. Uma empresa com 100% de capital nacional mas que adquira tecnologia no exterior para fazer funcionar a sua linha de produção, estaria assim tão dominada pelo capital estrangeiro — ainda que de forma mais subtil e eventualmente menos conflituosa — quanto outra com 100% de capital internacional.

Do ponto de vista conceitual, tal fenómeno explica-se pelo próprio papel da tecnologia num sistema produtivo capitalista oligopolizado. O economista brasileiro Ricardo Tolipan demonstra que, neste sistema, a tecnologia serve sobretudo para reforçar a dominação dos grandes grupos oligopólicos que reúnem massas de capital necessárias às novas pesquisas que podem programar que técnicas recém-descobertas se tornem obsoletas e até mesmo orientar a difusão de novos processos produtivos. Daí que «uma das características que guarda a tecnologia, ao ser monopolizada, é que o processo da sua difusão é simultaneamente um processo de participação na propriedade dos capitais, através da sua incorporação aos capitais que a produzem e, em muitos casos, de controlo dos primeiros pelos segundos». O exemplo da petroquímica brasileira, na qual o fornecimento de tecnologia dá às multinacionais propriedade sobre um terço do capital, e, sob este ponto de vista, cristalino.

As «caixas pretas»

Outro aspecto importante da monopolização da tecnologia refere-se às modificações nos próprios padrões de trabalho. Na verdade, o capitalismo monopolista logrou automatizar os processos produtivos, superando a mecanização. Com isso, não só reduziu drasticamente o número de operários necessários à execução de uma determinada operação como também modificou a própria qualidade da mão-de-obra, agora tecnicamente mais qualificada para funcionar como controladora da produção. Essa questão é essencial para os países do Terceiro Mundo que, como é sabido, necessitam intensificar o emprego da mão-de-obra e não poupá-la.



O que se observa no Brasil é uma virtual ausência do domínio sobre essa tecnologia automatizada. Nesses casos, a indústria brasileira geralmente compra projectos prontos e acabados — as *caixas pretas* — a firmas internacionais que cuidam da sua implantação, entregando as instalações ao empresário que as encomendou prontas para operação. Em muitos casos, pode ocorrer o *trespasse* às firmas nacionais de engenharia de serviços de *por menorização* do projecto, o que acarretará um certo nível de encomendas, no mercado interno, de componentes secundários da instalação a ser implantada.

O desenvolvimento autónomo desse tipo de tecnologia no Brasil é altamente problemático. Conforme observa o ex-ministro brasileiro Mário Henrique Simonsen, uma grande empresa multinacional pode empregar mil pesquisadores e, certamente, obterá de algum deles um novo ganho tecnológico que lhe garantirá remuneração para o investimento feito com os demais 999. Uma empresa brasileira, entretanto, no máximo, pode pensar em empregar um pesquisador, cujas «chances» de êxito são extremamente aleatórias, como é óbvio. Logo, para o empresário nacional sai muito mais barato importar uma *caixa preta* do que investir na geração de tecnologia, ainda que esteja, a partir daí, colocar-se sob o subtil domínio das grandes empresas estrangeiras.

Reexportar o modelo

A tecnologia que o Brasil vem exportando é, portanto, em grande parte, uma tecnologia mais tradicional, cujo preço, muitas vezes, já se coloca em faixas marginais de interesse do grande capital internacional. Pode-se mesmo levantar a hipótese

de estar o Brasil a servir para prolongar o ciclo de vida de determinadas tecnologias já esgotadas nos países centrais.

O Brasil muito dificilmente exporta tecnologia de ponta. Quem dispõe dela no país são as subsidiárias das multinacionais que, certamente, não irão concorrer com as suas matrizes nesse tipo de comércio.

Resta então ao Brasil exportar tecnologia menos dinâmica, ou melhor dizendo, exportar serviços que incorporem tecnologia nacional sem, contudo, exportar efectivamente a tecnologia neles embutida. Repete-se, em relação aos países menos desenvolvidos que o Brasil, o mesmo fenómeno da *caixa preta*, do qual o Brasil é vítima. Assim, a Mauritânia construiu com tecnologia brasileira uma estrada a cortar o país do norte a sul. Dificilmente, porém, terão os mauritanos aprendido a construir uma rodovia de forma a poder dispensar a contratação de outra empresa estrangeira quando um novo projecto do mesmo porte se tornar necessário naquele país.

Por outro lado, essa tecnologia embutida nos serviços que o Brasil exporta incorporou-se no próprio modelo de desenvolvimento brasileiro. Trata-se de um modelo inspirado nos países capitalistas centrais, daí ser o seu mais dramático resultado esse tipo de sociedade na qual convivem um sudeste brasileiro de padrões de rendimento, consumo e cultura bem próximos aos padrões setentrionais com um Nordeste e um Norte mergulhados na mais negra marginalização social e cultural.

Do ponto de vista tecnológico o modelo brasileiro, por ser importador, pouco avança no sentido de aproveitar os recursos mais abundantes da nação: a farta

mão-de-obra e as riquezas naturais. Na medida em que opta pelo desenvolvimento do *capital intensivo*, vê-se, naturalmente, na condição de importador de capitais, recurso este realmente escasso.

Os exemplos dessas distorções são facilmente identificáveis. A siderurgia brasileira, por exemplo, construída sobre tecnologia americana e japonesa, impõe ao país pesadas importações de carvão mineral de «alta qualidade», embora o carvão «pobre» do Rio Grande do Sul ou o inesgotável babaçu (1) do nordeste possam atender muito bem à siderurgia, desde que os processos lhes sejam convenientemente adaptados.

Quanto à pouca capacidade de absorção de mão-de-obra pelo sistema industrial brasileiro, as favelas e mocambos (2), que crescem em torno das grandes cidades do país, são um exemplo eloquente.

É necessário que, de facto, se evite tentar incorporar os «importadores de tecnologia» no mesmo modelo de desenvolvimento experimentado pelo Brasil nos últimos 25 anos. É um modelo que privilegia as aspirações de uma classe média ascendente e cosmopolita capaz de difundir no Terceiro Mundo os padrões sociais e culturais dos países desenvolvidos, sem possibilitar, porém, a penetração desses padrões junto das camadas populares e trabalhadoras. Estas são mantidas à margem do processo.

Uma tradição nacionalista

Talvez, o que mais pudesse interessar aos importadores de tecnologia brasileira seria não a compra de *caixas pretas* mas sim o conhecimento de como um segmento secundário da comunidade tecnológica nacional reage

ao processo importador e tenta maximizar o emprego de recursos disponíveis no país. É certo que, para tanto, o Brasil dispõe de algumas vantagens específicas, tais como as dimensões do seu território, a diversidade dos recursos energéticos, o potencial e tradição internacional da agricultura, etc. A população universitária, em que pesa a grave crise atravessada pelo ensino nacional em todos os níveis, atinge a cifra de 1,8 milhão de estudantes, o que não deixa, também, de representar uma força de pressão.

Esses ingredientes sustentam uma tradição nacionalista que, no campo tecnológico, se manifesta em duas frentes: buscando, quando possível, forçar as multinacionais a abrir as suas *caixas pretas*, e tentando, também quando possível, desenvolver independentemente uma nova tecnologia. No primeiro caso, cabe o exemplo da indústria de computadores onde se logrou impedir a entrada da superpoderosa IBM no mercado interno, na faixa de máquinas pequenas (as mais procuradas), possibilitando às empresas nacionais, associadas a multinacionais de menor porte, projectar e construir no Brasil minicomputadores e mesmo componentes semicondutores. No segundo caso, está em curso uma rica experiência de substituir internamente o consumo do petróleo, como combustível de motores, pelo álcool, com base numa tecnologia inteiramente desenvolvida no país há mais de 30 anos. □

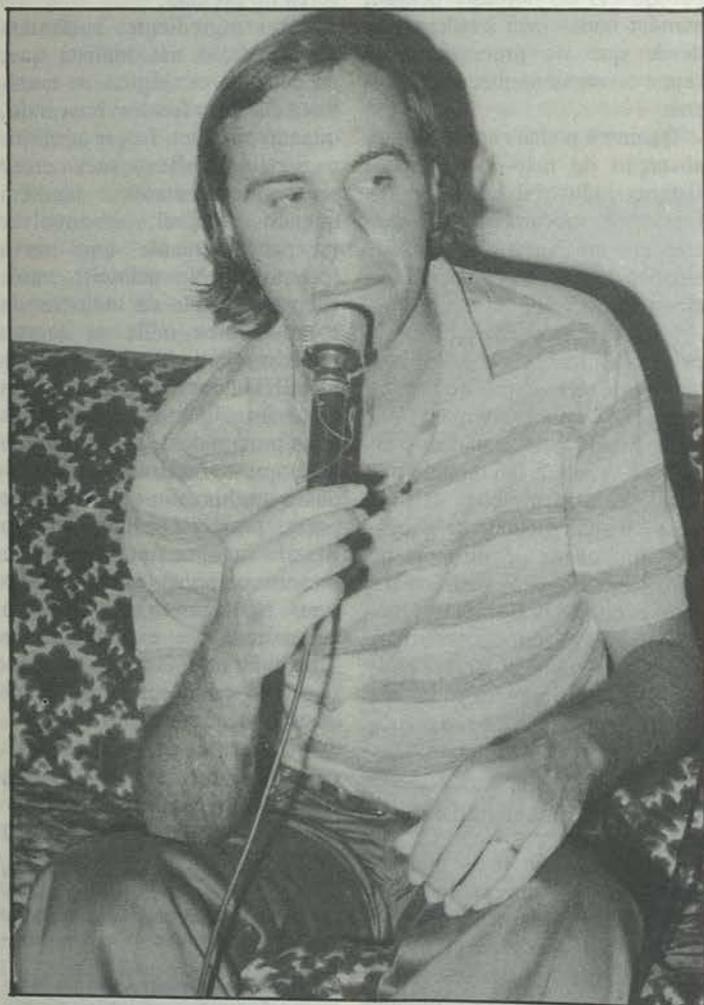
(1) o babaçu é uma espécie de coco do qual se pode fazer um excelente coque siderúrgico, superior mesmo ao coque de carvão europeu.

(2) favelas e mocambos são nomes dados a aglomerações residenciais miseráveis.

Disco alternativo

Um grupo de artistas brasileiros organiza-se numa cooperativa para enfrentar as multinacionais e manter a tradição cultural do seu país. Chico Mário de Souza, músico e compositor, conta-nos como nasceu a ideia e como a cooperativa está organizada hoje

Micaela Ramada



Chico Mário de Souza: contra as multinacionais do disco

A pesar da censura e do controlo das multinacionais, a música popular brasileira nunca deixou de se desenvolver. No entanto, só nos últimos anos os artistas e compositores despertaram para uma nova realidade: produzindo os seus próprios discos eles podem dirigir as suas mensagens com mais liberdade, criando, assim, uma alternativa real aos circuitos de produção e distribuição controlados pelas multinacionais. Num movimento que começou a partir de experiências individuais e do qual já surgiu a Cooperativa de Músicos do Rio de Janeiro, o disco alternativo introduz-se no meio musical e conquista um espaço para as verdadeiras expressões da cultura brasileira. Nesta entrevista, Chico Mário de Souza, economista e engenheiro «à força», mas músico por vocação, descreve o processo que hoje explode no meio artístico do seu país, relata as pressões exercidas pelas multinacionais do disco para limitar os compositores e afirma que juntamente com a *imprensa nanica* (1), e com os poetas e escritores que se lançaram na confecção dos seus próprios jornais e livros, os artistas do disco alternativo também parti-

cipam activamente na abertura cultura e que actualmente vive o Brasil.

Gostaríamos que você nos explicasse como surgiu este processo de produção do disco alternativo.

— O caso da música sertaneja (2) é diferente do da música erudita e da música popular. A música sertaneja esteve sempre à margem das multinacionais. Os cantadores da música rural fizeram sempre os seus próprios discos. Iam a um estúdio, gravavam e saíam cantando e vendendo de cidade em cidade. Essa é a tradição dos violeiros e dos trovadores. As gravadoras médias brasileiras trabalham com a música rural, do interior, e mantêm-se à margem do processo a que me vou referir. No caso da música erudita, a produção do disco alternativo começou mais ou menos em 1976, quando um músico clássico daqui do Rio de Janeiro, que toca fagote, Noel Devos, francês radicado no Brasil, produziu um disco independente, prensou-o e foi-o vender. Conseguiu colocar inicialmente 500 discos no mercado e, mais tarde, outros 500. A partir daí, outros artistas começaram a imitá-lo. Na música popular, o pioneiro foi António Adolfo. Ele tinha vários sucessos antigos gravados. Participou em festivais. Mas depois começou a sentir-se mutilado, sem poder produzir como queria. Ninguém queria gravar as suas músicas. Ele, então, alugou um estúdio, juntou alguns músicos amigos e gravou e prensou o disco. Contratou um profissional para vendê-lo, mas não conseguiu bons resultados. Resolveu sair pessoalmente, de loja em loja, viajando por todo o Brasil. E assim já vendeu mais de quinze mil discos. António Adolfo despertou a consciência de que era possível romper o boicote das

multinacionais. Outros o seguiram: Danilo Caími — filho de Dorival Caími — Luli e Lucinha, etc. E os segredos dos trabalhos eram passados para outros compositores: como fazer a capa, em que estúdio gravar, quantos discos imprimir, onde e como vender. E assim o movimento foi-se expandindo.

Nasce a Cooperativa

Este processo ainda se desenvolve em pequena escala, mas a meta é oferecer uma alternativa em relação às gravadoras multinacionais. Quais são as perspectivas nesse sentido?

— Começamos em pequena escala, mas já não é tão pequena. Agora foram lançados vários discos: dentre eles, um da «Barca do Sol», outro do «Boca Livre», um grupo vocal que já vendeu 40 mil cópias em cinco meses. Ambos conseguiram um importante apoio da televisão. O disco que eu fiz, «Raízes», também vendeu bastante. Decidimos então e organizar-nos numa associação. Mas como as associações não têm muita protecção, preferimos criar um departamento do disco alternativo dentro da Cooperativa de Músicos do Rio de Janeiro, que também foi fundada recentemente. Na Cooperativa estamos a organizar um departamento de vendas, produção, distribuição, etc. Vamos produzir, não só música popular, mas também música sertaneja, erudita, folclore, música instrumental.

Quantos músicos fundaram a Cooperativa?

— Somos duzentos músicos e compositores fundadores. Estamos a organizar-nos para importar instrumentos, dar cursos aos músicos e apoiar o disco alternativo. Estamos a reunir os arquivos pessoais de cada um — preparados, quando saímos distri-

buindo os nossos discos por aí, para colocá-los ao serviço da Cooperativa. Assim, esperamos vender com maior eficiência. O curioso é que já conseguimos abrir uma brecha nas gravadoras. Os artistas que ainda gravam com elas estão a ter agora mais liberdade, principalmente na escolha do repertório, incluindo mais músicas brasileiras. Houve uma época que era só música importada. Como quase todas as gravadoras são multinacionais, elas trazem pronta a matriz do disco norte-americano. É música de segunda qualidade. Trazem o fotolito e, assim, não pagam ao compositor brasileiro, nem aos arranjadores. Só têm que prensar o disco e isso sai muito mais barato. Normalmente não venderiam nada, porque além de ser outra língua, os estilos são diferentes dos nossos. Mas ao fazermos o disco independente, descobrimos que as gravadoras pagam às rádios para que toquem os seus discos. O rádio transformou-se no alti-falante das gravadoras, mediante suborno. Todos os meses alguns programadores recebem dinheiro para tocar determinados discos. Dizem eles: «toquem esta música 20 vezes por dia, esta outra 10» e assim por diante. Música brasileira tocam pouquíssimo. Então as rádios vão tocando e fazendo inquéritos de popularidade. Colocam as músicas nas telenovelas — porque aí também há suborno — e toda gente começa a comprar o disco, proporcionando um grande lucro às gravadoras.

Mas elas contratam músicos brasileiros?

— Muitas vezes contratam músicos brasileiros, gravam um disco, mas só o fazem para descontar o imposto dos discos importados. Comprovando pagamentos a músicos brasileiros e a utilização de materiais brasilei-

ros, a gravadora fica isenta desse imposto. Muitas vezes, elas nem sequer lançam os discos e continuam impondo a música importada. O disco independente é uma resposta a isto. Agora, eles sentem que há uma parte do mercado que não está satisfeita com essa política. Começam a preocupar-se. Por isso, muitas gravadoras já fizeram uma coleção de música brasileira, de música instrumental, que antes não tinham. E nós vamos crescendo, com uma produção média de cinco discos por mês.

O Artista como Negócio

Existem artistas brasileiros que conseguiram uma boa penetração apesar (ou por isso mesmo) de gravarem com as grandes multinacionais. Seria o caso de Roberto Carlos, de Maria Bethânia e, em certa medida, também de Chico Buarque. Como os define você?

— São artistas que, frente às gravadoras, não têm indepen-

dência nem estão livres para fazer o que querem. Sofrem restrições. Quando a Bethânia sai com um novo disco, 540 mil cópias já estão vendidas. A gravadora investe nela como um bom negócio. Se ela quisesse fazer um tipo de música engajada, sofreria restrições na medida em que afectasse o lucro da gravadora. Como a Bethânia fez muito sucesso em festivais — isto fica mais claro no caso de Chico Buarque — e já se havia imposto quando a gravadora a contratou, ela tem uma certa margem de manobra, apesar de relativa. A gravadora tem produtores que ajudam o artista a escolher o seu repertório. Outra pessoa faz as capas do disco. Essa máquina toda existe porque o artista não passa de um produto para a gravadora. Esta situação é que nos levou a fazer o disco independente. Antônio Adolfo teria tanto êxito como eles. Mas preferiu o disco independente porque todos esses contratos lhe iam restrin-

gindo a possibilidade de criar e de participar no processo político. Chico Buarque consegue colocar a sua mensagem porque luta com a gravadora, muda para outra, etc. A Bethânia muito menos. E o Roberto Carlos é um boneco nas mãos da CBS. Ele assina os seus contratos em dólares com a CBS matriz, nos Estados Unidos, e grava lá. E essa é uma forma de enviar para os Estados Unidos o dinheiro que se ganhou aqui. Para pagar estúdios e músicos lá, a multinacional envia o dinheiro que ganhou aqui vendendo os seus discos. Roberto Carlos é um grande negócio: ele não tem nenhum compromisso com a cultura brasileira como tem o Quinteto Villa Lobos ou o Quinteto Violado ou o disco que eu fiz, onde procuro investigar a música barrôca mineira (3) do século XVII. A meu ver, Roberto Carlos adaptou mal a música dos *Beatles* — e muito mal porque eles têm ótimas composições. E vende isso com lucros incríveis para a CBS. Quanto mais rebelde é o artista, mais liberdade conquista para poder falar da realidade, das dificuldades do povo na América Latina.

A Abertura Cultural

Este movimento está ligado ao processo de abertura que se dá hoje no Brasil no plano político?

— Quando nós começámos não havia abertura. Trabalhámos num meio completamente dominado por um cartel de multinacionais apadrinhadas pelo Governo. Forçámos a abertura, nada nos foi doado. Os que estão nisso, de certa forma, são os músicos mais lúcidos. E artistas como Chico Buarque e Milton Nascimento também colaboram nos nossos discos.

Quais as definições do movimento no plano político?



Chico Buarque: brigar para ser respeitado

— Como no princípio o objetivo era somente quebrar o monopólio das multinacionais e forçá-las a gravar coisas brasileiras, o movimento hoje ainda não tem uma coerência nem está unido ideologicamente. O que há em comum é uma criação musical brasileira, com letras que falam da realidade sem passar pela censura da gravadora ou pela censura do regime, que ainda existe, apesar de mais branda. No entanto, à medida que as pessoas vão entrando no movimento começam a sentir que podem reflectir a realidade com mais força. Por exemplo: no meu disco falo das multinacionais do ferro e do ouro que exploram os metais a preço de banana (4). E sugam as pessoas e os minérios. Falo também do mineral atômico, do urânio, que eles levam a troco de comida. Existe um convênio entre uma firma norte-americana e uma Municipalidade em Minas Gerais, que troca areia monazítica por comida. O grupo «Boca Livre» também fez uma música mais consciente, assim como Aline. São os músicos mais comprometidos que impulsionam este tipo de trabalho. E assim chegamos ao caso dos muitos músicos e compositores que estão no pedestal, metidos dentro de uma multinacional, ajudando a explorar o nosso povo e a descaracterizar a cultura brasileira, mas que pouco a pouco estão começando a ajudar-nos. E, à medida que ficarmos mais fortes, é mais provável que eles se juntem ao nosso trabalho.

Ir às fontes para criar algo actual

Quando vocês falam de 'fazer uma investigação das raízes da cultura brasileira', particularmente da música, fazem-no no sentido de documentar a riqueza que se transmite de forma oral,

de geração em geração, ou mais como uma fonte para a criação artística no trabalho de vocês?

— Há quem faça investigação do folclore brasileiro para gravar como documento, como é o caso do trabalho de Marcus Pereira. Mas a nossa linha de trabalho é fazer investigação para criar uma música actual, com elementos harmónicos de hoje e elementos de harmonia e sons tradicionais. Fazer uma coisa actual com raízes brasileiras. Temos conseguido penetrar em algumas rádios, apesar do boicote. À medida que vamos avançando nas nossas investigações surge também a preocupação de fazer uma música documento. De gravar o nosso folclore. Nós estamos a propor gravar dois discos por ano de música erudita brasileira. Temos, assim, actualmente, duas linhas de trabalho: a da música documento e a da música moderna com raízes brasileiras, para fazer concorrência às multinacionais e tentar desbancá-las.

Este movimento musical tem algum vínculo com o processo que fez surgir a imprensa «nanica»?

— Foi o «Pasquim», dentro da imprensa nanica, que demonstrou que havia um espaço; que não teríamos que aceitar necessariamente os veículos oficiais de comunicação; que poderíamos criar meios alternativos. Depois do «Pasquim» surgiram outros. Foram um pouco a vanguarda da consciência. Uma mensagem.

Surgiu também o livro alternativo. Os poetas e os escritores engajados começaram a editar os seus próprios livros com tiragens limitadas de mil, dois mil exemplares. Centenas de livros apareceram, mas os autores ainda não estão organizados. Nós, pelo contrário, com a criação de uma cooperativa vamos avançando,

provocando repercussão na imprensa e nos outros meios de comunicação.

E no campo das artes plásticas?

— A situação é mais difícil porque são os consumidores mais sofisticados, da classe alta. Mas ainda assim conheço alguns artistas que fizeram um movimento no SESC (Serviço Social do Comércio) e em outras instituições para vender as suas obras a preços mais baratos. A imprensa nanica, por outro lado, apoiou muito este tipo de movimento. O disco alternativo, como a imprensa nanica, é uma forma de resistência da cultura brasileira. Uma resistência que sempre existiu, mas que passou por uma longa fase em que todos nós ficámos calados, aguardando os acontecimentos em atitude passiva. A gente estava sob uma repressão violenta. Era a fase dos desaparecidos, dos assassinatos, dos exilados — externos e internos —, da tortura. O movimento veio de dentro para fora. Era um trabalho tipo catacumba. O artista, o escritor, o jornalista sentiam a repressão, tinham as portas fechadas nas gravadoras, nas editoras, nos grandes jornais. Que fazer? A resposta foi criar os nossos próprios meios de expressão. Assim surge o *alternativo*.

Vocês tentaram ligar-se a movimentos semelhantes de outras partes da América Latina ou do Terceiro Mundo?

— Tivemos contacto com o Grupo de Acção Cultural (GAC) de Portugal. Eles fizeram vários discos utilizando o folclore português, criando letras engajadas. No futuro vamos assinar um convênio para distribuir os seus discos aqui e eles distribuírem os nossos discos na Europa. Estamos tentando saber onde existem outros movimentos deste tipo

para entrar em contacto com eles. E também com instituições que nos possam ajudar e apoiar. É muito difícil montar uma infraestrutura para competir com as multinacionais. Em particular, estamos interessados em conhecer o trabalho dos nossos companheiros artistas africanos de língua portuguesa, que sabemos que desenvolvem um trabalho interessante neste sentido.

Como pretendem vocês organizar a distribuição?

— Formamos comissões na Cooperativa para venda e distribuição, para assessoramento do trabalho, para apoiar o artista que não conhece as técnicas de gravação — tudo isso para que o seu disco seja realmente bom e competitivo. Essas comissões são encarregadas de divulgar e distribuir o nosso trabalho.

O Fruto do Trabalho

Em geral os artistas — excepto os bem pagos pelas gravadoras — têm problemas económicos que limitam ou mutilam a sua produção. A Cooperativa tem alguma forma de ajudá-los?

— O disco alternativo é a melhor forma de ajudá-los. Muitos artistas, apesar de serem contratados pelas gravadoras, estão optando pelo disco alternativo porque rende mais ao compositor e ao intérprete do que se gravassem com uma multinacional. Vejamos um exemplo: para fazer o meu disco tive que pedir um empréstimo a um banco. Gastei 220 mil cruzeiros (5) para fazer 3 mil discos e ganhei 300 mil cruzeiros. Em oito meses todo o dinheiro que investi retornou às minhas mãos. Já Aldyr Blanc, que grava com João Bosco, vendendo 30 mil discos não ganhou isso. Ele ganhou 60 mil cruzeiros de direitos autorais. O artista

começa a compreender que sendo dono de sua produção pode ganhar muito mais do que gravando nas multinacionais, que, inclusive, vendem a maior parte dos discos sem comprovante de venda, sem contabilizar essa venda e, portanto, burlando os impostos e lesando o artista e o autor.

Como aconteceu a sua iniciação na música?

— Com dez anos tocava violão e compunha, em Belo Horizonte, Minas Gerais. Pertenci a um grupo de música de Ouro Preto (6) que se reuniu para tocar serenatas, modinhas mineiras, etc. Daí saíram Milton Nascimento e outros artistas. Depois fui para São Paulo e comecei a dar aulas de música. Lá fizeram-me a primeira proposta. Uma gravadora queria contratar-me, mas para fazer música por encomenda. Não aceitei. Resolvi dedicar-me a outra coisa. Fiz economia e depois engenharia de sistemas. Fui trabalhar com computadores. Mas continuei sempre a tocar, compondo e estudando violão clássico. Por não querer vender-me fiquei exilado da música durante 15 anos. Quando vim para o Rio tive outra proposta, mas no mesmo sentido. Foi então que resolvi fazer o meu próprio disco. Isso foi em 1979. E abriu-me uma perspectiva incrível. Teve muita repercussão.



Roberto Carlos ganha em dólares e não divulga a cultura brasileira

Vimos que o desejo do público não é o que as gravadoras oferecem. Fiz *shows* em Brasília e Curitiba promovidos por instituições locais. Gente que eu nunca tinha visto oferecia-se para vender os meus discos. Em São Paulo, uma só pessoa vendeu 200 discos entre os seus amigos.

Você define-se hoje como músico e compositor ou como engenheiro?

— Eu sou realista. Trabalho com computadores para sobreviver e faço música porque sinto. Os computadores asseguram-me a independência. Agora estou fazendo o meu segundo disco chamado «*Revolta dos Palhaços*». Participam vários compositores, como Chico Buarque, Aldyr Blanc e outros. É a história da indignação do povo brasileiro (usei os *palhaços* no bom sentido, gente alegre, sempre vendo a vida com optimismo). Fala dos roubos nos cargos públicos, dos altos funcionários e dos seus comportamentos na vida política. Trata também da ilusão e da facilidade com que se manipula o povo brasileiro. Eu acho que o nosso povo é como uma panela de pressão: está em ebulição, mas o processo é lento. Nisso se baseia o disco. A minha intenção é mostrar o problema do tempo. E que devemos estar alerta, que tenhamos cuidado para não retroceder. É um alerta ao povo brasileiro que é tratado, a meu ver, como uma criança e não questiona o seu papel. □

- (1) Imprensa alternativa. Pequenos jornais que surgiram no Brasil durante o período da ditadura, procurando furar o bloqueio da censura do Governo e da autocensura dos grandes jornais.
- (2) Música rural brasileira.
- (3) Do Estado de Minas Gerais.
- (4) Barato. Preço muito abaixo do real valor do produto.
- (5) Cr\$ 49,00 = 1 dólar
- (6) Cidade histórica do Estado de Minas Gerais.



ips

THIRD
WORLD
DISTRIBUTION
NETWORK

INTER PRESS SERVICE
COMMUNICATION CENTER
Via Panisperna, 207 - Roma - Italy
● IPS OFFICES

NATIONAL AND OTHER NEWS AGENCIES LINKED

AGERPRES
AIM
ANDINA
ANOP
ANP
APA
APS
BOLPRESS
CARA
COLPRESS
COSTA RICA PRESS
DOMPRESS
EPD

BUCURESTI
MAPUTO
LIMA
LISBOA
DEN HAAG
WIEN
ALGER
LA PAZ
BARBADOS
BOGOTA
SANTO DOMINGO
BONN

IHA
JAMPRESS
JAMA
KRA
LANKAPUWATH
NTI
NOTIMEX
RNA
PARAPRESS
PAP
PRENSA LATINA
PTI
SENDIP

BAGHDAD
KINGSTON
TRIPOLI
NAIROBI
COLOMBO
BUDAPEST
MEXICO
MANAGUA
PANAMA
WARSAW
LA HABANA
NEW DELHI
QUITO

SHIHATA
SMA
TANJUG
TAP
VENPRESS
WAFU
WAM

DAR ES SALAAM
PARAMARIBO
BEOGRAD
TUNIS
CARACAS
SEYDLUTH
ABU DHABI

POOL OF NON ALIGNED
COUNTRIES
(Ina. Notimes, Tanjug, Tap)

A INTER PRESS SERVICE-TERCEIRO MUNDO, criada em 1964, é a única agência informativa com estatuto de cooperativa de jornalismo do terceiro mundo e a sua finalidade é promover o intercâmbio de informação entre os países do terceiro mundo e contribuir para a melhoria da comunicação entre o norte e o sul.

IPS tem uma rede de canais telegráficos via satélite através da qual as suas agências no terceiro mundo e no mundo industrializado transmitem os seus serviços que se editam diariamente em três idiomas: espanhol, inglês e drabe. Distribui também através da sua rede, notícias de mais de 20 agências nacionais de países do terceiro mundo, produz um serviço de especiais (features) sobre problemas relativos ao desenvolvimento por meio de acordos firmados com diversas entidades das Nações Unidas e actua como secretaria operativa de asin (acção de sis-

temas informativos nacionais), sistema regional de intercâmbio informativo integrado por 10 países da América Latina e Caribe.

IPS terceiro mundo apoia todos os esforços de progresso para o estabelecimento de uma nova ordem internacional na base do respeito e soberania nacionais. Durante os últimos anos IPS tem conseguido um importante apoio às exigências do terceiro mundo em favor de uma nova ordem informativa internacional e neste contexto tem colaborado com o POOL de agências dos países não alinhados actuando como difusora das notícias da POOL.

Este conjunto de actividades bem como todo o trabalho jornalístico é orientado no sentido de uma informação objectiva e representativa dos interesses do terceiro mundo de modo a eliminar a dominação e dependência. Esta é a vocação e a função da IPS.

Engenharia brasileira participa no desenvolvimento de Moçambique

«Não queremos que as empresas estrangeiras explorem a matéria-prima, explorem as nossas riquezas, exportem e nos deixem com buracos no nosso país. Não queremos que nos deixem com a miséria. Queremos que as riquezas do nosso país beneficiem em primeiro lugar o nosso povo. Desenvolvam, sejam um instrumento fundamental para o desenvolvimento da nossa economia. Nós temos grandes projectos a serem desenvolvidos aqui. Temos, por exemplo, o projecto do vale do Limpopo, que pode empregar mais de 200 mil homens.»

Estas palavras do presidente da República de Moçambique, Samora Moisés Machel, asseguram a cooperação de outros países para o desenvolvimento de Moçambique, em vários domínios, para liquidar o subdesenvolvimento e as sequelas deixadas pelo colonialismo, permitindo a aquisição de técnica e tecnologia estrangeiras. Mas, como destacou o presidente Samora Machel, «fique bem claro que não vamos mendigar. Negociaremos em pé de igualdade». Esta relação de igual para igual é ainda mais forte quando se trata de dois países em luta contra o subdesenvolvimento. É este o caso do Brasil e Moçambique.

É justamente no vale do Limpopo, chamado pelo dirigente do partido Frelimo «celeiro de Moçambique», que uma empresa brasileira, a Geotécnica, tem hoje cerca de 15 técnicos a elaborar estudos para a instalação de complexos agro-industriais. Além de contribuir para a formação de técnicos moçambicanos que lá trabalham em conjunto, os projectos da Geotécnica inserem-se no objectivo de: elevar o nível de produtividade da região; criar uma cintura verde que possibilite o abastecimento dos centros urbanos e provoque uma reversão no êxodo rural; e, primordial para o equilíbrio da balança de pagamentos, exportar os excedentes agrícolas.

Inicialmente, a Geotécnica foi contratada para projectos e assessoria em fundações para construção da ponte sobre o rio Zambeze e, uma vez comprovada a capacitação técnica da empresa brasileira, a RPM contratou-a, sempre sob financiamento do Banco do Brasil, através da Carteira de Comércio Exterior (CACEX), e do Banco de Moçambique, para a implantação dos complexos agro-industriais do Lumane e Julius Nyerere, no baixo Limpopo e, ainda, para o aproveitamento agrícola e hidroeléctrico da região do baixo rio Pungué.

Ponte do rio Zambeze

Em 1978, a empresa brasileira, especializada na execução de serviços de engenharia de solo, foi convidada a participar nos trabalhos de construção da ponte sobre o rio Zambeze, no centro de Moçambique. Esta ponte será o elo principal para a ligação rodoviária Norte-Sul do país. Interessa lembrar que, durante todo o período colonial, nunca houve a preocupação de integrar o território moçambicano; as únicas estradas e linhas férreas ligavam países vizinhos, como a ex-Rodésia e a África do Sul, aos portos da Beira e da ex-Lourenço Marques, hoje Maputo.

A ponte terá a extensão de 2400m, com vãos de 70 metros. O contrato da Geotécnica para a construção da ponte inclui a programação, a supervisão e a interpretação de pesquisas geotécnicas de campo e de laboratório, o projecto executivo das fundações e assessoria técnica à construção das fundações. O projecto está a ser desenvolvido na sede da Geotécnica, no Rio de Janeiro, encontrando-se em fase de conclusão.

Técnicos moçambicanos

As pesquisas de campo, no local, foram realizadas por técnicos moçambicanos, que participaram

num curso de formação ministrado por engenheiros do Governo de Moçambique e foram treinados no campo por engenheiros e técnicos da Geotécnica durante a execução das sondagens.

Estudantes moçambicanos receberam treino em análise de solos num laboratório de campo próximo da obra. As análises mais complexas foram realizadas no bem equipado Laboratório de Engenharia de Moçambique, por técnicos locais, com a assistência da Geotécnica.

Para que a construção da

ponte seja concluída no prazo previsto, as fundações já estão a ser iniciadas, com estacas de grande diâmetro escavadas até 60 metros abaixo do leito do rio.

Complexos agro-industriais de Lumane e Julius Nyerere

Os complexos agro-industriais de Lumane e Julius Nyerere situam-se na província de Gaza, distante cerca de 180 km de Maputo, o primeiro no vale do Lumane e o segundo no vale do Limpopo.

Os complexos visam a instala-

ção de empreendimentos agro-pecuários, de irrigação agrícola e agro-industriais integrados, que alcancem, no início da sua operação, em 1985, 6 mil hectares irrigados de fruteiras para exportação, 6 mil hectares irrigados de culturas de subsistência em sequeiro, 3 mil e 500 hectares de bananeiras irrigadas e 5 mil hectares de policulturas, também irrigadas.

Os subprodutos da actividade agrícola serão utilizados como ração animal para a criação pecuária na região dos complexos, prevendo-se o desenvolvimento do gado bovino (leite e carne), de suínos e de aves (carne e ovos).

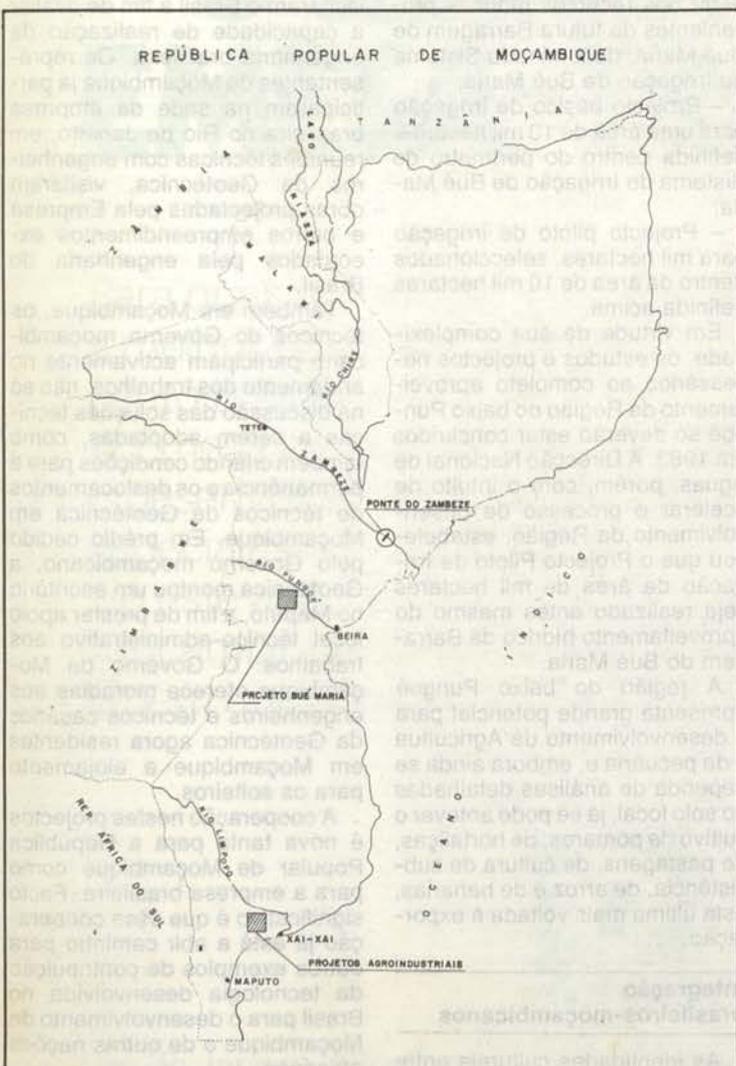
Serão implantadas, na área do complexo, de 7 a 8 unidades agro-industriais, prevendo-se a instalação de um frigorífico industrial; fábrica de laticínios; unidade para industrialização de tomate; fábrica de sumos de frutas; fábrica de conservas vegetais (doces e geleias); fábrica de embalagem de bananas com câmara de climatização; fábrica para embalagem de flores para exportação e indústria de óleos vegetais comestíveis.

O sistema de produção dos complexos estará baseado em unidades familiares, unidades cooperativas e fazendas estatais.

As actividades dos complexos de Lumane e Julius Nyerere darão pleno emprego, no início da sua operação, a cerca de 30 mil trabalhadores efectivos e beneficiarão uma população próxima de 60 mil pessoas, distribuídas em 14 aldeias comunais instaladas nos complexos.

Ambos os empreendimentos estão a ser planeados com capacidade de cortar as suas metas dentro dos próximos 20 anos, de maneira a favorecer uma população de 120 mil pessoas.

Além das obras e equipamentos de irrigação e industrial, os complexos serão dotados de toda a infra-estrutura urbana e de apoio industrial necessárias à sua operação, incluindo-se um sistema viário, de armazenagem,



de saneamento, de energia e de comunicações. Equipamentos de habitação, educação, de saúde e sócio-comunitários também serão instalados, de maneira a proporcionar um atendimento conveniente à população das aldeias comunais.

Os trabalhos necessários à implantação dos complexos encontram-se na fase inicial, tendo sido contratada a Geotécnica para o desenvolvimento dos estudos básicos, dos anteprojectos detalhados das infraestruturas e estruturas de engenharia, urbanismo e arquitectura, e para o estudo da viabilidade do empreendimento.

Uma equipa da Geotécnica, dando início aos trabalhos, está em Moçambique para contactos com autoridades e instituições moçambicanas e para a colecta de dados básicos necessários ao trabalho, estando já bastante avançados os levantamentos fundamentais de campo, que envolvem cartografia, pedologia, topografia, hidrologia, hidrogeografia e geotécnica.

Aproveitamento do baixo Punguó

O aproveitamento para irrigação e energia eléctrica da região do baixo rio Punguó, localizado na província de Sofala, próximo do Parque Nacional da Gorongosa, constitui outro empreendimento de vulto em execução pelo Governo moçambicano. Além de também objectivar o aumento da produção de bens alimentares e comercializáveis, tem por fim avaliar as possibilidades da geração de energia eléctrica na região, indispensável ao progresso de Moçambique.

A Direcção Nacional de Águas do Ministério das Obras Públicas e Habitação da República Popular de Moçambique é o órgão do Governo responsável pelo aproveitamento hidro-agrícola e hidro-eléctrico da região do baixo Punguó, tendo já sido contratada a Geotécnica S/A para os estudos e projectos iniciais necessá-

rios à implantação do empreendimento, incluindo:

- Estudos de alternativas, ante-projecto e projecto básico de uma barragem no rio Punguó, denominada Barragem de Bué Maria;

- Estudo da viabilidade do aproveitamento hidro-eléctrico da Barragem de Bué Maria;

- Estudos de alternativas para as irrigações de toda a área do baixo Punguó, com uma superfície estimada em 139 mil hectares;

- Estudos básicos de campo e ante-projecto de um sistema de irrigação de 80 mil hectares, a partir dos recursos hídricos provenientes da futura Barragem de Bué Maria, denominado Sistema de Irrigação de Bué Maria;

- Projecto básico de irrigação para uma área de 10 mil hectares definida dentro do perímetro do Sistema de Irrigação de Bué Maria;

- Projecto piloto de irrigação para mil hectares, seleccionados dentro da área de 10 mil hectares definida acima.

Em virtude de sua complexidade, os estudos e projectos necessários ao completo aproveitamento da Região do baixo Punguó só deverão estar concluídos em 1983. A Direcção Nacional de Águas, porém, com o intuito de acelerar o processo de desenvolvimento da Região, estabeleceu que o Projecto Piloto de Irrigação da área de mil hectares seja realizado antes mesmo do aproveitamento hídrico da Barragem do Bué Maria.

A região do baixo Punguó apresenta grande potencial para o desenvolvimento da Agricultura e da pecuária e, embora ainda se dependa de análises detalhadas do solo local, já se pode antever o cultivo de pomares, de hortaliças, de pastagens, de cultura de subsistência, de arroz e de bananas, esta última mais voltada à exportação.

Integração brasileiros-moçambicanos

As identidades culturais entre

o Brasil e Moçambique em muito contribuem para a integração necessária ao desenvolvimento dos trabalhos da Geotécnica para a República Popular de Moçambique. Essa integração tem reflexos positivos do ponto de vista da assimilação da tecnologia brasileira, pelos técnicos moçambicanos, uma preocupação sempre presente do Governo moçambicano nos seus contactos com a empresa de engenharia brasileira. Os trabalhos da Geotécnica têm o acompanhamento de técnicos de alto nível dos órgãos contratantes moçambicanos, que já visitaram o Brasil a fim de avaliar a capacidade de realização da engenharia brasileira. Os representantes de Moçambique já participaram na sede da empresa brasileira no Rio de Janeiro, em reuniões técnicas com engenheiros da Geotécnica, visitaram obras projectadas pela Empresa e outros empreendimentos executados pela engenharia do Brasil.

Também em Moçambique, os técnicos do Governo moçambicano participam activamente no andamento dos trabalhos, não só na discussão das soluções técnicas a serem adoptadas, como também criando condições para a permanência e os deslocamentos de técnicos da Geotécnica em Moçambique. Em prédio cedido pelo Governo moçambicano, a Geotécnica montou um escritório no Maputo, a fim de prestar apoio local técnico-administrativo aos trabalhos. O Governo de Moçambique oferece moradias aos engenheiros e técnicos casados da Geotécnica agora residentes em Moçambique e alojamento para os solteiros.

A cooperação nestes projectos é nova tanto para a República Popular de Moçambique como para a empresa brasileira. Facto significativo é que essa cooperação já está a abrir caminho para outros exemplos de contribuição da tecnologia desenvolvida no Brasil para o desenvolvimento de Moçambique e de outras nações africanas.

Para entrar no Brasil o caminho é a **EMESA-TRADING**

Para quem pretende conquistar o mercado brasileiro a melhor solução é a Emesa, uma empresa cem por cento brasileira.

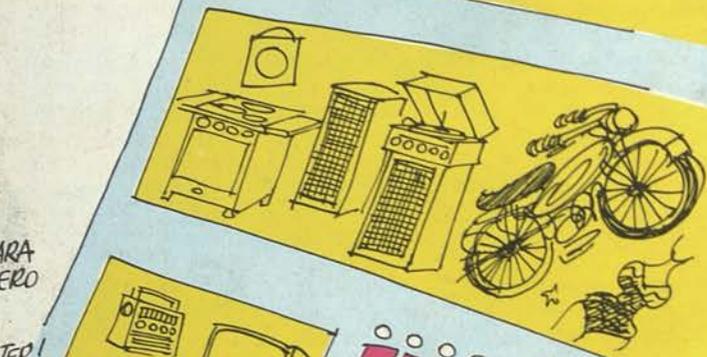
A Emesa tem cooperado profundamente para o desenvolvimento económico dos países africanos, especialmente de Moçambique.

Só este ano, as exportações da Emesa para Moçambique ultrapassarão os 25 milhões de dólares. Quem quer Brasil escolhe Emesa.

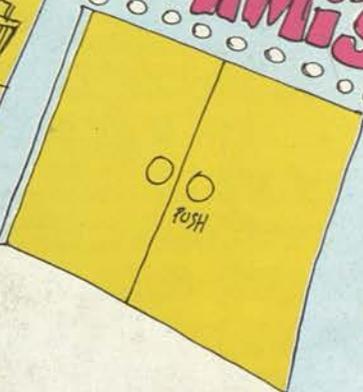


Rio de Janeiro, São Paulo, Londres, Lisboa, Caracas e Nova Iorque.
Rua Miguel Couto, 105/17.º andar. - Rio de Janeiro - Telex: 23649 IESA BR

MÁS UM QUE
SE ASPLA!
SOBE AGORA PARA
11.583 O NÚMERO
DE CUBANOS
ASPLADOS NO
SHOPPING CENTER!



Miami's



BUUUUUUU

